

O PATRIARCA
GÊNIO DA AMÉRICA

Exemplar Nº 00354

1949

IMPRESSO NOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Printed in the United States of Brazil

Série 5.ª ★ BIBLIOTECA PEDAGÓGICA BRASILEIRA ★ Vol. 265
B R A S I L I A N A

AMANDO CAIUBY

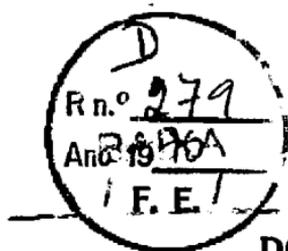
O PATRIARCA GÊNIO DA AMÉRICA

★

981
B.23
V.265

COMPANHIA EDITORA NACIONAL
SÃO PAULO

FAC. EDUCAÇÃO / BIBLIOTECA



DO MESMO AUTOR:

A Conversão (poemas) — 1915.

Sapezais e Tigoéras (contos sertanejos), ed. Monteiro Lobato — 1921; .ed. d'O Globo, 1941.

Noites de Plantão (cenas e tragédias policiais ao vivo) — ed. Monteiro Lobato, 1924; ed. J. Fagundes, 1937, esgotada.

Coração de Moça — contos românticos — 1926 — esgotada.

Mistério do Cabaré — novelas, ed. Cia. Editora Nacional — 1931, esgotada.

Rincão de heróis — romance histórico sôbre a Confederação dos Tamoios, ed. Cia. Editora Nacional, 1936, esgotada.

O Patriarca — gênio da América (biografia histórica), 1941.

A PUBLICAR:

Coração de Moça — contos e novelas, muito aumentado.

Mistério do Cabaré, novelas — muito aumentado.

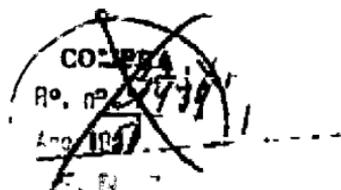
A história da unidade nacional no século XVI (três volumes):

- 1.º — Rincão de heróis (Confederação dos Tamoios) — romance histórico.
- 2.º — Paz de Iperoig — romance histórico — (fim da Confederação dos Tamoios).
- 3.º — A França Antártica — romance histórico sôbre a fundação do Rio de Janeiro.

Memórias de um delegado de polícia.

G vencido — (romance).

Discursos e Conferências.



*A São Paulo
ao Brasil
à América*

*para que se orgulhem
do seu máximo filho*

esta Biografia Histórica

FAC. EDUCAÇÃO - BIBLIOTECA

I N D I C E

| <i>Capítulo</i> | <i>Págs.</i> |
|---|--------------|
| I — A Família Andrada | 11 |
| II — Santos | 21 |
| III — José Bonifácio | 26 |
| IV — Duque de Lafões | 31 |
| V — Viagens de aperfeiçoamento | 38 |
| VI — Em Portugal | 45 |
| VII — Napoleão Bonaparte | 55 |
| VIII — Militar | 60 |
| IX — Descanso ou Aposentadoria | 64 |
| X — D. João VI | 68 |
| XI — D. Pedro | 76 |
| XII — São Paulo | 81 |
| XIII — Regresso ao Brasil | 85 |
| XIV — No Cenário Político Paulista | 91 |
| XV — O Brado de São Paulo | 105 |
| XVI — Ação Enérgica | 118 |
| XVII — Viagem a Minas | 121 |
| XVIII — Defensor Perpétuo do Brasil | 125 |
| XIX — Lutas Armadas na Bahia | 129 |
| XX — Eleição de Deputados | 132 |
| XXI — No Brasil | 139 |
| XXII — Bernarda de Francisco Inácio em São Paulo | 142 |
| XXIII — Protesto Ituano — Coligação dos Muni- cípios | 150 |
| XXIV — Martim Francisco no Ministério | 153 |
| XXV — Partida de D. Pedro para S. Paulo | 155 |
| XXVI — O Ministério de D. ^a Leopoldina | 165 |
| XXVII — Em São Paulo | 168 |
| XXVIII — Fundação do Império | 172 |
| XXIX — Aclamação | 175 |

| <i>Capítulo</i> | <i>Págs.</i> |
|--|--------------|
| XXX — Oposição ao Ministro | 178 |
| XXXI — Governo Forte | 181 |
| XXXII — Coroação | 185 |
| XXXIII — Últimos Trabalhos da Constituinte Portuguesa | 187 |
| XXXIV — Medidas contra os portugueses | 191 |
| XXXV — Domitila | 199 |
| XXXVI — Instalação da Constituinte | 201 |
| XXXVII — Na Assembléa | 205 |
| XXXVIII — Dissolução da Assembléa — Prisão e Deportação do Patriarca | 223 |
| XXXIX — Exílio | 231 |
| XL — Artista | 243 |
| XLI — A Abdicação | 257 |
| XLII — Volta do Exílio — Tutoria | 263 |
| XLIII — Retiro e Morte do Patriarca | 274 |

JOSÉ BONIFACIO DE ANDRADA E SILVA foi uma das mais empolgantes figuras da América no século passado.

Notável pelo descortino da inteligência, precisão e equilíbrio dos empreendimentos, realizou na prática todas as suas idéias de iluminado. Grande em todas as ações, destacou-se pelo talento e saber desde a culta Europa. Em campo vasto e complexo em que aplicou sua atividade, notabilizou-se como cientista, como administrador, político, professor, magistrado, militar, realizador e artista.

Cerebração genial, estadista patriota e probo, foi o consolidador da Pátria Brasileira, o PATRIARCA-DA INDEPENDÊNCIA e um dos mais formidáveis vultos de todas as Américas.

A FAMÍLIA ANDRADA

No século XIII a família Freire de Andrada era senhora das Vilas de Ferrol, Puentevedume, Vilalva e do forte castelo de Andrada, na Galiza, tirando deste o seu nome. No século XIV um ramo passou para Portugal. No final do século XVII, entroncando sua linhagem no ramo medieval dos Condes de Bobadela e dos Senhores d'Entre-Homem e Cávado, outrora Condes de Amares e Marquezes de Montebelo, da Província do Minho, o jovem José Ribeiro de Andrada deixou Portugal em rumo da América.

Aborrecendo-se com o meio ambiente que lhe tolia as atividades, desejou vida nova, costeou o Brasil e aportou em Santos, a pequenina vila que Braz Cubas plantara ao lado da celula-mater colonizadora de São Vicente, na Capitania de Martim Afonso de Souza, hoje o grande Estado de São Paulo.

Ativo, inteligente e culto, adaptando-se à aventureira vida colonial, José Ribeiro de Andrada dedicou-se ao comércio. Votando especial amizade à família do seu compatriota Baltazar da Silva Borges, que se sobressaía entre as dominantes do vilarejo, verificou que a esposa deste era brasileira, nascida ali mesmo perto da praia, e que o casal possuía uma filha — Ana, que educava com os requintes de feliz abstenção. Prospe-

rando em seu comércio, acatado entre as pessoas cultas da Capitania, José Ribeiro de Andrada enamorou-se de Ana e, em 3 de fevereiro de 1704, casou-se. A madrinha da noiva fôra D.^a Maria Álvares — mãe dos grandes Alexandre e Bartolomeu de Gusmão: sinal profético de gigantesca descendência.

Enquanto conquistava posição de relêvo na vida colonial, viu crescer a fortuna e a família. Nomeado Capitão de Infantaria da Ordenança de Santos em 1722, teve sua promoção a Coronel no decorrer da longa existência. Desempenhando os cargos de Escrivão da Matrícula, Alfândega, Fazenda Real e Almoxarifado, desde 1727, reconduziu-se sucessivamente nos mesmos “por exerce-los com bôa satisfação, inteligência e limpeza de mãos” na pitoresca frase do Governador e Capitão-General Antônio da Silva Caldeira Pimentel.

Do seu casamento teve cinco filhos: Primeiro — Dr. José Bonifácio de Andrada, nascido a 21 de maio de 1706, que se formou em ciências físicas e médicas na Universidade de Coimbra — o primeiro médico paulista. Casando-se na Capital de São Paulo em 1.^o de agosto de 1732 com D.^a Rosa Ribeiro da Silva, filha de José Dias da Silva e de D.^a Leonor Corrêa de Abreu, neta do potente Capitão Estevão Raposo Boccarrô e D.^a Maria de Abreu Pedroso Leme, da alta fidalguia bandeirante, clinicou em sua cidade natal. Nomeado médico da Infantaria da Praça de Santos por indicação da Câmara, em 1736, viu-se efetivado no cargo de clínico do Presídio e Guarnição da Praça. Com uma única filha — Maria Rosa de Andrada, que se casou com Manuel José da Silva, ainda que se tornasse cega de varíola desde menina, enviuvou em 1748; e tão desolado pela perda da estremecida esposa, que pediu demissão do cargo e requereu habilitação para a carreira sacerdotal. Mas, como a ciência médica fôsse

de índole materialista e suspeita de impiedade aos olhos vigilantes e inquisidores da Igreja, o Bispo de São Paulo — D. Bernardo Rodrigues Nogueira, fazendo notar a importância da família Andrada, conseguiu do Papa Bento XIV o Breve Apostólico que o dispensava de tal impedimento. E devido a essa intervenção valiosa, o Dr. José Bonifácio de Andrada conseguiu ordenar-se, como os seus dois irmãos: Tobias Ribeiro de Andrada, nascido a 27 de outubro de 1709, formado em Cânones pela Universidade de Coimbra e Tesoureiro-Mór da Sé de São Paulo, Cônego de notável saber; e João Floriano Ribeiro de Andrada, nascido em 30 de março de 1721, emérito gramático e filósofo, autor do poema “Vida de São João Nepomuceno” de eloquente inspiração.

José Ribeiro de Andrada teve uma filha, Ana Maria, nascida em 1710, que nunca abandonou os pais, residindo com êles à rua Direita do vilarejo. E aos 14 de maio de 1726 nascia o seu quinto filho, Bonifácio José Ribeiro de Andrada — pai do Patriarca. Fazendo os estudos preliminares em Santos, foi destinado a continuar a carreira paterna: e o comércio empolgou-o. Aos 32 anos, em agosto de 1758, casava-se com sua conterrânea Maria Bárbara da Silva, nascida em 27 de agosto de 1740, filha de Gonçalo Fernandes Souto e de D.^a Rosa de Viterbo da Silva.

Maria Bárbara era irmã do Dr. Manuel Fernandes Souto, médico santista, que foi também escrivão da Alfândega. Espôsa dedicada, companheira inteligente e mãe admirável, foi bem a sócia integral desse marido descortinado e culto — Bonifácio José de Andrada. E completando-se em caráter, honradez e coração, enquanto o marido conquistava fortuna e posição de destaque, ela — com a bondade suave da raça brasileira, era cognominada “a mãe da pobreza”. — Como

paulista de têmpera, Bonifácio José de Andrada abriu fazenda, plantou café e cereais, fabricou aguardente e farinha e exportou os produtos da terra. Em 1765 foi considerado possuidor da segunda fortuna da Capitania.

Desempenhando diversos cargos públicos, Capitão de Infantaria em 1766 e Coronel do Estado Maior do Regimento dos Drag es Auxiliares em 1777, era " gil, desembaraado, inteligente e culto" na frase do Capitão-General Martim Lopes Lopo de Saldanha. Incorporador da Companhia de Comércio e fomento das rela es diretas de Santos para Lisbôa, Pôrto e Ilhas, em 1767, já desde vinte anos antes, f ra Fiscal da Intendência das Minas de Paranapanema e Almojarife da Fazenda Real de Santos, Escrivão da Junta da Real Fazenda da Cidade de São Paulo, Contratador da Passagem do Cubatão e do rio Mogi do Pilar, por um tri nio, e dos Subsídios. Faleceu em 1789.

Sobreviveu-lhe sua dedicada e bondosa espôsa por mais 33 anos. D.^a Maria Bárbara faleceu aos 28 de agosto de 1821, com 83 anos, depois de vislumbrar a extraordinária e vitoriosa carreira dos seus filhos. Está sepultada na Igreja do Carmo de sua terra natal.

Êste casal feliz e notável, teve os nove seguintes e notáveis descendentes:

1.^o, Patrício Manuel Bueno de Andrada, nascido em 24 de maro de 1760, que seguiu a carreira sacerdotal, ordenando-se a 1.^o de maio de 1783. Seis anos depois era Vigário da Paróquia de Paranapanema, importante por suas minas e que compreendia Guapi ra, rio das Almas, Faxina e Apia , sertão paulista povoado de índios, que êle evangelicamente ia catequizando. Em 1801 voltou para Santos, tendo sido, por tempos, pároco da Vila de Nossa Senhora da Concei o de Ita-

nhaen. Foi Vereador da Câmara de Santos, pela primeira eleição que se procedeu depois da Lei Imperial de 1.º de outubro de 1828, que reorganizou as Câmaras Municipais. Abandonando a Vereança por doente em 1831, elegeu-se para o Conselho Deliberativo da Sociedade Filantrópica, sociedade essa fundada para acudir as despesas da Santa Casa de Misericórdia — da qual já havia sido tesoureiro.

Teve história a beneficência de Santos. Quando Braz Cubas fundou a povoação do Pôrto de Todos os Santos, construiu uma Santa Casa de Misericórdia — que foi a primeira da América. Com o decorrer do tempo, depois de várias reformas, êsse prédio ruiu; e durante duzentos anos — em que os paulistas se tornaram bandeirantes e se expatriaram pelos imensos sertões da América do Sul, em busca das minas, Santos não possuiu prédio próprio para a sua Santa Casa tradicional. Ocupou o do Hospital Militar e o do Campo da Chácara. Competindo-lhe sustentar e alimentar os prêsos da Cadeia, e como o Govêrno não pagasse as diminutíssimas contribuições obrigatórias para isso, a falta de recursos financeiros deixou que o seu hospital ficasse infeto e pavoroso. Foi preciso que o padre Patrício, ajudado pelo seu sobrinho Francisco Xavier da Costa Aguiar Filho e por Augusto Francisco Barri, entrasse para a Irmandade da Misericórdia. E para conseguir a ressurreição, o padre Patrício teve de intentar recurso ao Presidente da Província, então exercido pelo Vice-Presidente — o Bispo Diocesano D. Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade, contra o procurador da Irmandade, Padre José Inácio Rodrigues de Carvalho, que era o seu verdadeiro dono e usufrutuário. Devido a esta ação desassomburada, o notável médico e grande benfeitor Dr. Cláudio Luís da Costa idealizou a Sociedade Filantrópica de Santos para o am-

paro material da Santa Casa e lhe pagar as despesas. Nessa original obra de beneficência, toda a família Andrada applicou o seu prestígio e acabou por empolgá-la. E por êsse ajutório positivo e magnifico, a Santa Casa tomou alento e concluiu o hospital definitivo onde até hoje se encontra. (1)

O padre Patrício foi também lavrador e comerciante. Estabeleceu um engenho de açúcar "em terras de serra acima", exportou por conta própria e de terceiros, fêz grande fortuna. Faleceu aos 87 anos de idade, deixando valiosos cabedais à Santa Casa e doativos aos pobres. Seus ossos estão no Cemitério do Paquetá à espera do Panteão dos Andradas.

O segundo filho do Coronel Bonifácio José de Andrada foi o Patriarca. O terceiro, D.^a Maria Flora Ribeiro de Andrada, nascida em 1764, somente abandonou a casa paterna quando foi chamada a desempe-

(1) A Sociedade Filantrópica de Santos teve a seguinte Diretoria:

Promotora: D.^a Gertrudes Manuela da Silva Bueno. Suplentes: D.^a Maria Flora de Andrada, irmã do Patriarca, que foi Camareira da Imperatriz D.^a Leopoldina; D.^a Gabriela Frederica de Andrada — filha do Patriarca e esposa do Dr. Martim Francisco Ribeiro de Andrada; D.^a Rita Olivia de Aguiar e Souza, esposa de Antonio Cândido Xavier de Carvalho e Souza (filha do Coronel Francisco Xavier da Costa Aguiar e de D.^a Bárbara Joaquina de Andrada, irmã do Padre Patrício).

Os sócios principais eram: Martim Francisco Ribeiro de Andrada, Antônio Carlos de Andrada Machado e Silva, Diogo José de Carvalho (filho do Coronel José de Carvalho e Silva e de D.^a Ana Marcelina Ribeiro de Andrada, irmã dos Andradas); Antônio Carlos da Costa Aguiar de Andrada (sobrinho dos Andradas), etc.. Para Suplentes foram eleitos: Padre Patrício Manuel Bueno de Andrada e Francisco Xavier da Costa Aguiar, seu cunhado, e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva.

Os ilustres sócios se revezaram na Presidência, até 1840, em que a sociedade se extinguiu.

nhar o cargo de Camareira-Mór de D.^a Leopoldina, a 1.^a Imperatriz do Brasil. Sua brilhante inteligência e esmerada educação moral e intelectual — deram grande realce à agitada Côrte do Primeiro Imperador, onde era querida e acatada. Dirigiu a Sociedade Filantrópica de Santos e jaz enterrada no Cemitério do Paquetá com sua família.

O 4.^o filho do Coronel Bonifácio, D.^a Bárbara Joaquina de Andrada, nascida em 1776, casou-se com Francisco Xavier da Costa Aguiar, filho do Dr. Bento da Costa Reis e de D.^a Rita Maria Leocádia, da Vila de Penela, do Bispado de Coimbra. Francisco X. da Costa Aguiar, inteligente e reto, fizera os estudos para cursar engenharia e ocupou os cargos de maior realce na Província, como o de Capitão-Mór, indicado pela Câmara, que a contento geral desempenhou desde 1797 até 1818, com poderes semelhantes aos de Loco-Tenente do Donatário. Nesse cargo escreveu uma interessante “memória sôbre a origem da Vila de Santos e seu estado presente”. Foi promovido a Coronel do 1.^o Regimento de Artilharia Miliciana em 1802, com o exercício de Comandante do Forte de Nossa Senhora do Monte Serrate, fundado por Braz Cubas. Acumulava os comandos da Praça, das Ordenanças e do 1.^o Regimento de Artilharia. Foram seus filhos: Francisco Xavier da Costa Aguiar Filho, nascido a 20 de março de 1785 e que se casou com sua prima D.^a Maria Zelinda de Andrada, em 1818. Negociante conceituado e forte, foi Vereador desde 1819 e um dos que juraram a Constituição de 1823. Do seu casamento houve duas filhas: Maria Bárbara, que morreu criança, e Carlota Emília — mais tarde Baronesa de Penedo, de ilustre descendência.

O 2.^o filho de D.^a Bárbara Joaquina, José Ricardo da Costa Aguiar, nascido aos 15 de outubro de 1787,

foi deputado às Côrtes Gerais do Reino, onde teve assento com os deputados paulistas, em 2 de junho de 1822 — com brilhante e patriótica atuação. Foi personalidade de relêvo na vida política e social do Brasil. Bacharel em leis pela Universidade de Coimbra, em 1810, aos 23 anos, era soldado do Batalhão Acadêmico na libertação de Portugal, sob comando do seu tio José Bonifácio; Juiz de Fôra do Belém do Pará, Ouvidor de Marajó, Desembargador da Relação da Bahia, Deputado às Côrtes Constituintes, Ministro do Supremo Tribunal de Justiça e Conselheiro do Império.

A 3.^a filha — Maria, faleceu menina, em 1789.

A 4.^a filha, Rita Olívia, nascida a 29 de maio de 1791, casou-se com Antônio Cândido Xavier de Carvalho e Souza em 17 de maio de 1821 — que era Escrivão da Alfândega, filho do Marechal de Campo Cândido Xavier de Almeida e Souza, Comandante das Armas da Província. Teve quatro filhos, todos de alto conceito e destacada posição social.

O 5.^o filho — Antônio Carlos da Costa Aguiar, nascido em 25 de fevereiro de 1795; o 6.^o filho — Joaquim Justiniano Maria da Costa Aguiar de Andrada, batizado em 27 de setembro de 1796 e casado com D.^a Miquelina Solano, sua parenta; o 7.^o — Bento Francisco da Costa Aguiar, batizado a 4 de dezembro de 1798; o 8.^o — João Feliciano da Costa Aguiar de Andrada, batizado a 2 de julho de 1802; e, o 9.^o — Viriato da Costa Aguiar de Andrada, batizado a 8 de maio de 1804, que morreu nesse mesmo ano, foram filhos inteligentes e cultos, que honraram o nome e aumentaram o prestígio da família notável.

A 5.^a filha do casal Coronel Bonifácio José de Andrada e D.^a Maria Bárbara da Silva, era D.^a Ana Marcelina Ribeiro de Andrada, nascida em 1768 e casada

em 1785 com o Coronel de Milícias José de Carvalho e Silva, também negociante forte. Desse consórcio houve 4 filhos: José Viriato, nascido em 1787; Maria Bárbara, batizada em 5 de junho de 1798; Diogo José de Carvalho e Silva, batizado em 6 de junho de 1799, e Ana Josefina, batizada a 4 de maio de 1807 pelo seu tio Padre Patrício, tendo como padrinhos D.^a Maria Flora de Andrada e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, então Juiz de Fóra de Santos. Dezesesseis anos mais tarde, a 13 de agosto de 1823, casava-se ela com o seu padrinho e tio Antônio Carlos, mais velho 33 anos.

A descendência do casal Ana Marcelina e José de Carvalho e Silva é de relêvo na vida social e econômica do país, mantendo com real valor o nome Andrada.

O 6.º filho do Coronel Bonifácio José de Andrada, seu homônimo — Bonifácio José de Andrada, batizado em agosto de 1769, dedicou-se à lavoura, tendo sido Juiz Almotacel da Câmara em 1807 e 1823. Fazendeiro paulista, representou a família na grandeza exportadora de São Paulo. Faleceu solteiro em 17 de março de 1840, entre o respeito de sua posição e o conceito de suas virtudes.

Os 7.º e 8.º filhos — foram êsses notáveis e grandes Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, juiz, revolucionário, poeta, jurista, deputado, político, impressionante e feroso orador; e Martim Francisco Ribeiro de Andrada, engenheiro-militar, mineralogista, político, economista, naturalista, Ministro, Conselheiro e escritor. Dos mais ilustres filhos do Brasil, foram o braço direito do seu irmão — o Patriarca, na organização da Pátria Brasileira. Exponentes iluminados da raça, formam com José Bonifácio uma trindade eterna.

A 9.^a filha do casal, Úrsula, nascida a 28 de outubro de 1776, faleceu logo depois; e o 10.^o filho — Francisco Eugenio de Andrada, batizado a 11 de agosto de 1778, foi comerciante no Rio e em Santos. Ajudante das Ordenanças, teve um filho legitimado de igual nome, que se casou com sua prima D.^a Narcisa Cândida de Andrada. Em segundas núpcias, D.^a Narcisa se casou com Antônio Augusto da Costa Aguiar, filho de João Xavier da Costa Aguiar e de D.^a Ana Josefina de Barros, em 26 de dezembro de 1847, sendo testemunhas o seu primo — Comendador Diogo José de Carvalho e Silva e o seu tio Conselheiro Dr. Martim Francisco Ribeiro de Andrada. Deixou descendência ilustre.

Esta é a família do Patriarca — a notável família Andrada.

II

SANTOS

Descoberto o Brasil em 1500, apareceram navegantes pelas imensas costas sul-americanas. Como os navios fôsem de madeira e consumissem muitos meses para atravessar o Atlântico, aqui chegavam de cascos já corroídos e afinal se desmantelavam pelas tempestades. Geralmente naufragavam no sul, nas proximidades do rio Santa Maria da Prata. Por volta de 1510 surgiram nas costas de São Paulo dois moços portugueses, Antônio Rodrigues e João Ramalho. O primeiro, desposou a filha do grande chefe indígena Piquerobi, ficou na praia, estabelecendo sua residência no Tumiarú, local êste escolhido por Martim Affonso de Souza para iniciar oficialmente, em 1532, a colonização portugueza, com a Vila de São Vicente. João Ramalho atravessou a planície, galgou a Serra Paranaapiacaba, casou-se com a filha do régulo Tibiriçá e fundou a Vila Santo André da Borda do Campo, logo no comêço dos campos de Piratininga. Êsses dois povoadores vieram encontrar — para o sul de São Vicente, quase nas divisas do Estado de São Paulo, a meio caminho da baía de Paranaguá, um seu compatriôta, o Bacharel de Cananéia, que residia desde 1501 no Rio de Cananor, defronte da Ilha do Bom Abrigo. Casara-se com prinçesa indígena filha do cacique Mara-

taiama — que chefiava as tribus do sul e ali fundara a Vila de Cananéia.

São Vicente se localiza na barra do Rio de São Vicente, rio êste que avança para a Serra Paranapiacaba a oeste, volta depois para o norte e encurva afinal para lêste até sair novamente no mar; e forma a Ilha que, ao tempo da descoberta, se chamava Murubimhum ou Guaiaóç, depois Inguaguaçú, mais tarde São Vicente e hoje Ilha de Santos.

Em seu lado norte, o canal que a separa do continente contorna outra ilha maravilhosa. Pouco antes de sair no mar, na barra de Santos, o canal se dilata, como num lago comprido, para receber, quase verticalmente, outro canal que vem em reta do norte, desde a Ponta de Bertióga. Êste Canal de Bertióga constitui, com o mar a lêste, a antiga Ilha de Guaimbê, depois Ilha do Sol — por lhe nascer o sol atrás dos morrões, mais tarde Ilha de Santo Amaro e hoje a linda Guarujá.

Fundada a Vila de São Vicente e organizada a colonização, verificou-se que as derrubadas de matas para as lavouras entulhavam o pôrto que, além do mais, era grandemente prejudicado por um abalo sísmico que lhe tragara respeitável parte dos edifícios. O Capitão Braz Cubas, que recebera as terras de noroeste da Ilha, na foz do rio Jurubatuba e ilhóta fluvial Barnabé, próximas do Canal de Bertióga, percebeu que o braço norte do Rio de São Vicente era mais abrigado e formaria melhor pôrto. Adquiriu então as partes de terras de Domingos Pires, sócio de Pascoal Fernandes Genovez, defronte dos dois braços do Rio São Vicente, onde o canal se bifurca para Bertióga e para a barra. Aquêles sócios haviam levantado uma casinha à margem oriental do ribeiro São Jerônimo, nas fraldas do outeiro denominado Monte Serrate, que ali deságua. As ter-

ras, ao princípio, da sesmaria de Pedro de Góis, haviam sido repartidas pelo segundo Lóco-Tenente do Donatário, Antônio de Oliveira, que deu as de léste do ribeiro àquêles sócios e as de oêste a André Botelho, doando também ao ferreiro da armada do Donatário Martim Afonso, que era o Mestre Bartolomeu Gonçalves, o outeiro mais próximo da barra e que depois se chamou de Santa Catarina. O Capitão Braz Cubas, que construiu o primeiro monjôlo em seu sítio, pôs-se a derrubar as matas virgens e levantar casas para a sua vila. Verificando que, dia a dia, peoravam as condições do pôrto de São Vicente, ao sul, e que as embarcações de Bertiôga e da Ilha do Sol (mais tarde Santo Amaro), aportavam ao seu local por ser melhor e mais seguro de ventos, renovou o caminho para São Vicente, aberto em trilho por Domingos Pires, por detrás do Monte Serrate, a fim de encurtar viagem. Acontece que as embarcações e navios traziam marinheiros doentes; e êle, que batizara o seu arraial com o nome de Pôrto, em 1543, como sendo o pôrto de São Vicente, lembrou-se de levantar uma Casa de Misericórdia para os pobres nautas desamparados. Organizou, então, a primeira confraria do Brasil, com o nome de Todos os Santos. E à medida que as enxurradas dificultavam, com o atravancamento que conduziam, a entrada do Tumiarú, e as embarcações estrangeiras e o próprio comércio de Santo André da Borda do Campo procuravam o seu pôrto, melhor e mais próximo, foi a povoação crescendo com os dois nomes: Pôrto de Santos. Quando Braz Cubas, comprada a outra parte das terras de Pascoal Fernandes Genovez, galgou o pôsto de Capitão-Mór Lóco-Tenente do Donatário Martim Afonso, tratou de conceder os fóros de vila, em 1545, ao arraial que tanto se desenvolvia para os lados da Serra Paranapiacaba, através do ribeiro São Jerônimo.

Verdadeiro arrabalde de São Vicente, desdobrou-se e tornou-se com os anos o mais importante pôrto. do Brasil. E São Vicente é hoje o seu lindo arrabalde do extremo sul, dessa praia larga, de areias brancas e cintilantes, orlada de vivendas maravilhosas. A distância que separava as duas vilas se enxadrezou de ruas e avenidas para formar a grande e moderna cidade de Santos.

Os outeiros que salpicavam a ilha, arrazados com o tempo, formaram o nível da cidade. O canal, solidificado nas margens, tem hoje — nessa mesma face norte, grande parte de sua extensão transformada em cais. Somente o Monte Serrate ali está — como sentinela vigilante do passado. Escoadouro de todos os produtos do planalto piratiningano e da fértil e rica parte central do Brasil, Santos sempre foi recanto de poesia e de atividade. Poesia da maravilhosa natureza que a rodeia, nessa ilha recortada de canais e ribeirões por entre matas negras e morros pinturescos. Ilha que, avistada da Serra Paranapiacaba, parece parque descomunal, de canteiros amplos, floridos e caprichosos, com florestas pretas, canaviais alegres — em verdegaio espelhante ao sol, bananais tranquilos, culturas de coloridos caraterísticos, de tonalidades vivas e às vêzes berrantes, com surpresas e encantamentos que somente a genialização de jardineiro fantástico conceberia. A cidade, de atividade febril, na importação e exportação colossais de São Paulo, parece fugir da vegetação exuberante e avassaladora, até a linha do mar a léste e do espraiado canal ao norte — que com traço esbranquiçado divide a côr. Debruçada sôbre as águas azuis dessa fímbria da ilha, Santos — com o seu casario branco, assemelha um ninho de garça adormecido na verdura.

Com fortalezas estrategicamente levantadas desde Bertióga, resistiu na época colonial aos piratas que assaltavam o litoral brasileiro, bem como aos índios carijós do sul e aos aguerridos e ferozes tamóios de Ubaituba, ao norte. (2)

Pois foi nessa Vila que o *Patriarca* nasceu.

(2) Na ponta mais setentrional de Bertióga, havia o forte Santiago, do tempo de Martim Afonso de Souza, mais tarde chamado São João e depois Santo Antônio. Pelo lado da Ilha Guaimbê ou Santo Amaro, ao lado do canal, fronteava o forte de São Felipe, depois São Luís. Na frênte sul desta ilha, o forte da Barra Grande voltava-se para São Vicente e estava perto da barra, em lugar estratégico: é do tempo do domínio espanhol. Logo adiante junto da Vila, na praia do Góis, da outra banda do rio, a fortaleza da Praça. O fortim de Itaipema ficava do lado da Ilha Santo Amaro, defronte da Vila, bem como no Monte Serrate Braz Cubas erigira o forte Nossa Senhora. Hoje, à entrada de São Vicente, há a moderna e poderosa fortaleza de Itaipú. A sudéste de Guarujá foi construída a moderna fortaleza de "José Bonifácio" na ponta do Monduba.

JOSÉ BONIFÁCIO

José Bonifácio de Andrada e Silva nasceu a 13 de junho de 1763, na rua Direita, perto dos Quatro Cantos, da Vila de Santos, na Província de São Paulo. A rua Direita partia da frente do Monte Serrate, através do ribeiro São Jerônimo, e seguia até o outeiro Santa Catarina — que desapareceu para dar lugar aos quarteis. Paralela ao embarcadouro, era o centro do vilarejo — que continha duas mil almas a êsse tempo. A população preferia residir serra acima, na Capital, para fugir ao calor do pôrto.

Aprendendo as primeiras letras com sua dedicada mãe, os rudimentos de humanidades com seu pai — que era inteligente e instruído, e a educação moral de ambos, José Bonifácio herdou as qualidades do coração materno e o descortino lúcido do pai, congregando em sua inteligência os primores de espírito de toda uma raça privilegiada.

Desde pequenô demonstrou viveza de percepção, rapidez de apreensão e horizontes amplos e límpidos do talento. Sorvendo sofregamente os ensinamentos paternos, retendo as lições morais que sua mãe lhe proporcionava a propósito dos mais insignificantes fatos, José Bonifácio recebia as luzes da instrução na própria terra natal. E independentemente dessa facili-

dade nos estudos, que poderia despertar inveja aos companheiros de idade, sempre se revelou condescendente e amável, de coração justo e sincero, altivo sem ser insolente, e cumpridor da palavra, com essa retidão de caráter que conservou por toda a vida. Pela bondade espontânea do coração e pela solícita atenção dispensada aos companheiros de brincos e estudos, infundiu simpatia no reduzido meio escolar. Acompanhando de perto a suavidade angélica de sua mãe, que aliava essa bondade à austeridade das velhas matrônas paulistas, sempre olhou a vida pelo lado afetivo, prestando atenção ao sofrimento, às ingratidões e injustiças. E aquêlê menino louro e bonito — que procurava os caixeiros e escrivães letrados em busca da resolução de problemas de seus estudos e explicação às suas interrogativas, que ia buscar as luzes intelectuais dos seus tios para as indagações do espírito inquieto, que pretendia com êles a desvendação dos mistérios de conhecimentos futuros, terminou seu aprendizado preliminar aos 14 anos. E com essa idade, partiu para a Capital, São Paulo, a fim de iniciar os preparatórios indispensáveis aos cursos superiores. A sua precoce revelação e o desejo de indagações mais vastas entusiasmavam a família, que o encorajava com felizes perspectivas. Demonstrando ter herdado de sua mãe a grandeza moral e os predicados finos e intelectuais do seu pai, manifestava desde então o portentoso equilíbrio cerebral que o remontaria à altura das maiores cerebrações do seu tempo.

Chegado a São Paulo, foi recebido com especial agrado pelo Bispo Metropolitano — D. Frei Manuel da Ressurreição. Encantando-se com aquela inteligência peregrina, o próprio Bispo se encarregou da sua educação secundária; e pessoalmente lecionou-lhe francês, lógica, metafísica, ética e retórica, aperfeiçoou-lhe

o preparo das humanidades e pô-lo com as ciências indispensáveis à formação da cultura. Afinal, achou-o apto aos cursos superiores, com o pleno conhecimento das suas matérias básicas.

Deante do progresso vertiginoso nesses estudos, e das qualidades morais que revelava, pensou o Bispo em fazê-lo padre. Como a sociedade se dividisse em três classes — cléro, fidalguia e povo — era sempre bem que um fidalgo ingressasse no cléro, para continuar a firmeza dessa casta. Depois, a diocese necessitava de sacerdotes ilustrados, a religião precisava de eleitos, e a casta — de grandes personalidades. E D. Frei Manuel da Ressurreição foi insistir com a família. O jovem estudante patenteava qualidades excepcionais. A família, que o havia inscrito com os irmãos para a carreira sacerdotal, ouviu, contudo, os desejos do menino; e como o seu irmão mais velho — Patrício Manuel Bueno de Andrada já estivesse cursando o Seminário para receber ordens sacras, ponderou que havia bastante representantes seus no cléro. Pois eram padres os seus tios Dr. José Bonifácio de Andrada, Tobias Ribeiro de Andrada e João Floriano Ribeiro de Andrada, sendo que o seu próprio irmão Patrício breve se ordenaria. E com isso, José Bonifácio teve liberdade de seguir a sua vocação.

Adquiridos os conhecimentos que o Bispo Diocesano lhe pudera fornecer, partiu o rapaz — três anos depois da sua saída de Santos, para o Rio de Janeiro a fim de concluir os estudos propedêuticos à Universidade.

Na Capital do Vice-Reinado estudou José Bonifácio com os professores que havia, frequentando os cursos da época. Os grandes homens da Colônia admiravam-se da sua inteligência e preparo. E três anos depois estava senhor de todo o material científico necessário para brilhante carreira em qualquer universidade européia.

Tinha 20 anos, belo rapaz, louro, de mediana estatura, compleição delicada, maneiras fidalgas e distintas, de simpatia avassaladora. Escôndia nesses predicados pessoais, com que a Providência tanto se esmerou em brindá-lo, o descortino lúcido, o equilíbrio perfeito e os horizontes amplos do talento. Expansivo, alegre, com êsse humor de saúde robusta, era transbordante e vivo, impulsivo e arrebatado, ou reservado e comedido conforme a ocasião. Mas sempre amável, solícito e bom, como para esconder a altivez indobrável do seu caráter. Tinha personalidade. E com o ideal científico que do bêrço tão alto erguia, fugia de festas e transbordamentos próprios de estudantes. A mocidade era-lhe apenas um meio para o fim que acaalentava.

Seguiu, então, em 1783, para a Universidade de Coimbra, com todos os conhecimentos que a América lhe pudéra proporcionar. Desembarcando em Lisbôa, rumou para a pinturesca Cidade Universitária e matriculou-se na Faculdade de Direito e na de Filosofia Natural.

Do mesmo modo que chamara sobre si a atenção em Santos, quando com seus pais aprendia os rudimentos das letras, e empolgara o Bispo Diocesano em São Paulo no curso secundário e se impuzera também no Rio de Janeiro com seus dotes pessoais e cabedal adquirido, agora a clássica Universidade o festejava. É o moço brasileiro que ali chegava precedido de fama, iniciou o duplo curso — entre a amizade dos colegas e a respeitosa admiração do seu talento. Dedicou-se de corpo e alma a êsses afazeres. Todo o tempo era pouco aos seus estudos. Se não fugia dos companheiros, dado o seu temperamento alegre e expansivo, não compartilhava das troças e serenatas. — Foi absolutamente estudioso. Pequeno sábio entre a estudantada.

Afinal, após brilhantíssimo curso, com os mais rasgados elogios dos doutos professores e profunda emoção que sua inteligência provocava, conquistou, a 16 de junho de 1787, os diplomas de Bacharel em Filosofia Natural e o de Bacharel em Direito Civil.

Cheio de saber, cheio de fama, cheio de amizades e simpatias, sobraçou os diplomas e seguiu para Lisbôa — a fim de iniciar a vida prática.

IV

DUQUE DE LAFÕES

D. João Carlos de Bragança, Duque de Lafões, que saíra de Portugal em viagens de estudos e levara anos a percorrer demoradamente os mais adiantados países ocidentais, voltava definitivamente para a Côrte Portuguêsa.

Nessas Capitais, frequentando as reuniões dos maiores letrados e procurando sempre os grandes intellectuais, o Duque de Lafões cultivou o conhecimento pessoal dos homens de ciência, das letras e das artes. Preocupando-se com as coisas do espírito, era político adiantado e de visão. E agora, em seu Paço de Lisboa, resolveu congregar a intellectualidade lusitana. Comprazia-se em reunir o escól da intelligência e da cultura, em saráus magníficos. E com o devotamento sincero à cultura e ao talento, avaliava os valores de sua terra. Por isso, estava ao par do brilhantismo do curso universitário do simpático brasileiro. Desejou conhecer essa cabeça que a Colônia mandava como para ofuscar os dotes dos metropolitanos. Tinha curiosidade em apreciar as qualidades desse moço — precedido de tão grande fama. Precisava atrair para o seu grêmio famoso o jovem que deixava um rastro de luz por seu caminho. E mandou convidá-lo.

José Bonifácio desembarcava para tentar vida profissional. Tinha 25 anos. Recebeu com íntima ufania o honroso convite. Viu que talvez êsse gesto fidalgo lhe abrisse as portas da vida nova. Agradeceu-o, de coração. Frequentou-lhe o Paço soberbo, compartilhando das reuniões intelectuais. E empolgou a sociedade. O Duque, embevecido com aquela mocidade radiosa, cativo da simpatia que a aureolava, e avaliando da erudição e descortino daquela personalidade transbordante, acenou-lhe com a Academia de Ciências.

E como se vangloriasse de ter fundado a Academia, escolhia a dedo os seus eleitos. Reconhecendo o extraordinário talento do jovem doutor, fê-lo admitir como sócio — independentemente do falso obstáculo da sua mocidade expansiva e jovial. Para isso, desenvolveu forte trabalho junto dos poderosos elementos do mundo oficial. Tomara-se de simpatia e admiração por José Bonifácio. Resolveu protegê-lo. Certo de que Portugal muito lucraria com o aproveitamento de tão robusta individualidade, o Duque de Lafões pensou utilizar as raras aptidões e vastos conhecimentos do moço americano para o próprio reerguimento de Portugal. Como patriótica e incansavelmente se esforçasse pelo renome da sua Pátria decadente, julgou o Duque que talvez a mocidade privilegiada e vitoriosa de José Bonifácio conseguisse um dia a ressurreição das indústrias lusitanas, do sólo exausto e do seu crédito desbaratado.

Com o descortino de homem viajado e observador, viu que Portugal precisava de novas luzes e de novas atividades para romper o arcaísmo quase medieval que o atrofiava. A transformação científica e filosófica dos grandes centros, êsse desenvolvimento progressista dos países adiantados, não penetraria a crosta de aço do tradicionalismo português: e as idéias

novas, que exigiam talentos novos que as transplantassem para o equivalente ressurgimento, não encontravam pulsos de ferro e capacidades criadoras em sua terra. Sabia que a espantosa modificação dos países ricos não chegava até a mocidade estudiosa, perdida ainda na tradição ferrenha e nas serenatas. Enxergou que, com a decadência, a vida intelectual era mais contemplativa e boêmia, o que o século não mais permitia. Esse platonismo evidenciava a ruína. Cumprira reagir, para salvação da nacionalidade. Novos campos para a atividade, novos rumos para a instrução, novos horizontes para o espírito, novos métodos para o trabalho e novo trabalho para essa ressurreição. E o Duque entendeu que ninguém estaria melhor do que José Bonifácio para esse plano audaz e vivificador. Já Lisbôa conhecia o poder da cultura e o fascínio do talento do jovem americano; já a Capital festejava o valor do seu caráter e o equilíbrio de suas qualidades magníficas. Cumprira agir, necessitava começar.

Por esse bafejo oficial e poderoso, ninguém estranharia que fôsse José Bonifácio apontado para a formidável tarefa. Seus predicados se impunham, seu futuro era promissor e brilhante. E a Academia de Ciências de Lisbôa propôs ao Governo a missão redentora. E o Governo comissionou-o para aperfeiçoar em França os estudos de ciências naturais. — Com José Bonifácio comissionou também o seu patrício brasileiro — Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt de Sá, já notável mineralogista, e o alentejano Joaquim Pedro Fraggoso de Siqueira. Em junho de 1790 partia êle, em companhia dos dois colegas, para a Cidade-Luz — Paris.

Verdadeiramente data daí o renome de José Bonifácio, pois do grande e mundial centro da Capital da França, começou a expansão do seu talento de sá-

bio. E se não fôsse a amizade dêsse fidalgo e culto bastardo bragantino, se não fôsse o generoso interêsse dêsse vidente patriota nacionalista, que era o Duque de Lafões, José Bonifácio talvez não tivesse penetrado a imortalidade — para o renome de Portugal e independência do Brasil.

Quando se discutia em Lisbôa a honrosa comissão científica no estrangeiro, quiz José Bonifácio mostrar ser digno de tal proteção. Fêz timbre de revelar a Portugal o valor do seu trabalho e o patriotismo do seu talento. E partiu em viagem de estudos e pesquisas pela Estremadura, de onde voltou com um substancial relatório. Êle, que entrara para a Academia de Ciências em 4 de março de 1789, apresentou-lhe então, nesse ano de 1790, dois formidáveis trabalhos: “Viagem Mineralógica da Província da Estremadura” e a reveladora “Memória Sôbre a Pesca das Baleias e Extração do seu Azeite”. Com a primeira, desvendava um campo fértil e rico à indústria portuguesa; com a segunda quiz mostrar à Academia que não fôra eleito por simples proteção e sim por mérito próprio. Demonstrando ao Govêrno as vantagens decorrentes do encorajamento das pescarias e indústria nas vastas costas do Brasil, fêz verdadeiro compêndio. Essas *Memórias* produziram assombro. E os dois estudos desvendaram, à luz meridiana, a amplitude dos seus conhecimentos e o gráu de sua realização prática.

A pesca da baleia e as armações de Bertiôga, São Sebastião, Barra Grande de Santos e Santa Catarina, produziam fortuna considerável. Só nesta última Capitania, em 1775, pescaram 500 que rendcram Cr\$ 15.000,00 naquêles ominosos tempos. Mereciam, portanto, as vistas da administração nacional. Dissertando como profundo especialista e profissional prático de assombrosa competência, dava idéia de ter vivido

a vida inteira na pesca da baleia e no seu aproveitamento industrial.

E, na soma espantosa de dados e observações, corrigia os erros até então cometidos, aconselhava métodos mais inteligentes e demonstrava a sua vantagem. Com idéias novas e bases científicas, com fatos positivos e meios mais eficazes, patenteava a grande indústria que se poderia organizar. Estudando as pescas como fator da grandeza de vários povos primitivos, através de toda a história universal, José Bonifácio resalta a decadência de Portugal desde o domínio dos Felipes que as tributou asfixiadamente. Discorre sobre o incremento do comércio do atum e da sardinha — que são abundantes nas costas portuguesas; do bacalhau do Minho; do bacalhau brasileiro existente entre o rio São Francisco a Paranaguá, com a Bahia de permeio; das tainhas de Cabo Frio a Santa Catarina; das cavadas e anchôvas do Rio de Janeiro; das garôpas do Espírito Santo; dos sargos nos mares santistas e fluminenses. E estuda o desenvolvimento do comércio e as especialidades ictiológicas, como emérito conhecedor de piscicultura. Ao mesmo tempo, mostrou que além da pesca favorecer a fortuna privada e aumentar as rendas públicas, é uma escola de marinheiros — de que tanto as nações necessitam. Demonstra que os erros produzem danos irreparáveis à economia privada e à nacional, e porisso, corrige êsses erros. Preleciona sobre o desenvolvimento prático da pesca e da indústria, com descortino e clareza, bem como sobre o tipo, custo e montagem das embarcações. Não se esquece de doutrinar sobre os apetrêchos destas baleeiras e sobre os arpões, anzóis, lanças, ganchos, facões etc., desde o seu pêso à constituição do aço. Orienta a construção das fornalhas modernas, grelhas e tanques, determina o modo da re-

finação do azeite para a sua melhor qualidade e barateamento. Aponta o remédio, ensina o modo da fabricação, mostra o lucro, analisa a qualidade e dá a maravilhosa impressão de que, sendo especializado perito, sempre viveu uma existência de pescador.

Revolucionando os conhecimentos centenários da pesca, desvenda os novos rumos do futuro. — Faz obra de renovação. E' o início do seu apostolado, amostra do programa entrevisto e planejado pelo Duque de Lafões.

Também o seu estudo mineralógico da Estremadura descortina a vastidão do seu talento. E a Real Academia de Ciências de Lisbôa, fazendo imprimir essas obras, homenageia o seu grande sócio e o aponta como uma das reais esperanças do reerguimento de Portugal.

A mocidade tem, contudo, outras exigências; e a própria ciência necessita de outro amparo que não o da inteligência exclusiva. José Bonifácio, moço e ardente, era artista — possuía coração. E enquanto procedia a êsses trabalhos notáveis, não deixou de frequentar o Paço do seu magnânimo benfeitor. E, em meio daquela sociedade luzida de intelectuais e da nata da fidalguia lusitana, quiz o destino que conhecesse êle um tipo de mulher que condizia aos seus sonhos de iluminado e de estéta. Era a jovem Narcisa Emília O'Leary, de origem irlandesa, aparecida há pouco na faustosa Côrte. Ao par de finíssima educação e esmerada inteligência, possuía essa beleza física que sempre fêz o predomínio da mulher. — Trazendo nos olhos tranquilos a mística nostalgia dos mares garços, no talhe delgado e nobre a sensibilidade dos juncos oscilantes pelos ventos do norte, aliava a viveza intelectual latina à bondade afetiva da brasileira. Conjugando excepcionais dotes de espírito

à grandeza moral de alma perfeita, atraia e subjugava; e o Paço fidalgo rendia-lhe justa vassalagem. A lógica mandava que os dois astros se aproximassem, que as duas mocidades eleitas se entendessem. José Bonifácio divisou nela o apôio à sua alma, a fôrça para sua luta, a companheira de suas glórias e tormentos, a musa entressonhada desde a América. E como as almas nascem aos pares, no dizer de João de Deus, entenderam-se desde logo e casaram-se.

Teve assim José Bonifácio todos os elementos para a sua grande obra, os fundamentos seguros à sua vitória.

V

VIAGENS DE APERFEIÇOAMENTO

Comissionado por Portugal, seguiu para Paris. Amparado pela espôsa dedicada, iniciou na Cidade-Luz a sua verdadeira grandeza.

Frequentando os centros dos mais ilustres representantes da ciência nova, bebeu os vastos conhecimentos que em todos os campos mentais a Revolução Francêsa proporcionava. Matriculou-se nos cursos de química e mineralogia, inscrevendo-se também no de botânica.

Nas salas reboantes ainda das palavras de Lavoisier, o criador da química moderna, ouvia as profundas lições de Chaptal e Fourcroy — êsses mestres continuadores daquêle gênio. E o célebre Abade de Haüy — que fundava o curso de mineralogia em França, e que assim instituiu uma ciência nova, teve como um dos seus primeiros alunos o moço brasileiro. Do mesmo modo, o nome de Jussieu era aclamado como de sábio botânico; e José Bonifácio aprendeu com êle o importante ramo da História Natural.

Enquanto o seu espírito se aprofundava na ciência dêsses sábios, encontrava ainda tempo para novas elocubrações. E na Sociedade de História Natural de Paris, presente os padrões da intelectualidade univer-

sal, ia o moço americano lêr a sua "*Memória Sobre os Diamantes do Brasil*".

Duas surpresas: o Brasil, com sua riqueza, e esse filho intemerato.

Estudando as descobertas de 1727, de Bernardo da Fonseca Lobo, nos ribeirões de Cerro Frio, em Minas Gerais, historiou os descobrimentos bandeirantes, as localidades onde eram as gêmas encontradas, bem como os caracteres distintos desses minerais em confronto com os dos outros países. Revelou as possibilidades brasileiras na riqueza diamantina, chamou sobre ela a atenção científica da Europa.

E a mocidade radiosa do estudante infundiu simpatia, admiração e respeito por parte dos sábios de Paris. Que futuro extraordinário para as ciências — com aquela revelação! Se somente os anos, em avançada idade, conseguiam reter tanta cultura para obra dessas!

Porisso, os seus mestres e amigos se alvoroçaram com o término do comissionamento. Como José Bonifácio tivesse de regressar para Portugal, por terminação desse curso de um ano, puzeram-se eles a aconselhá-lo a que não abandonasse o aperfeiçoamento. Insistiam por que fôsse percorrer outros países adiantados, e distendesse a sua viagem proveitosa.

O Diretor da Escola de Minas de Paris procurou o Embaixador Português, D. Vicente de Souza Coutinho; e com suas credenciais, interveiu em nome da Escola e da Ciência. Diante da proteção francesa, exclusivamente manifestada pelo valor de José Bonifácio, Portugal cedeu. Também, Martinho de Melo — Ministro da Marinha e Ultramar de D.^a Maria I, tinha receio que voltasse êle para o Brasil e, com tantos predicados pessoais, fizesse lá uma revolução.

Portugal autorizou a prorrogação do prazo da comissão de José Bonifácio e seus companheiros; e porisso resolveu êle ultimar os seus estudos.

A França constituiu-se o centro universal das transformações científicas. Lavoisier criara definitivamente a química, enquanto Bichat orientava do mesmo modo a Biologia. Logo depois Broussais desmembrou a Patologia positiva e Blainville completava a Biologia. Com isto se debuxavam as leis fundamentais da Sociologia. Enquanto a França investigava as ciências abstratas, por seus nomes imortais, a Alemanha desenvolvia as ciências concretas — Botânica, Geologia, Geognosia, Oritologia, Montanística e outras.

José Bonifácio convidado, entrou para a Sociedade de História Natural de Paris, em 4 de março de 1791, e também para a Sociedade Filomática da Cidade-Luz; e pertencendo assim a duas notáveis agremiações, resolveu seguir o conselho dos mestres e admiradores. Partiu para a Alemanha. A cidade de Freiberg, no Reino de Saxe, era famosa por sua Academia e pela opulência metalúrgica dos seus arredores. Fixou-se nela, matriculando-se na Academia. Ouviu, então, as sábias lições de Abrahão Gottlib Werner sobre Montanística, digno êmulo do Abade de Haüy. Estudou Matemática com Lemp, Legislação de minas com Khöhler, Química dos minerais com Kjozsch, Química aplicada com Freisleben e Metalurgia com Lampadius — os grandes sábios germânicos. Teve como companheiro de estudos e ideais a êsse Alexandre Humboldt — que escreveria mais tarde sobre êle e alcançaria a immortalidade. O grande sábio uniu-se em sólida e nobre amizade ao colega americano, nessa poética cidade de estudos e investigações.

Em 13 de outubro de 1792 José Bonifácio e Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt de Sá obtinham

autorização para inspecionarem as minas e fundições da Saxônia, autorização que lhes vinha de Dresden, como a professores eméritos.

Concluído o seu curso na Academia de Freiberg, José Bonifácio seguiu com seus companheiros para as regiões mineralógicas da Europa, a fim de aperfeiçoar conhecimentos técnicos. E para despedida dêsse centro de estudos e encantamento, dessa cidade de tão famosa intelectualidade, escreveu em alemão a aplaudida "*Memória Sôbre as Preciosas Minas de Satha*" que obteve larga divulgação.

Rumou para a Itália, o tradicional e poético repositório da latinidade. No norte da Lombardia, percorreu em estudos as minas do Tirol. Viaja depois para Pavia e vai abeberar-se dos conhecimentos do célebre Volta que, tendo abandonado a poesia, se tornara o grande mestre da eletricidade. Nesse campo que preocupara Lavoisier e Laplace, José Bonifácio corrigiu as observações de Galvani, a teoria conhecida com o nome de galvanismo, demonstrando que os metais, sob a ação de agentes químicos — ainda que isolados, produziam força elétrica semelhante a dos animais. Escreveu, então, a "*Memória Sôbre o Fluido Elétrico*", sob a admiração do sábio professor. Depois, em Turim, na Província de Padua, dedicou-se a pesquisas sôbre a constituição geológica dos Montes Euganeos, grupo vulcânico que é ramificação dos Alpes Cadóricos, escrevendo a respeito um interessante trabalho: "*Viagem Geognóstica dos Montes Euganeos*". Contrariando ainda aí as conclusões doutrinárias de Ferber, de Fortis e de Spallanzani, atribui sua formação a uma origem sedimentária. A Itália festejou o seu talento. A Academia Real de Ciências de Lisbôa publicou o seu notável trabalho. O seu nome repercutiu pelo mundo. Com as homenagens da Itália,

rumou José Bonifácio para Viena. Ali, na grande e formosa Capital, obteve a autorização de 7 de abril de 1794 para, em companhia de Manuel Ferreira da Câmara, inspecionar as salinas austríacas. E em demorado estudo mineralógico do velho Império, obtinha a licença especial de 11 de outubro de 1795 para estudar as minas e fundições da Áustria. Demorou-se nas pesquisas das minas da Estyria, da Carintia e do Tirol. Depois de minuciosos trabalhos científicos e perquirida toda a região mineralógica, seguiu para a Húngria. Pela autorização governamental de 15 de dezembro de 1795, datada de Neusohl, pôde com seus companheiros investigar as ricas jazidas do interessante território. E sómente em 1.º de setembro de 1796 (quase três anos decorridos) — com passaporte de Viena assinado por D. Laurent de Lima, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário de Portugal, pedindo passagem, garantia e auxílios para êle, e com o salvo-conduto assinado a 9 de setembro por Egydius, Barão de Collembock, por ordem do Imperador da Áustria — seguia José Bonifácio para a Escandinávia.

Percorrera grande parte da Europa estudando, investigando, descobrindo e pontificando entre sábios. Queria agora conhecer as jazidas metalíferas nórdicas e suas vastas florestas típicas. Essas terras de sonhos e de gelo atraíam o seu espírito curioso. Rumou para Stockolmo. E tanto na Suécia como na Noruega êle pesquisa os fósseis, investiga minerais, experimenta, induz e deduz e se dedica a profundo estudo. E ao fim de extenuantes experiências e transcendentis investigações, como mergulhador que traz do fundo do oceano a joia perdida, logra uma descoberta que o tornaria célebre. José Bonifácio descobriu quatro minerais autênticos e oito variedades desconhecidas. Essa descoberta o inscreveria eternamente nesse ramo

científico. Essas doze revelações que a sua visão, estudos, conhecimentos, observações, pesquisas, investigações e experimentações trouxeram a lume — fizeram a Real Academia de Ciências de Stockolmo, em 25 de outubro de 1797, diplomá-lo membro festejado. As espécies novas, são: Petalite (silicato de alumina, sódia e lithia); Spodumene (também silicato das mesmas substâncias); Scapolite (semelhante no aspecto e composição aos feldspathos); e a Kryolite (fluoreto de alumínio e sódio). As variedades são: Akanthicone (variedade de Epidoto); Salite (variedade de Augite); Coccolite (variedade de Pyroxene); Ichthyophthalma (silicato de cal e potassa); Indicolite (variedade azul da Turmalina); Aphrizite (variedade também da Turmalina); Allochrite (variedade da Glossulária); e Wernerite (variedade de Scapolite ou Parauthina).

O sensacional descobrimento foi publicado — com todos os caracteres distintos dos doze minerais, no “Journal de Physique” — de Paris, no “Jornal de Química” — de Scherer (Alemanha), nos Anais de Química de Fourcroy e em vários jornais ingleses.

E’ eleito membro da Sociedade dos Amigos das Ciências Naturais de Berlim. A sua carreira científica atinge ao apogeu. Mas, êle que conquista por onde passa o nome de sábio, é disputado pelos centros científicos de outros países europeus. Vai para Copenhague, onde estuda com Bergmann e com Abilgrad — os grandes mestres da Dinamarca. Depois, com passaporte de 17 de maio de 1799 assinado por Jean Rademaker, Encarregado de Negócios de Portugal, pedindo passagem livre e segura e auxílios de que possa necessitar, parte da Dinamarca para a Alemanha, Bélgica, Holanda, Húngria, Boêmia, e vai até a Turquia, dando nova orientação às suas indústrias mineralógicas e novos rumos às suas explorações.

Regressa depois para a Inglaterra onde, em Londres, frequentou as aulas de Priestley — químico, filósofo e teólogo.

Por todos os países, por todas as Capitais, por todos os centros científicos, por toda a parte era José Bonifácio recebido com as honras dos grandes Mestres e a admiração que sómente conseguem obter os sábios de universal renome. Verdadeiramente, o padrão da glória portugêsa.

Mais de um decênio consagrou êle a êsses estudos e trabalhos. Forçoso era voltar para a sua pequenina pátria. E se todas as Capitais, todos os países percorridos o festejavam como sábio, se toda a alta cultura europêia o tinha como abalizado mestre, se a intelectualidade o reconhecia excepcional e fecundo, justíssimo que levasse para Portugal a glória desse nome, os louros do seu triunfo, o resultado dêsses conhecimentos e a prática de seus trabalhos.

VI

EM PORTUGAL

Portugal acompanhava o seu filho na longa peregrinação. A fama que o aureolava pelos países cultos chegava aos seus ouvidos em brados de orgulho e satisfação. Ansiava por tributar-lhe as homenagens de Pátria agradecida. Esperava-o como símbolo do reerguimento nacional. Os governos de D.^a Maria I e o da Regência — que o mantiveram no estrangeiro, iriam festejar a privilegiada cerebração que diria dos novos destinos da terra decadente.

E José Bonifácio chega como suprema esperança da Pátria arruinada. Era a energia nova que viria amparar uma terra de tradições gloriosas, de espírito imortal e grandezas históricas, agora enfraquecida e exausta.

O ilustre filho da América, depois das vitórias conquistadas nos países progressistas, depois da frequência por dez anos de celebridades e gênios e de ter adquirido honestamente o nome de sábio, volta em pleno vigor de sua maturidade ao velho solar lusitano. Trazia o cérebro a refervilhar de conhecimentos e de idéias novas, a fama gravada em estudos científicos e descobertas célebres, o espírito formado em horizontes vastíssimos, a alma povoada de ideais renovadores.

E Portugal que temia o seu regresso ao Brasil e desejava o seu concurso de iluminado, recebeu-o orgulhoso, com carinho e distinção.

Para retribuir a proteção governamental, José Bonifácio não aceita os honrosos lugares que Portugal lhe oferece em Lisboa. E à glória de situação cômoda na Capital, prefere os penosos trabalhos do estudo do subsólo, do sólo e do seu habitante lusitano. Porisso, dedica-se primeiramente à investigação mineralógica, como complemento àquela primeira *“Viagem Mineralógica pela Província da Estremadura até Coimbra”*. E depois de rigorosa investigação e demorada pesquisa, escreve as memórias: *“Sôbre as minas de carvão de pedra de Portugal”*; *“Sôbre a nova mina de ouro da outra banda do Tejo, chamada Principe Regente”*; *“Sôbre as pesquisas e lavra dos veios de Chasin, Souto, Venlozello e Villar Del Rey, na Província de Traz-os-Montes”*; *“Sôbre a minerografia da Serra que decorre do Monte de Santa Justa, até Santa Comba”*; *“Sôbre o distrito metalífero entre os rios Ave e Zézere”* e a *“Discrição minuciosa das minas de Salha”*.

Enquanto com visão segura estudava a geologia da Metrôpole, para o aproveitamento industrial dos seus filões mineralógicos, ia pontificando como genial mestre sôbre os métodos práticos ao reerguimento de sua indústria extrativa. Determinando as bases do renascimento financeiro, não se esquecia da sua pátria americana, êsse Brasil que em sonhos evocava. E escrevia as *“Instruções práticas e econômicas para os mestres e feitores das minas de ouro de Desmonte e Levagem”*, como contribuição à grandeza da Colônia portuguesa. Corrigindo os erros da técnica, rompendo com a tradição centenária, determinando o modo do aproveitamento completo da mineração, os gastos do seu serviço e os lucros a auferir, José Bonifácio fêz

timbre de lançar os fundamentos modernos e econômicos da indústria universal. Parecia ter vivido uma vida inteira nos trabalhos de mineração.

Deante dessa nova orientação racional e moderna, o Príncipe Regente, mais tarde D. João VI, resolveu criar na Universidade de Coimbra a cadeira de Metalúrgica, para que o sábio e patriota formasse alunos que o continuassem na renovação nacional. E por Carta Régia de 15 de abril de 1801, nomeou-o para a cátedra. Mas, como um simples bacharel não pudesse reger cadeiras naquêlê Instituto de ensino, nomeou-o Doutor em Filosofia Natural e determinou que se lhe conferisse o respectivo Capelo; e a 20 de junho de 1802 recebia êle o gráu de Doutor. Aquêlê bacharel em Filosofia Natural de 17 de junho de 1787 tornava-se Doutor e Catedrático da mesma Universidade — quinze anos depois.

Em Coimbra, lecionando e trabalhando, com descortino genial, não deixou de se interessar por todas as coisas de Portugal. Porisso, foi nomeado Intendente Geral das Minas e Metais do Reino, e depois — Membro do novo Tribunal de Minas, criado para direção das Casas da Moeda, Minas e Bosques, tribunal êsse que não se instalou. Nesse elevado posto da administração, prosseguiu a sua tarefa de ressurreição industrial e financeira da Pátria. No mesmo ano o Govêrno nomeou-o ainda Administrador das Minas de carvão de pedra de Buracos. Não bastava ser Intendente Geral das Minas; era preciso que fôsse êle reger e administrar pessoalmente essa importante indústria. Conseguindo corrigir os seus erros e renovar a extração, foi ainda José Bonifácio designado Administrador das antigas fundições de ferro de Figueiró dos Vinhos e Avelar, fundadas por D. João 1.º, agora

em dismantelo, para o fim de as restabelecer de novo. E com visão prática e descortino científico, logrou resuscitar êsse centro produtivo. Assim, com orientação pessoal e organização descortinada, restabeleceu toda a indústria extrativa e mineralógica de Portugal. E como fôsse um gênio que resolvia de golpe os mais difíceis problemas, encontrava tempo para todos os seus árduos encargos. Sabendo o Govêrno que sempre encontrou êle tempo para tudo, aproveitava-o também para a Direção do Real Laboratório da Casa da Moeda de Lisbôa, onde, apesar dos estafantes trabalhos e responsabilidades técnicas e econômicas, funda e dirige um Curso especial de Docimásia.

Nesse curso, formador de especialistas, teve o concurso do notável cientista brasileiro — Manuel Jacinto Nogueira da Gama, lente da Academia de Marinha e futuro Marquês de Baependi. Com o Laboratório e o Curso, ia José Bonifácio preparando elementos da mocidade lusitana capazes de continuar o plano da ressurreição nacional.

Portugal viu o seu sub-sólo estudado com carinho, para melhoria e grandeza econômica da indústria mineralógica e extrativa. Para a sua permanente continuação em progresso crescente, criou o curso de metalurgia e renovou o Laboratório, estabelecendo nêles o que de mais moderno existia. E as suas usinas, administradas com visão e tato, formavam as bases do ressurgimento começado do seio da terra.

Cumpria, agora, o aparelhamento renovador da superfície, a ressurreição do sólo, dessa terra milenária que produzira de todos os frutos. E o Govêrno confiou-lhe, então, a Direção da Sementeira de pinhais nos areais das costas marítimas, a começar por Couto de Lavos, por Carta Rêgia de 1.º de julho de 1802.

Estudando as terras devastadas por causas naturais, pelas guerras e pela ignorância dos lavradores, e classificando-as metódicamente para a cultura racional e compensadora, José Bonifácio inicia o aproveitamento científico do sólo. E ensinando agricultura sob as bases da geologia, trata da utilização completa de todas as terras de sul a norte, de léste a oeste, com lavouras específicas e cultivos remuneradores. E ensina, e renova, e aproveita, impõe idéias modernas e processos racionais. Publica, depois, a sua *“Memória sobre a necessidade e utilidade do plantio de novos bosques em Portugal, particularmente de pinhais nos areais de beira-mar; seu método de sementeira, custeamento e administração”*.

Verdadeira revelação do seu enciclopédico talento! No prefácio da obra explica o seu tríplice fim: 1.º — descrever e ensinar o método mais fácil e seguro de se fazerem e vingarem as sementeiras dos novos bosques; 2.º — diminuir quanto possível as respectivas despesas; 3.º — concluir a sementeira da porção da costa que lhe parecia ter mais necessidade e urgência de aproveitamento e defesa.

Em treze interessantes capítulos, em forma simples e clara, atraente e correta, doutrina sobre o reflorestamento em todos os seus múltiplos aspectos. Logo de início mostra a renovação do sólo com os proventos desse reflorestamento, especialmente nas costas áridas, nos terrenos estéreis e nos cumes e ladeiras improdutivas. E sob duas formas desses proventos — os naturais, ou cósmicos, e os políticos, discorre eruditamente sobre eles. Nos primeiros, avultam o reaparecimento da caça, a abundância dos estrumes naturais das folhas e resíduos mortos, a umidade essencial à vida vegetativa e animal, a purificação da atmosfera pela absorção dos miasmas dos charcos, a amenidade

da temperatura, enfim — a volta da vida à região morta. Sem matas não há umidade, sem esta não existem chuvas e orvalho, e assim não há fontes, não há rios, e portanto não haverá navegação — com o subsequente perecimento do comércio, da lavoura e da indústria.

Ensina que os proventos políticos não são menos importantes do que os cósmicos e naturais. Começa com o aumento das rendas públicas: a abundância de madeiras para o comércio externo, bem como para a melhoria da vida interna, além das precisas aos arsenais e estaleiros do Reino. Os produtos destas madeiras, tais como a potassa, a resina, a água-raz, os ácidos, as cinzas para adubo e sabão, impedem a importação e fomentam a prosperidade geral. Tornam-se bases para novos empréstimos e hipotécas particulares, e reserva econômica da própria Nação.

Nos doze capítulos seguintes discorre sobre areais, sobre as terras sáfaras, os seus trabalhos preliminares, as disposições destes, os remédios e preservativos, as sébes e coberturas da sementeira das árvores silvestres em geral e dos pinheiros em particular; sobre a lavoura que pôde e deve haver em tais sítios, a extensão da costa que se deveria defender e semear, bem como sobre o número de feitorias. Computa as despesas de tais obras e da administração das matas. Faz um catálogo alfabético das plantas próprias dos areais portugueses, com seus nomes botânicos e vulgares, e uma tabela minuciosa das despesas. E lança um compêndio de formidável erudição teórica e de colossal soma de conhecimentos práticos.

Começando pelas terras de Couto de Lavos, depois pelos Montes de Santo Amaro, perto da Figueira da Foz, ameaçadas de soterração pelas areias do ocea-

no, trata por todos os modos dêsse revigoramento da produção vegetal, ensinando o reflorestamento que fez a continuação primordial das condições climáticas e agrícolas da Europa.

E reconstituiu os solos estéreis e insalúbres da Metrópole, tornando-os ubertosos e sadios. Para isso, escreveu também a *"Memória sobre os terreiros que pelo arado não dão fruto, mas sendo cavados com picão, sustentam mais do que se fôsem férteis"*.

Para melhor experimentação e ensino, arrendou a Quinta de Almegue, nos arredores de Coimbra, à expensas próprias, a fim de ter completo campo de experiências agrícolas. Foi o precursor dos institutos agrônômicos e fazendas modelo. E sobre os estudos científicos que aí fez da agricultura, dizia depois ao Conde de Linhares: "Fiquei enriquecido de conhecimentos práticos e empobrecido na magra bolsa".

Como complemento a êsses trabalhos e difusão de suas experiências, escreveu *"Geologia elementar aplicada à agricultura e indústria, com um dicionário de termos geológicos"*; e *"Manual de Geologia"*.

Tendo estudado o sub-sólo e feito o reerguimento das suas indústrias extrativas e mineralógicas, tendo estudado o sólo e determinado o modo econômico e científico da sua ressurreição, tendo volvido os olhos aos mares e reorganizado em princípios novos a indústria da pesca, com o seu primeiro e monumental trabalho sobre a pesca da baleia, quiz dar feição mais ampla e financeira a esta, fundando então a Sociedade Marítima de Lisbôa; e com esta organização teve em mira o reerguimento do comércio marítimo — que deu riqueza e nome a Portugal.

Parecia terminada a tarefa entrevista e desejada pelo Duque de Lafões.

Mas, o Govêrno precisava de novos trabalhos do sábio americano. Terminada aquela obra gigantesca, queria mais ainda: nomeou-o Superintendente do rio Mondego e Obras Públicas de Coimbra, bem como Diretor Hidráulico das Obras e Encanamento do mesmo rio, e mais tarde Provedor das Fintas de Maralhães, em 1807.

Nesse campo de engenharia, José Bonifácio foi também um mestre. E reorganizando, e melhorando, e projetando, e aperfeiçoando e executando êsses serviços, escreveu as conhecidas "*Instruções para servirem de regulamento a tais obras e sua necessária polícia*", levando a efeito os seus planos modernos de construção, na feição econômica e rápida de todos os seus empreendimentos e administrações. Foi notável e exato.

Merecendo rasgados louvores pelo descortino dessa realização, ali também José Bonifácio, nesse campo de engenharia, pôs toda a sua inteligência e zêlo com que, rigorosamente e inexcedivelmente, cumpria seus deveres profissionais e científicos.

Lembrou-se o Govêrno de que êsse gênio que tudo realizava magistralmente para a ressurreição da sua Pátria, era também Bacharel em Direito Civil. Nomeou-o então para Desembargador Ordinário e efetivo da Relação e Casa do Pôrto. E foi José Bonifácio estudar o homem e a velha legislação portugueza através do Direito e da Justiça. Era o complemento lógico ao seu trabalho do reerguimento do sub-sólo, do sólo e dos mares.

Como em todos os seus empreendimentos, foi grande magistrado, honra das letras jurídicas nacionais. E com a inteligência iluminada por formidável cultura e povoada de idéias renovadoras e filosóficas, bebidas

na Revolução Francêsa, tudo fêz para adaptar as Ordenações do Reino e usos e costumes consuetudinários às conquistas do século. Atendeu ao homem, na evolução moderna do Direito. Foi Desembargador onze anos, distribuidor intemerato da justiça, aplicador progressista da ciência do Direito, interpretador vidente dos velhos textos legais e orgulho da magistratura.

José Bonifácio chegava ao apogeu da glória européia, que seu trabalho intelectual, científico e realizador conquistara.

O Príncipe Real da Dinamarca convida-o então para Inspetor das Minas da Noruega, o que equivale a uma consagração pública. Ao mesmo tempo era eleito membro da Academia Real das Ciências, de Copenhague. Também, as Academias Real de Ciências de Turim; a Werneriana de Edimburgo; a Leneana de Londres; a de Ciências Físicas e História Natural de Gênova; a de Ciências Filosóficas de Filadélfia, elegiam-no sócio honorífico.

Declinando do honroso convite real da Dinamarca, preferiu continuar na Cátedra de Metalurgia da Universidade de Coimbra e formar os futuros homens de sua Pátria.

Na organização metódica de sua vida, dispondo religiosamente dos minutos, encontrava tempo para todos os estudos e realizações. E quando os seus trabalhos, já organizados ou ultimados, lhe davam sôbra de algumas horas, aproveitava-as para obras intelectuais. E assim escreveu: "*Jornal das minhas viagens*"; "*Tratado de Mineralogia*"; "*Compêndio de montanística e docimásia*"; "*Testamento Metalúrgico*"; "*Observações sôbre diversas minas da Europa*"; "*Memória sôbre o trabalho e manipulação das minas de ouro*"; "*Experiências químicas sôbre a quina do Rio de Ja-*

neiro, -comparada com outras”; “Parecer sôbre a adoção, pelo govêrno, do novo sistema de pesos e medidas”; etc. etc..

Como apreciasse geografia antiga e verificasse que o helenista e filólogo de fama, José Tomé Barbosa, não satisfizera plenamente, com sua tradução esmerada, o pensamento obscuro do célebre Periplo — de Hannon, Rei dos Cartaginêses e seu General, resolveu aproveitar essa tradução em uma nova mais perfeita; e assim verteu para o português moderno, do grego clássico, o velho Roteiro das duas viagens dêsse Rei ao longo das regiões da Líbia, para muito além das colunas de Hércules. E anotou e comentou eruditamente êsse raro e instrutivo documento do passado, para esclarecer pontos obscuros e controvertidos da Geografia antiga do Oriente. Demonstrando que os ousados marinheiros de Cartágo, precedendo de muitos séculos os arrojados nautas portugueses da era dos descobrimentos, já tinham percorrido e conheciam perfeitamente uma grande extensão da África ocidental, tornou a célebre obra conhecida e discutida.

VII

NAPOLÉÃO BONAPARTE

José Bonifácio — que assistira de perto a Revolução Francêsa e conhecera, ali em Paris, os seus homens eternos, que bebera os conhecimentos das idéias novas no próprio centro que derruira os fundamentos da sociedade feudal, que acompanhava a evolução humana, política, científica e social desde os primórdios, sabia que a glória guerreira de todos os séculos era êsse padrão de genialidade e bravura — Napoleão Bonaparte.

Admirador entusiasta da França, seguia a transformação geográfica que a espada Napoleônica efetuava em todo o globo. E nunca, talvez, em sua vida de cientista e realizador, pensasse em medir fôrças com o Semi-Deus. Entretanto, os fados viriam pôr à prova a sua personalidade.

Grande também pelo gênio, José Bonifácio era dos maiores nomes da Europa; e êsse destaque fazia com que voltassem para êle os olhos aflitos de toda uma nacionalidade. Não relutou. Seu ideal americano, seu temperamento de brasileiro, seu sangue hema-tizado em terra bandeirante, sua origem e formação moral, fizeram a revelação de sua bravura e valor.

Tendo as hostes Napoleônicas invadido a Península Ibérica, ameaçavam conquistar Pórtugal. A Es-

panha forte e audaz, que já dominava o mundo pela intrepidez dos seus filhos, caía exausta e vencida. D. João VI, tomado de pânico e aconselhado pelas políticas adversárias do grande Côrso, procurava — com toda a côrte lusitana, as plagas longínquas e tranquilas do Brasil. E Portugal, sem rei e sem defesa, fôra fácil prêsa de Napoleão. Seus exércitos, cobertos de glórias em milhares de reencontros e batalhas, atravessaram a Espanha e dominaram o velho Reino. Foi isto em fins de 1807.

Quando D.^a Maria 1.^a, por morte de seu pai D. José, subiu ao trôno português em 1777, casou-se com seu tio, o infante D. Pedro III. Mas, viu logo depois falecer o marido e o seu filho D. José, pelo que adoeceu irremediavelmente em 1792. Assumindo as rédeas do govêrno o seu filho D. João, governou o Reino até 1799 em que D.^a Maria 1.^a enlouqueceu. Com isso, D. João se tornou Regente. Até 1807 esteve em Portugal, transferindo a côrte para o Rio de Janeiro em fins dêsse ano, pelo que, de 1808 até 1821 aqui residiu na América. Voltando para Portugal em 1821 faleceu em 1826.

A Revolução Francêsa de 1789 atingia, com o Terror de 1793, a completa transformação da sociedade feudal. O incêndio imenso, em que a população era dizimada sem lei e sem direito, levava o seu clarão ao resto da Europa. Os Direitos do Homem, entre o ateísmo e a morte em profusão, toldavam o bom senso da humanidade. Somente uma nação resistia à essa loucura coletiva: a Inglaterra.

Devido à falta de orientação política, Portugal queria seguir a Espanha, que mais tarde a traiu e lhe tomou Olivença. Mas, como a situação europêia não permitia indecisões, Portugal tinha de opinar ou pela sua antiga amiga Inglaterra, ou pela França guerreira

e conquistadora. O dilema era para todos os países. Com isso, Bonaparte exigiu de D. João o fechamento de todos os seus portos aos ingleses. Mas, de acôrdo com a tradição portugêsa e com a dignidade real, D. João não obedeceu a ordem. Em represália Bonaparte mandou Junot invadir Portugal. Na véspera de sua entrada em Lisbôa, D. João partiu para o Brasil, salvando assim o trono e a soberania do Reino. Com a fogueira produzida pelos Direitos do Homem, os liberais, os maçons e o povo não opuzeram resistência ao tremendo invasor. E Junot aboletou-se em Lisbôa. Com a política famigerada de Taillierand e Fouché, que prometia realizar um govêrno de liberdade e garantias, Junot organizou a Legião Portugêsa com os mais briosos e valentes soldados lusitanos. Entregando o comando dessa Legião ao Marquês de Alorna, Gomes Freire de Andrade e ao Brigadeiro Martins Pamplona, enviou-a para Bonaparte — que a juntou ao seu famoso exército. Com a partida da Legião Portugêsa pensou Junot arredar também o Clêro e a Nobreza; e aconselhou-os a que mandassem uma sua deputação a Baiona, para o fim de formular legalmente determinados pedidos a Napoleão. Essa delegação terminou por ser prêsa — depois dos pedidos para o bem-estar de Portugal. Livre dos heróicos legionários e livre das cabeças pensantes lusitanas, Junot impôs sua vontade férrea. Do clêro, nobreza e povo, as três classes sociais e distintas, somente restava o povo. E êste não tinha jeito de rebelar.

Mas, alguém ficou no norte de Portugal para organizar uma impossível libertação. E com o trabalho patriótico formulado em surdina, já a 7 de junho de 1808 a população do Pôrto reclamava o Príncipe Regente, queimava a bandeira francêsa e fazia tremular a flâmula das cinco chagas de Jesus.

Cidades do Minho e de Traz-os-Montes secundam o gesto da Capital do Norte; e a 19 dêsse mês constituia-se a Junta Provisional do Supremo Conselho do Reino sob a presidência do seu Prelado. E assim, Portugal levantou-se inteiro. A Espanha revoltara-se e combatia valentemente os francêses. O momento era oportuno; era oportuna a reacção portugueza.

A Junta, voltando-se para a Inglaterra, pediu-lhe auxílios; e a 5 de agôsto tropas inglêsas desembarcavam sob o comando de Wellesley (aquêle que iria decidir mais tarde a batalha de Waterloo). E a seguir as fôrças conjugadas derrotavam os exércitos de Junot em Roliça e Vimieiro, logrando o armistício de 22 de agôsto e a retirada dos francêses pela Convenção de Sintra, de 30 do mesmo mês.

Napoleão soube do desastre e fêz o seu General Soult executar uma segunda invasão de Portugal. Em fevereiro de 1809 penetrava êle por Chaves e em março instalava-se no Pôrto.

Ainda uma vez as populações de Traz-os-Montes e do Douro se amotinaram e, com as tropas reorganizadas por William Beresford e por Wellesley, conseguiram expulsar o invasor do sólo pátrio.

A seguir, Wellesley desce do Alentejo e vai combater os francêses na própria Espanha do rei José Bonaparte, em Talavera, pelo que o govêrno inglêz lhe concedeu o título de Lord Wellington.

Executando depois o plano do official de engenharia, José Maria das Neves Costa, pelo seu Tenente-Corônel R. Fletcher, levantou a defesa de Lisbôa com as linhas de Torres Vedras.

Portugal transformara-se numa vasta praça de guerra dirigida pelos inglêses. Mas o gênio Napoleônico se irritara com êsses desastres. Organizou, então, uma expedição de 110.000 homens sob o comando

supremo de Massena, e invadiu pela terceira vez a pequenina terra portugueza. Massena trazia por auxiliares o Marechal Ney, Junot e Regnier — os quatro formidáveis esteios das glórias Napoleônicas.

Mas, a grandeza dêsse comando foi a sua ruina. As celebridades militares que assim se juntavam, deram motivo — pela própria auréola heróica, a um tremendo desastre. Junot sentia-se diminuído em voltar como subalterno; Ney, via-se amesquinhado por ter de receber ordens que não do próprio Bonaparte; e Regnier não encontrava éco para sua voz, não era atendido. Compreendendo a desinteligência dos comandantes ilustres, Wellington atraiu os invasores para a Serra do Bussaco, onde as forças nacionais os venceram.

Massena, desesperado, tenta ainda conquistar Lisboa, mas esbarra com as linhas de Torres Vedras e é derrotado. Sem obter recursos de Paris, resolveu retirar-se, sempre perseguido pelo exército de Wellington até Toulouse onde, a 12 de abril de 1814, as forças portuguezas e inglesas entraram triunfantes.

VIII

MILITAR

José Bonifácio achava-se em Thomar, aquela cidadezinha que relembra em cada recanto a história gloriosa de toda a evolução portuguêsã. Contemplando o pesado Castelo dos Templários, que evocava o auxílio a D. Afonso Henriques para a expulsão dos mouros e constituição da nova pátria, via a tradição e valor heróico ali sintetizados.

Avisado da efervescência reacionária do povo contra os invasores, fêz causa com ela. Essa cidade lendária transformou, com suas evocações, o temperamento do sábio. Fê-lo guerreiro. Vulto gigantesco e simpático, têmpera de bandeirante em alma de iluminado, o seu nome abrangia toda uma nacionalidade. E aderindo à reação, levantou entusiasticamente toda a mocidade lusitana. Se Thomar viu desaparecer a soberania da Pátria em 1580 — quando as Côrtes sancionaram a fusão de Portugal à Espanha sob a corôa de seu rei Felipe, e se agora assistia a fuga de D. João VI, ainda Thomar haveria de assistir a ressurreição portuguêsã, pois transmudava — pela história gravada em cada uma das suas pedras, um sábio em guerreiro.

Com o aviso dos amigos e patriôtas, José Bonifácio lançou-se ao trabalho da guerra. Êle que durante toda a vida só se preocupara com as lides do es-

pírito e da inteligência, que vivera debruçado sobre a ciência e em peregrinações de suas pesquisas mineralógicas, sentira a eclosão do seu sangue americano, a agitação do seu temperamento de brasileiro, a explosão atávica de sua raça de paulista bandeirante. Se é verdade que pudera viver em Paris durante o formidável incêndio da Revolução Francêsa, se vira a existência humana ceifada pelo tremendo morticínio do Terror e a queda fulminante dos poderes de classe, sem ao menos levantar os olhos dos seus alfarrábios científicos, agora se via radicalmente outro, pois abandonava a clâmide da ciência pela espada vingadora da guerra. E pôs-se ao seu serviço. Adquirindo armas e munições, aliciando espingardeiros e soldados e remetendo-os para Coimbra, procurava ainda instrutores de tiro para a mocidade gloriosa que o ouvia como a um Deus. E com aquela simpatia avassalante, e com aquelas falas patrióticas a reçumarem convicção e fé, e com aquela visão de gênio, reuniu toda a juventude lusitana. Fêz a mocidade levantar-se em armas. Depois, em Coimbra, orientando e dirigindo o Vice-Reitor da Universidade — que era o Governador Civil e Militar da Praça, desenvolveu infatigável atividade. E enquanto aconselhava a administração, formava os batalhões que tanto concorreriam à libertação do velho Portugal. Depois de trabalho insano, reconstituído o exército, organizado o Corpo Militar Acadêmico, foi nomeado Major dêsse corpo. E partiu para a áspera campanha do Douro e do Vouga à sua frente. Batendo-se com a bravura raciocinada de íntima convicção, viu-se nomeado Presidente do Conselho de Polícia de Segurança da Divisão comandada pelo General Nicolau Trant. Pelos serviços que então prestou, o General o elogiou rasgadamente em comunicação oficial de 22 de agosto do mesmo ano. Fazendo as três cam-

panhas sem deixar a farda, revelou a sua extraordinária capacidade e intemerata intrepidez nos combates às três invasões napoleônicas. Porisso, foi citado em ordem do dia pelo Marquês de Campo Maior, Marechal-General. E sempre à frente dos denodados discípulos, comandando a mocidade, foi promovido a Tenente-Coronel por sua pugnacidade e valor. No final da campanha, exercia o posto de Coronel combatente. Se a Europa o admirava como sábio, Portugal venerava-o agora como soldado contra Junot, Soult e Massena. Combatendo-os e vencendo-os, viu o bravo americano cair o Pôrto e retirar-se o exército conquistador. E' então surpreendido com a nomeação de Intendente interino de Polícia e Superintendente da Alfândega e Marinha, para restaurar a ordem da cidade reconquistada e firmar a disciplina comercial da sua região. E ali, como estadista e militar glorioso, manteve a segurança, restabeleceu a ordem, garantiu os direitos, evitou perseguições e morticínios, impediu vinganças e assaltos, preveniu crimes e depredações, agiu com precisão e firmeza, ao mesmo tempo que defendia as costas marítimas, réstabelecia os serviços portuários, mantinha o desafôgo com a anarquia da vitória e reorganizava os trabalhos alfandegários.

Com aquela assombrosa atividade de tudo realizar num instante, José Bonifácio fazia voltar a garantia pessoal e econômica, repunha a vida e comércio do Pôrto em sua normalidade. E nessa cidade de tantas riquezas e glórias, revelou seu caráter inflexível e pulso de ferro. Com o prestígio do nome, do saber e da farda vencedora, ao lado da admiração pela bravura revelada nas batalhas e da estratégia dos seus movimentos, soube trabalhar pela causa pública; soube exercer com justiça a manutenção da ordem e evitar as represálias sanguinolentas contra os lusos partidários

dos francêses. Depois, retomou o seu comando e marchou para Lisbôa à frente do Corpo Militar Acadêmico, a fim de salvar a Capital do Reino do cerco de Massena. Estabeleceu o seu Quartel General em Peniche e tomou parte ativa na vitória final. Terminada a luta, reconquistado o território nacional, expulsos os francêses de Napoleão, José Bonifácio despiu a farda vitoriosa e voltou para a sua Cátedra e aos seus trabalhos. E depois, na Academia de Ciências de Lisbôa, da qual fôra eleito Secretário Perpétuo em 1812, discursava ironicamente, na sessão pública de 24 de junho de 1919:

“Em tão arriscadas circunstâncias mostrei, senhores, que o estudo das letras não desponta as armas, nem embotou um momento aquela valentia que sempre circulara em nossas veias, quer nascessemos aquém ou além do Atlântico”.

DESCANSO OU APOSENTADORIA

Lecionando e pontificando, foi José Bonifácio escrevendo suas obras: — “A Explanação da História Natural de Plínio” — “Ensaios da História Contemporânea” — “Elogios dos Reis de Portugal” — “Adágios e Rifões Portugêses na Agricultura”, etc..

Afinal, requereu sua aposentadoria. Tudo fazia-o requerer. Há mais de 30 anos saíra de sua terra natal, aquela vila pequenina de Santos que um dia, já cidade importante e primeiro pôrto brasileiro, o consagraria em monumento eterno. Portugal, que o mandara estudar nos mais adiantados centros científicos do mundo, recebera, como retribuição, sua ação renovadora em todos os principais campos econômicos e sociais, bem como o ressurgimento nas ciências e no próprio nome. Agora, para terminar a paga, vira que José Bonifácio empunhara as armas e combatera a Águia Napoleônica, jogando a vida em sua defesa. Agradecia a ação do filho extraordinário. Lá estava do outro lado do oceano Atlântico a América, o Brasil, a sua verdadeira terra. E José Bonifácio achava-se cansado, precisava repousar. Cumpria descansar ao lado dos compatriotas. Requereu, portanto, em 1816, a aposentadoria. O Governo negou-a desde logo. Foi-lhe, talvez, a sua primeira recusa. Não queria que êle

voltasse para a terra natal, devido ao seu grande renome. Sua presença no Brasil era temida como capaz de romper os laços que o prendiam à Metrópole. Grande de mais para a colônia distante, José Bonifácio continuou a lecionar e a trabalhar, mas renovou o seu pedido. Para isto, fez um histórico minucioso e completo de todos os cargos ocupados, mostrando os seus serviços de administrador, de organizador, de renovador, de cientista, de professor, de magistrado e de soldado. Terminou insistindo pela aposentadoria. Ao mesmo tempo que dava um balanço completo em sua vida pública e procedia à rigorosa prestação de contas dos múltiplos e relevantes serviços prestados com honra, grandeza e devotamento moral à monarquia e aos interesses sociais, econômicos e intelectuais do País, frizava que tinha direito a êsse descanso baseado em lei. Se era verdade que o Estado o mandara estudar por dez anos no estrangeiro, êle tudo fizera para a ressurreição de Portugal. Estudara-lhe o sub-sólo, o sólo, os mares e o homem, levantara-lhe a produção agrícola, desenvolvera e criara a indústria, aumentara as finanças, o comércio, o nome e a glória. E tudo o fizera por considerar “um prazer puro da alma espalhar pelo mundo o fruto dos seus estudos e meditações, ainda sem outra remuneração que a consciência de fazer o bem”.

Deante da justiça do pedido, D. João VI não quiz despachar a petição e preferiu permitir a sua volta ao Brasil no gôzo dos seus vencimentos. Era o modo de o trazer ligado aos interesses do trono, pois estaria sempre à sua disposição com seus conselhos, experiências e luzes. Era o meio de ter a sua privilegiada inteligência para a resolução de problemas técnicos, administrativos e políticos. Era a fórmula de o conservar prêso aos interesses de Portugal e evitar que a sua

extraordinária fama abalasse os liâmes que uniam o Brasil à Metrópole. Seria a continuação do funcionário público de inquebrantável nobreza ao serviço ininterrupto do Reino.

Portugal que lhe negara a aposentadoria em 1816, somente agora, em 1819, a concedia por êsse modo; mas, concedia apenas a permissão de seu regresso. Concedia, de fato, a sua volta — devido talvez às exigências do novo estado de coisas do Brasil e da própria política de Portugal.

E assim, regressou em fins de 1819 para a América, depois de tremendas dificuldades opostas pela Regência portuguesa. Foi preciso a intervenção direta de D. João VI, com essa fórmula de dependência, para que revisse êle o amado Brasil. Em sua despedida da Europa, o *Instituto de França*, fundado por Colbert em 1666, o elegeu correspondente, entre os oito sócios estrangeiros, para a 7.ª seção — “Mineralogia”.

E em seu discurso de despedida da Academia de Lisboa, de 24 de junho de 1819, exclama jubiloso ao partir para o Brasil:

“E que país êsse, senhores, para uma nova civilização e para novo assento das ciências!... Que terra para um grande e vasto império!... Banhadas suas costas em triângulo pelas ondas do Atlântico, com um sem número de rios caudais e de ribeiras empoladas, que o retalham em todos os sentidos, não há parte alguma do sertão que não participe mais ou menos do proveito que o mar lhe pôde dar para o trato mercantil, e para o estabelecimento de grandes pescarias. A grande cordilheira que o corta de norte ao sul o divide por ambas as vastas fraldas e pendores em dois mundos diferentes, capazes de criar todas as produções da terra inteira. Seu assento central quase no meio do globo, defronte e à porta com a África — que deve

senhorear, com a Ásia à direita e com a Europa à esquerda, qual outra região se lhe pôde igualar?

“Riquíssimo nos três reinos da natureza, com o andar dos tempos nenhum outro país poderá correr parrelhas com a nova Lusitânia”.

E na apologia entusiasta da sua terra americana, não se esquece da justiça de sua futura soberania: “a obrigação em que está todo Portugal com sua filha emancipada, que precisa de pôr casa, repartindo com ela nossas luzes, conselhos e instruções”.

Filha emancipada, de maioridade, a que era preciso pôr casa. . . Talvez o seu programa do futuro.

D. JOÃO SEXTO

Portugal muito sofrera com a Revolução Francêsa. Não só as idéias novas modificaram o povo, como a guerra convulsionara o país.

Com a decadência da fé da idade média, começou a decadência do poder temporal. O surto do espírito científico foi derruindo o prestígio sacerdotal, que entrou em franco descrédito pelos vícios e faustos ostentados. A realeza substituiu êsse vínculo entre os povos. Mas, no século 18 surgiram as escolas filosóficas: de Voltaire, cética e fria, que combatia o cléro e pregava a liberdade. A de Rousseau, eliminando o trono e substituindo sua autoridade pela do povo, por intermédio do sufrágio, baseava-a na igualdade. A de Diderot apregoava a Enciclopédia — que foi base da Revolução Francêsa. Por ela surgiram Turgot, Danton e outros vultos gigantescos.

Sofrendo as consequências dessa revolução filosófica, Portugal entrou em decadência, que se estendia à sociedade na dissolução dos costumes.

O Brasil, ao contrário, reagia e seu meio culto superava as inteligências da Metrópole. O espetáculo deprimente da Mãe-Pátria, aquela desorganização social, criou o prelúdio separatista da Inconfidência Mi-

neira, com os poetas conspiradores e a figura imortal de Tiradentes.

D. João VI, diante da transformação da Europa por Napoleão e da insegurança do trono, fugiu para o Brasil. O seu próprio povo já estava imbuído das idéias novas. Maravilhado com o paraíso da baía de Guanabara e do afável acolhimento dos brasileiros, quiz mostrar que seu trono era ainda bastante forte e o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve acompanhava o progresso do novo estado de coisas. Trazendo toda a Côrte e a falange imensa dos cortezãos e empregados públicos, tratou de aparelhar a Colônia para novo Reino. Também, para acomodação de tanta gente, pôs-se a criar tudo quanto um país adiantado possui. Longe da guerra, da política perigosa européia, rodeado de amigos e de um povo bom e entusiasta, com a família abrigada e vida tranquila, gozava a maravilhosa beleza da terra americana e vivia contente e feliz. Dominava aqui na América um país maior do que a Europa e a sua vaidade estava, pois, satisfeita. Era sómente dar brilho e relêvo à nova terra. Transferindo a séde do Govêrno para cá, incentivou o progresso da Colônia e promoveu-a a Reino. Escolheu Ministros inteligentes e esforçados e tudo fêz para a grandeza do Brasil. Criou todas as Repartições Públicas e Ofícios de Justiça; olhou pela administração das Províncias e pelas necessidades públicas. Instituiu o Banco do Brasil, o Tribunal do Comércio e Ordem, o Desembargo do Paço, a Escola Militar, a Escola de Marinha, a do Comércio, a de Medicina e Cirurgia, o Museu Nacional, o Passeio Público, o Jardim Botânico e a Escola de Belas-Artes. Para esta, mandou o Conde de Barca contratar a célebre Missão Artística Francêsa; e vieram criar oficialmente as belas-artes no Rio: Joaquim Le Breton, ex-

secretário do Instituto de França e seu chefe; João Baptista Debret, célebre pintor de História e discípulo de David; Nicolau Antonio Taunay, paisagista e pintor de batalhas; Augusto Taunay, escultor; Augusto Henrique Victorio Grandjean de Montigny, arquiteto; Simão Pradier, gravador; Francisco Ovide, professor de mecânica aplicada; Carlos Henrique Levasseur, Francisco Bonrepos, Nenkom e Pedro Billon, conhecidos artistas.

Instituiu a Imprensa Régia, a Gazeta do Rio de Janeiro, formou a Bibliotéca Nacional — da união da do Palácio da Ajuda à do Infantado, acrescida da livraria do imortal poeta Manuel Inácio da Silva Alvarenga, um dos chefes da Inconfidência Mineira, de Vila Rica, hoje Ouro Preto.

Foram revogadas as leis proibitivas da atividade industrial, manufatureira e fabril, com isenção de direitos à matéria prima para estas. Abrindo os portos brasileiros ao comércio estrangeiro, deu novo rumo à economia brasileira. Moralizou a política, corrigiu erros, reformou costumes, restringiu os poderes dos Governadores Capitães Generais, criou, transformou, melhorou e fêz conhecido o Brasil. Acostumando os brasileiros ao gôzo da liberdade e justiça mais barata e rápida, aos benefícios do progresso e conforto, à garantia da ordem e segurança, D. João fazia tudo prosperar. E acompanhando o desenrolar da guerra e invasões francêsas em Portugal, o Brasil compreendia a segurança territorial em que se assentava na América do Sul. Elevando-o a Reino, colocou-o na mesma igualdade política de Portugal. As Capitánias que sómente prestavam contas ao Conselho Ultramarino e à Mesa de Consciência e Ordens da Metrópole, quase desconheciam o Vice-Rei e nem possuíam um laço de

coesão que as unisse e as ligasse como irmãs. Com o rei, tudo mudou. Centralizando o poder, criando, modificando, anulando e decidindo, foi instituindo e consolidando a unidade nacional. Pela lei de 16 de dezembro de 1815, elevando o Brasil a Reino, D. João VI livrou-se da França inimiga e da pressão da Inglaterra aliada e amiga. Mas, com a queda de Napoleão, começou a Inglaterra fomentar a sua volta para Portugal. A rainha D.^a Carlota Joaquina tinha ódio a esta terra inculta, não se conformava com o deserto, ela que era filha de D. Carlos IV da Espanha e nascida numa das mais faustosas Côrtes ocidentais. Atormentando D. João por êsse regresso, metia-se na política sul-americana, escrevia e intrigava na Europa e tudo fazia por voltar. D. João prometia partir e ia ficando, com desespêro da rainha, da política européia aliada da Inglaterra e do próprio povo lusitano. E Portugal estava sendo esquecido; e atingido em cheio pela guerra, preocupou-se com os remédios ao seu reerguimento próprio. O abandono do rei e a incapacidade da Regência que governava por delegação real, agravavam a situação. E os patriótas lusitanos resolveram modificar a forma de govêrno para restringir os poderes absolutos do trono e conceder o direito da Nação eleger representantes com parte diréta na administração pública.

Napoleão fôra vencido, e, porisso, retornou ao trono da Espanha Fernando VII; mas, como êste revogasse a Constituição liberal de 1812, as tropas espanholas que estavam em Cadiz, de partida para a América — onde viriam reprimir os anseios separatistas, revoltaram-se contra o regresso aos poderes absolutos. A revolução da Espanha deu causa à Revolução do Pôrto de 24 de agôsto de 1820.

Depondo a Regência nomeada por D. João VI, os revolucionários aclamavam uma Junta Governativa e anunciavam que o seu fim era a substituição do regime absoluto pelo constitucional representativo.

A Junta dominou Lisboa e Portugal; mas, um mês depois, nova revolução a derrubava, pois exigia a aclamação imediata da Constituição Espanhola de 1812. Enquanto não fôsse votada a que as Côrtes se propunham outorgar à Nação, essa Constituição entraria em vigor.

Em 26 de janeiro de 1821 a Assembléia dos eleitos do povo instalou-se no Palácio das Necessidades; e elegeu uma Regência de cinco membros que prestaria obediência às Côrtes. Mas as Côrtes eram o poder que nomeava e demitia ministros, dizendo que a soberania era do povo e nela estava expressamente delegada.

No Brasil, a Província do Pará aderiu ao Governo de Lisboa, depôs o Governador Capitão General, Conde de Vila Flôr, nomeou uma Junta, jurou a Constituição de 1812 e hipotecou obediência diréta à Lisboa.

D. João VI, abalado por êsses acontecimentos, convidou o Conde de Palmela para Ministro; mas êste lhe fez vêr que a agitação revolucionária era de toda a Europa, pelo que, para ser conservado o Brasil, necessitava ser êle rei de Portugal. Se perdesse a Metrópole, não mais a reconquistaria, ainda que lançasse mão de todos os recursos brasileiros.

D. João, que tinha o íntimo absolutista, preferiu os conselhos de Tomás Antônio Vila Nova Portugal e o nomeou Ministro, protestando negar aprovação aos atos revolucionários da Metrópole.

Entretanto, imitando o Pará, também a Bahia depunha o Governador — Conde de Palma, e aclamava uma Junta administrativa, que passou a prestar obediência diréta à Lisboa.

D. João, para contemporizar, não reagia e nem cedia; e publicou dois decretos: um — tornando dependente de sua sanção a Constituição que fôsse aprovada pelas Côrtes; outro — convocando para uma reunião no Rio de Janeiro a todos os Procuradores das Câmaras das Cidades e Vilas dos domínios do Brasil, Açores, Madeira, Ásia e África. Estes indicariam as medidas do bem público.

O Rio de Janeiro percebeu que D. João não se submetia às conquistas revolucionárias; e a 26 de fevereiro marcharam tropa e povo para o largo do Rocio, para um protesto coercitivo. Exigiram o juramento da Constituição. Como êsse juramento subordinava o trono às Côrtes, a rainha D.^a Carlota Joaquina — que fêz seu filho D. Pedro aderir facilmente à constitucionalidade e favorecer a revolução, viu que com isso voltariam para Portugal.

Como os tempos estavam mudados! O povo sentia-se com direitos do europeu em liberdade. A anarquia que as Côrtes de Lisbôa faziam lavrar, sobrepondo-se a toda a autoridade tradicionalista e constituída, alimentava a fogueira de reivindicações populares.

A prudência consciente e serena, a moderação pacata e inteligente, o atilamento vivo e culto de D. João VI, não represavam êsses arroubos e nem o podiam amparar em seu desejo absolutista. A Inglaterra vinha há anos, insistentemente, compelindo-o a voltar para a Metrópole, pois seu General Beresford — que orientava Portugal desde a sua libertação, previa desfêcho fatal. Portugal, no abandono e esquecimento por treze anos, nada conseguia do rei enamorado da terra americana. Exigiu seu regresso que a Inglaterra ordenava.

Deante de tudo isso, D. João compreendeu que tinha de obedecer para salvar a dinastia. Resolveu

repartir a responsabilidade do trono com seu filho D. Pedro, moço, corajoso, resoluto e inteligente.

E comunicou, a 8 de fevereiro de 1821, essa resolução definitiva à Lisbôa.

O povo brasileiro, temendo que um déspota o substituisse, pediu-lhe que não abandonasse esta terra ou que deixasse D. Pedro em seu lugar. Do contrário, toda a civilização, fidalguia, riqueza, educação e funcionalismo portugueses abandonariam êste país, com prejuízo do Brasil.

D. João explicou, a 7 de março, os motivos que o forçavam a regressar; e para salvar a dinastia e agradar aos brasileiros, comunicava ter atendido ao seu pedido e assim, deixava D. Pedro com poderes para governar. Reiterou o juramento à Constituição e, para mais benquistado se tornar na memória coletiva, concedeu uma cornucópia de favores ao Brasil: equiparou o exército ao da Metrópole, com direitos idênticos dos seus oficiais; decretou favores extraordinários ao Banco do Brasil; reconheceu como dívida portuguesa os adiantamentos por êste feitos ao govêrno; deu-lhe o privilégio dos diamantes e ouro; autorizou um empréstimo de Cr\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil cruzeiros) ao Banco; regularizou a cobrança dos dízimos; reintegrou o Senado da Câmara do Rio no senhorio das terras urbanas, elevou o número de Comarcas e juizes, reconheceu a independência da Argentina e do Chile, protestou contra os Congressos de Leybach e de Troppau — em que os soberanos da Áustria, Prússia e Rússia se propunham ajudar a manutenção do poder absoluto contra os direitos do povo. E em 22 de abril nomeou D. Pedro seu lugar-tenentê, Regente do Brasil, com poderes amplísimos.

No dia 24 chamou D. Pedro e disse: “se o Brasil tiver de se separar, toma a Corôa para ti, antes que algum aventureiro lance mão dela”.

No dia 26 partiu com 4.000 pessoas de séquito, levando para Portugal a saudade da América e a liberdade que desfrutara aqui. Espírito justo, coração magnânimo, foi um grande rei americano — ao qual muitíssimo deve o Brasil — que sómente começou a prosperar depois da sua vinda para a Guanabara. Criou e educou a liberdade, civilizou o país, reformou costumes, fêz a sua grandeza material, foi o melhor dos protetores brasileiros e aquêle que firmou os alicerces da unidade nacional.

D. PEDRO

A saída de D. João foi um verdadeiro desmoronamento. Os portugêses ficaram furiosos com as concessões liberais e adiantadas que êle fizera ao Brasil e com os poderes amplos e quase ilimitados concedidos a D. Pedro. Nomeado Regente, lugar-tenente do rei, teve soberania quase absoluta, como as próprias Côrtes não outorgariam a D. João VI. Sem o dever imperativo de prestar contas a Portugal, a sua permanência no Brasil foi também decepção para as Côrtes — que desejavam o govêrno exercido por Juntas dependentes de Lisbôa; e entendiam que o rei nada disso poderia ter feito — sem sua audiência expressa.

Nessa irritação lusitana, dois partidos se formaram: o da exploração do Brasil — para benefício de Portugal, e o da liberdade brasileira. E a anarquia começou. Pernambuco levantou-se, acompanhando o Pará e Bahia. O Maranhão imitou-o, seguido do Ceará e Piauí. E as Províncias do Norte, ameaçando depôr os seus govêrnos, passavam a obedecer diretamente às Côrtes de Lisbôa — que lhes acenavam com a liberdade constitucional. Os portugêses atiçavam o incêndio da desordem. Como percebessem que o único jeito de subjugarem o Brasil era o de obrigar o Príncipe a partir também para a Metrópole, guerreavam feroz-

mente ao moço Regente. Para contrabalançar, os brasileiros acorreram em sua defesa e o rodeavam de consideração e carinho. E fomentando a sua ambição — de um trôno poderoso e rico, viam que tudo dependia do Príncipe — pois o Brasil se encontrava aparelhado de todos os elementos de ordem política, administrativa, judiciária e moral.

No dia seguinte ao da partida de D. João, fêz D. Pedro uma proclamação determinando os princípios sôbre os quais governaria o país, os melhoramentos que realizaria, as reformas necessárias dos serviços públicos, os benefícios da agricultura amparada, o auxílio ao comércio, à indústria, o surto da instrução pública projetado e o respeito à ordem mantida. Acedeva aos brasileiros com vasto e inteligente programa de engrandecimento e progresso. Reduzia as despesas do Paço, suspendia o provimento de cargos vagos com a partida da enorme falange de funcionários que acompanhou D. João, e estabeleceu as bases de rígida economia. Quiz mostrar-se da altura de seu pai e da Regência.

Os brasileiros entusiasmaram-se. Era êle o contraste de D. João. Elegante, moço, de estatura regular, porte majestoso, traços fidalgos, agradava à primeira vista. Temperamento arrebatado, impulsivo, não respeitava etiquetas; mas observava com critério, resolvia com firmeza, era perspicaz e vivo. A sua educação é que fôra descurada. Porisso, não sabia conter os ímpetos da raiva, sofrear os arrebatamentos da mocidade, dominar o seu temperamento fogôso e indômito.

Tinha bruscas contradições, impulsos e inclinações levianas, complacência e rudeza, aspereza e benevolência, flutuando entre generosas tendências e irritantes inclinações. Agia ao sabor dos impulsos ou dos conselheiros — que no mais das vêzes eram amigos da

baixa ralé. Sangue dos Bourbons degenerado pelo lado materno, com a monstruosa herança bragantina e exemplos dos pais, num meio inculto, não teve freios aos impulsos, agindo algumas vezes como desequilibrado ou epilético. A sua educação deficiente não aprou essas arestas. Com a idade e influências perniciosas de amigos ordinários, decaiu e se apagou.

Nos dois primeiros meses de governo realizou o prometido; e suas reformas foram aplaudidas, pois atendiam às necessidades reais do momento. Suspendeu o impôsto do sal, cortou nas despesas próprias, beneficiou a navegação de cabotagem, regularizou os títulos do exército, instituiu a desapropriação remunerada, garantiu a liberdade individual e estabeleceu as regras modernas das detenções pessoais. Permitiu o comércio e transporte de livros, bem como regulou a liberdade da sua impressão. Tudo isto foi feito sem consulta às Côrtes portugêsas, pelo que mais irritou aos lusitanos. Ao invés de debilitar e enfraquecer o Brasil, para facilitar a sua escravização em benefício da Metrópole, fortificava-o ainda mais com a concessão dêsses direitos e reformas.

A guerra surda votada pelos seus patrícios e apoiada pelas Côrtes, era para que deixasse a Regência e voltasse a Portugal. Como os brasileiros mais o festejassem e o apoiassem, via D. Pedro que não podia ser tirano em país que lhe oferecia toda a sua força material e moral.

Entretanto, a Metrópole contava com as divisões do seu exército que guarneciam as principais cidades brasileiras. Os seus comandantes eram oficiais que fizeram a guerra contra os francêses e ajudaram a revolução de conquista dos direitos do povo. Vindo como heróis, cheios de arrogância e presunção, sem chefes enérgicos, não tinham aquela sujeição que faz a

disciplina e garantia da ordem. Armados, poderosos, enfatuados e inimigos dos brasileiros — que não os reconheciam como heróis, essas fôrças portuguezas seriam tremendo perigo para o Brasil quando insufladas pelas Côrtes.

D. Pedro, conhecendo as sérias dificuldades, pretendia conciliar os dois partidos. Não o conseguia, porém, devido a ordens desencontradas vindas de Portugal. Não conhecendo o ambiente americano, não podia a Metrópole acertar com suas decisões. Também, a política dos portuguezes daqui já não acertava pela dos de Portugal. Sómente num ponto se acordavam: combater o Príncipe Regente. Dêsse modo, só o partido patriótico brasileiro o amparava e o defendia.

Para remediar o mal, pensaram os portuguezes em desautorar o Príncipe, pois assim êle resignaria a Regência. Tendo sido jurado em Portugal as bases da nova Constituição que as Côrtes elaboravam, a fôrça armada, sob o comando do Brigadeiro Jorge de Avilez, saiu para a praça do Rocío e exigiu que D. Pedro jurasse incontinenti essas bases, bem como que demittisse o Conde dos Arcos, seu amigo e conselheiro, que o amparava em sua política brasileira.

D. Pedro foi prudente e, por amor da ordem da qual dependia o futuro do Brasil, jurou e demittiu o seu amigo. Falho o golpe, os portuguezes desesperaram. Mas o partido nacional incensava o Regente, pela imprensa, discutindo os seus programas. As relações, portanto, entre os dois partidos, se tornaram tensas.

Três meses depois da partida de D. João, achavam-se as coisas nesse pé, quando houve um espetáculo em que compareceu a officialidade portugueza. Em dado momento, no teatro à cunha, um espectador dá um viva a D. Pedro — Defensor Perpétuo do Brasil. Os

oficiais tomaram o brado como provocação e puzeram o teatro em polvorosa. Mas, como não levassem a melhor no conflito, no dia seguinte os quartéis movimentaram-se. O Brigadeiro Jorge de Avilez, mal impressionado com o tumulto e não contando com a energia do Regente para garantir os interesses da Metrópole, resolveu reprimir as manifestações populares — que julgava separatistas. E em 4 de outubro mandou uma delegação ao Príncipe para exigir que jurasse êle, pela terceira vez, sua adesão à causa constitucional, às deliberações das Côrtes, bem como a sua confiança nas guarnições portuguesas — fiéis aos seus comandantes. D. Pedro sentiu a ofensa; mas reprimiu-se no íntimo e atendeu ainda às exigências militares. E o desespêro do partido português foi respondido com as hosanas e homenagens do partido nacional. O Brasil elogiava o seu gesto — para disfarçar a afronta.

Não aceitando a luta arriscada, resolvido a contemporizar, D. Pedro pensava conquistar o país todo e estender às Províncias a sua autoridade. Só assim poderia, depois, impôr o seu respeito e suas condições às Côrtes portuguesas. Por enquanto, contava apenas com a bôa vontade do Rio de Janeiro, da Capital, do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais. Assim mesmo, não lhe eram elas incondicionais. Conseguiu, entretanto, contemporizar com os portugueses, tudo fazendo para se firmar no conceito e simpatia do Brasil.

Eis que lhe chega a notícia de que São Paulo organizara um govêrno com o mesmo Capitão General João Carlos Augusto de Oeynhausen, agora Governador. O seu autor, José Bonifácio de Andrada e Silva, era o Vice-Presidente. Foi-lhe um desafôgo e uma esperança.

XII

SÃO PAULO

São Paulo tinha briliante história. A intrepidez e valor dos seus filhos, deram-lhe o nome de raça de gigantes. A colonização portuguesa começara em São Vicente, pela chegada de Martim Afonso de Souza, em 1532. Êste Donatário encontrara a vila de Cananéia, primeira levantada em terras sul-americanas, atalaia litorânea limítrofe com o atual Estado do Paraná, fundada pelo Bacharel que se casara com a filha do chefe indígena Maratayama — quando da primeira expedição após o descobrimento do Brasil, em 1501. Encontrara a vila de Tumiarú, ali no próprio local de São Vicente, com o seu fundador Antônio Rodrigues, casado com a princesa indígena filha de Piquerobi, em 1510; e encontrara também João Ramalho que, companheiro de Antônio Rodrigues, subira a Serra de Paranapiacaba e fôra fundar a vila de Santo André da Borda do Campo, no planalto de Piratininga, onde terminava a mata e começavam os campos. Casado com a filha do rei Tibiriçá, tornara-se chefe de todas as tribos aguerridas do sertão. E a tradição do heroísmo lendário de São Paulo vinha daí, dêsses três primeiros povoadores. Com os fidalgos trazidos pelo Donatário, formaram a raça dos bandeirantes que, em feitos quase absurdos, foram apelidados *raça de gigantes*. Basta

dizer que êste povo viveu sem obediência alguma a Portugal, sem perceber a dominação de Espanha, sem saber de reis e de juizes, sem outra lei — que não a sua e outra autoridade — que não a eleita e reconhecida por si. Os capitães de bandeiras, êsses vultos extraordinários que arredaram o meridiano estabelecido pelo Tratado de Tordesillas — determinativo das divisas entre Portugal e Espanha, e foram levar sua conquista aos sopés dos Andes e ao coração do Paraguai, êsses homens de ferro que partiam de Piratininga, de canôa e a pé, e varejavam toda essa imensa região de matas impenetráveis e rios desconhecidos, até ao Rio da Prata, até aos Andes, até às cabeceiras do rio Amazonas, até ao extremo norte do Brasil, êsses heróis obscuros e lendários que palmilharam quase toda a América do Sul, foram os troncos e as origens dêsse povo paulista que tanto se notabiliza na história da civilização, heroísmo e grandeza da América.

Quando José Bonifácio nasceu, o Governador da Capitania de São Paulo — D. Luís Antônio de Souza, conhecido por Morgado de Mateus, escrevia a Portugal, em informação de 11 de dezembro de 1766: — “São os paulistas, segundo minha própria experiência, grandes servidores de Sua Majestade. No seu real nome, fazem tudo quanto se lhes ordena, expõem ao perigo a própria vida, e gastam sem dificuldade tudo quanto possuem, e vão até o fim do mundo — sendo necessário. O seu coração é alto, grande e animoso; o seu juízo — grosseiro e mal limado, mas de um metal muito fino. São robustos, fortes, sadios, capazes de sofrer os mais intoleráveis trabalhos... Tomam com gosto o estado militar, oferecem-se para acometer o perigo e facilmente se armam e fardam à sua custa”.

E descrevendo os feitos heróicos dos conquistadores dêsse formidável território brasileiro, dizia ainda em 1770: “a evidente intrepidez e ânimo dos antigos bandeirantes é exemplo que até hoje imitam os seus descendentes, pois é certo que fazem suas expedições a pé, carregados de armas e provisões; e sendo encarregados de algum feito bélico, êles sempre bons e valorosos, guiados por vontade honrada e destimidez, garantiam glória e fama, que perduravam na memória dos inimigos e de todos”.

Pois êste povo resolvia agora entrar na liça. A incógnita seria breve desvendada.

Tendo D. Pedro jurado as bases da Constituição que estava sendo elaborada pelas Côrtes, o Brasil entrava de fato em regime constitucional. A organização dos govêrnos locais era necessidade que a revolução apregoava. Apenas, essas Juntas Governativas precisavam ser aprovadas pelo Govêrno Geral.

Chegaram as notícias de São Paulo. Para a eleição aos deputados às Côrtes Constituintes, o colégio eleitoral de Itú resolvera — por indicação de Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, Francisco de Paula Souza e Melo e Francisco Alvares Machado, convidar o Ouvidor da Comarca a deferir aos eleitos e às demais Câmaras de sua jurisdição — o juramento às bases da Constituição. E êsse colégio notava também ao Governador da Província a necessidade do seu juramento. Itú dera o grito. Faltava, porém, quem orientasse e dirigisse a Província. Faltava um homem capaz de a levar, por seu prestígio e nome, à vitória dessa conquista liberal. Precisava de um chefe capaz de levantar o povo para fazer vêr ao Governador que o seu poderio — de delegado do go-

vêrno absoluto, havia cessado. A agitação patriótica que a altivez de Itú alvoroçara, exigia um condutor na altura de sua missão.

São Paulo possuía êsse homem: era José Bonifácio de Andrada e Silva.

XIII

REGRESSO AO BRASIL

José Bonifácio conseguira regressar ao Brasil em 1819; depois de vêr o seu pedido de aposentadoria indeferido em 1816 e de ter recorrido com relatório completo de sua vida profissional, ao próprio D. João VI.

Não fôra aposentado, mas obtivera licença para êsse regresso.

D. João VI, na dificuldade política com que lutava, pensou em preparar o Brasil — que se agitava nos anseios liberais importados da Europa. E resolveu admitir um brasileiro como auxiliar de Ministro, para o fim de agradar êste Reino e experimentar a capacidade política do súdito americano. Quando, premido pela Inglaterra e pela Metrópole, consultava a todos se deveria voltar ou não para a Europa, e escolheu para Ministro Tomás Antônio de Vila Nova Portugal, deu ordem de regresso a José Bonifácio — para o fim de o aproveitar na política americana.

Dizia-lhe o Ministro: “os brasileiros já estão muito esclarecidos para serem exclusivamente governados pelos portugueses”.

A título precário e de experiência, criou o cargo de Ministro Ajudante; e sómente depois de cabais

provas de fidelidade e competência, o nomeado poderia ocupar uma das pastas efetivas. Foi essa restrição que D. João opôs ao pedido do seu Ministro, por temer a opposição de Portugal à elevação do nacional ao Governo.

Tomás Antônio Vila Nova Portugal escolheu para esse posto de Ministro Ajudante ao catedrático José Bonifácio e mandou chamá-lo em Coimbra. A Regência, entretanto, não atendeu às ordens recebidas. Fêz mais: representou ao rei D. João VI sobre os inconvenientes para a paz pública, se voltasse êle ao Brasil. Conquanto o Ministro tivesse enviado ordens terminantes de embarque para o Rio de Janeiro, sem explicar os motivos dêsse urgente e positivo chamado, a Regência esperou resposta do rei às suas considerações sobre o evidente perigo, a que seriam expostos os interesses e relações de Portugal com o Brasil, com a presença de José Bonifácio no Novo Mundo. Em resposta a essa representação, Tomás Antônio de Vila Nova Portugal mandou terminantes e enérgicas ordens de embarque; e devido a elas foi que José Bonifácio conseguiu sair de Portugal em fins de 1819.

Aqui chegado, desembarcou na Guanabara maravilhosa, de onde partira com 20 anos e regressava aos 56, em plena virilidade. Foi agradecer ao rei e ao Ministro; e entre cumprimentos e homenagens, teve o convite oficial de Tomás Antônio para esse cargo. Agradecendo ao amigo o interesse pelo seu regresso, recusou contudo a honrosa distinção. Não o tentava o cargo de Ministro. E explicou que o único favor que esperava merecer do trono era o de que “o deixassem viver e morrer como simples roceiro” na sua vila natal de Santos, nessa terra maravilhosa de São Paulo.

D. João nomeou-o Conselheiro de Estado, com o hábito de Cristo. Ofereceu-lhe a reitoria da Universidade que pensava criar.

Não o demoveram do leal propósito, no entanto, as considerações amistosas do Ministro e as demonstrações de estima que lhe prodigalizara o rei. Com a enérgica resolução de revêr a sua terra natal e descansar de tantos e tão extenuantes trabalhos, nos quais toda a sua vida gastara, fêz-se de vela para Santos. Com a espôsa e filha, entre as inúmeras coleções mineralógicas e botânicas, e a enorme livraria, foi habitar o seu sítio dos Outeirinhos.

Era evidente, portanto, que a sua personalidade sempre produziu temor a Portugal. Era certo que a Regência previa que a volta do iluminado e consagrado brasileiro à sua terra, poderia coordenar e imprimir o movimento separatista que a desligasse da Metrópole. Seu nome de cientista universal, sua capacidade realizadora e aplaudida, sua cultura e conhecimento dos homens e das coisas, indicá-lo-iam como o grande chefe para qualquer movimento emancipador. Se as tentativas anteriores de independência abortaram, foi porque não tiveram o homem de envergadura moral, social e política de José Bonifácio que as orientasse. Não encontraram o chefe que congregasse a confiança absoluta e o patriotismo resolutivo das populações disseminadas por êste vastíssimo território. Era preciso que um nome sintetizasse a glória, o valor, as aspirações e qualidades de todo o povo brasileiro, e que aparecesse em ocasião oportuna para unir suas fôrças latentes.

José Bonifácio, por suas excelsas qualidades, seria o único. Daí a previsão e empenho da Metrópole em não permitir o seu regresso.

Mas, D. João VI fêz justiça ao seu requerimento explicativo e minucioso de aposentadoria e, certo de o aproveitar para a sua política, mandou chamá-lo, ainda que lhe não deferisse o pedido. Teria, por êsse modo, o grande sábio à sua disposição. Mas, recusando aceitar o lugar de Ministro Ajudante, não querendo ser o representante do povo americano em seu Governo, que certamente todos os nacionais disputariam, produziu sensação. Foi com estupefação geral que a notícia percorreu o Brasil. E essa recusa formal deu motivo aos mais descontraídos comentários. Como não aceitar a honra insigne? Como não ir defender os interesses dos seus conacionais no cargo proeminente? Se sómente os lusitanos poderiam pertencer à administração governamental, como ir um brasileiro de sua envergadura moral e do seu renome recusar a tão difícil conquista? E o passado luminoso do sábio aparecia e era recordado — para com êle ser decifrada a incógnita. E os lusitanos se firmaram na suspeita dos seus vaticínios, dando razão à Regência que lhe não permitia o embarque; e os portugueses no Brasil começaram a vêr-lhe o nome como o de um inimigo perigoso aos seus interesses e ambições. Porém, os amargos comentários só serviam para abrir os olhos dos brasileiros. Aquêlê gesto desprendido de renúncia, deu a entrever uma ação futura de esperança.

Discutido e analisado por todos, José Bonifácio congregou a atenção geral do país. Entretanto, calmamente voltava para o seu berço, essa vila de Santos que tivera imenso impulso com a abertura dos portos ao comércio estrangeiro. Regressava para a vila que crescia a olhos vistos. E na tranquilidade sadia de suas praias maravilhosas, recobertas de areia branca e cintilante em que o mar vinha ininterruptamente se quebrar numa franja de espumas alvíssimas, José Bo-

nifácio instalou-se em sua chácara dos Outeirinhos, ao lado da inteligente e carinhosa espôsa e da filha, entre a enorme livraria e as valiosas coleções mineralógica e botânica. E prosseguiu nos seus estudos científicos e profundos.

Não estava, entretanto, arredado do seu povo, nem alheio aos acontecimentos precipitados da política de Portugal. Mantendo correspondência com os grandes homens da Europa, recebendo visitas dos patricios brasileiros, solícito e afável aos conterrâneos, em breve tornou-se o oráculo dos patriotas. Com aquela prática dos homens públicos, conhecendo a fundo a psicologia dos lusitanos e os recursos da sua política, mestre dos homens e das ciências, viajado, falando seis línguas e entendendo onze, com a inteligência lúcida e pleno descortino do futuro, facilmente se tornaria o orientador do partido nacional e o seu máximo chefe.

De Santos, resolveu fazer uma viagem de estudos pela sua Província, a fim de conhecer melhor a parte sul e inteirar-se dessa constituição geológica e mineralógica da formação de São Roque. Grimpendo a Serra Paranapiacaba, visitou demoradamente a Capital, onde recebeu os cumprimentos e felicitações dos principais chefes paulistas. E iniciou a sua viagem científica para o sul, demorando-se em Parnaíba, Itú e Sorocaba e trilhando o rumo da penetração bandeirante para Ribeira e Apiaí. Foi visitando as vilas e cidades, conhecendo a sua vida social, a flôra e fauna da região e estudando a constituição do seu sub-sólo. E escreveu a sua "*Viagem Mineralógica da Província de São Paulo*", mais tarde publicada em Paris no Boletim das Ciências Naturais, sob o título "América Meridional".

Entrando em contacto com o povo paulista, mais avultou o seu prestígio. A simpatia irradiante e o trato ameno e bom, cativaram os comprovincianos. Voltou conhecido e conhecedor das necessidades da sua terra.

Quando D. João VI adotou o regime constitucional, o Capitão General de São Paulo, João Carlos Augusto de Oeynhausen mandou publicar o Bando real sôbre essa adoção; e ficou quieto.

Itú, diante do silêncio subsequente do Governador, movimentou-se, exigindo o seu juramento às bases da Constituição portuguesa.

Oeynhausen expedira edital sôbre a eleição dos deputados às Côrtes Portuguezas, função do voto e sua obrigatoriedade; com isto, o Juiz do Fôro de Santos, Dr. José Corrêa Pacheco e Silva, convocou as Juntas das Paróquias de Santos e São Vicente para elegerem os eleitores que se deveriam reunir na Capital de São Paulo em Junta Superior — que escolheria os deputados.

Essa eleição complicada era estabelecida pela Constituição Espanhola. E assim, as duas vilas elegeram quatro cidadãos para essa eleição na Junta Superior: o Marechal de Campo — Cândido Xavier de Almeida e Souza, o Conselheiro José Bonifácio de Andrada e Silva, o Coronel Martim Francisco Ribeiro de Andrada e o padre José Inácio Rodrigues de Carvalho, e para Suplente, o vigário de Santos, padre José Antônio da Silva Barbosa. A eleição na Capital seria no mês seguinte, em 8 de junho.

Com essa delegação popular — que foi a sua primeira investidura política na América, José Bonifácio rumou para a Capital de São Paulo.

XIV

NO CENÁRIO POLÍTICO PAULISTA

Acontece que as tropas estavam aborrecidas porque o soldo não lhes fôra melhorado, eis que a equiparação dos oficiais brasileiros ao das portuguesas, instituído por D. João VI a 7 de março de 1821, não tinha sido aplicada em São Paulo.

O partido brasileiro, vendo que elas não dedicavam confiança no Capitão General, aproveitaram-se do único meio de as conter e que era a formação de uma Junta Governativa Provisória.

José Bonifácio, delegado eleitor de Santos e São Vicente, agora na Capital, foi consultado e achou boa a oportunidade. Tomou parte nas confabulações, estabeleceu o programa conciliador. A sua visão penetrante das coisas e dos homens teria determinado o caminho para o qual o Brasil era impellido pela fatalidade dos acontecimentos. Vencendo o absolutismo, derribado o poder unitário e atrofiante, seria fácil encaminhar os acontecimentos políticos. E começou a orientar a política da Província. E todos viam “que os homens populares, que cingem na sua frente o diadema do talento e do prestígio, são capazes de fundar as nações da liberdade”.

Começando a orientação do partido nacional paulista, em breve se impôs como chefe político supremo do Brasil.

Procurou, então, o Capitão General Governador, João Carlos Augusto de Oeynhausén e mostrou-lhe claramente a situação. Com o apóio do povo e da tropa — que fatalmente o acompanharia, representava a fôrça. Mas sua missão era pacifista e conciliadora. Queria apenas o cumprimento da lei. Entendia que o Governador não se deveria opôr aos reclamos justos da coletividade.

Oeynhausén ouviu os seus argumentos, reviu a situação, mediu as fôrças que representava. Palestrou, discutiu, convenceu-se de que era inevitável a formação de um novo govêrno. E êste seria do povo, a democracia que se estava impondo e continuaria a ter, pelo século, o seu baluarte na América.

Deante dos prós e dos contras, resolveu aceitar a eleição de um govêrno provisório, e marcou o dia 23 de junho para ela.

José Bonifácio, centralizando as correntes polítticas, organizou o govêrno.

Nesse dia 23, ao largo São Gonçalo, hoje praça João Mendes, em frente ao Paço Municipal (mais tarde Câmara dos Deputados), ao toque de rebate dos sinos da Casa da Câmara, todo o povo paulistano e tropa afluíram. A Câmara, o Ouvidor e o Clêro, acorreram também. E vibrações de entusiasmo agitaram a multidão. Ali estavam, frementes, o povo, a fôrça armada, o clêro e o poder público.

Mas, faltava qualquer coisa para a solenidade. Não havia uma voz que desse início à primeira eleição popular da Província. Não aparecia um chefe

que determinasse o que se iria fazer e orientasse os trabalhos. Faltava José Bonifácio.

E toda aquela massa humana em expectativa ansiosa, resolveu enviar-lhe uma deputação de três oficiais capitães. Iria esta convidá-lo a presidir a eleição do novo governo.

José Bonifácio, que não pretendia glória para si e estava hesitante em tomar o lugar de outros paulistas de prestígio, não pôde fugir ao honroso convite popular. Seguiu para a praça, em meio da especial delegação. Quando apareceu entre os capitães, ovação frenética e formidável o recebeu. As bandas militares, como para aumentar o entusiasmo contagiante, romperam em marchas aclamadoras.

De passo firme, consciente do papel político que nessa hora iniciaria, com aquela figura bonita e majestática de simpatia fidalga e conquistadora, José Bonifácio — sereno e satisfeito, reprimia os ímpetos nacionalistas de seu peito. Entrevendo a emancipação brasileira que começaria com essa eleição solene, ouviu a José Inocêncio Alves Alvim que o convidava para assumir a presidência. Subiu, então, as escadarias da Casa da Câmara. Os camaristas, entre pessoas gradas e o Ouvidor Dr. Nuno Eugênio Lócio e Seiblitz, enchiam o salão. Agradecendo a honrosa deferência, falou-lhes:

— “Senhores! Vim para fazer a vossa vontade, resolvido a defender nosso direito por maior que seja o sacrifício. E vós, meus patrícios, bem sabeis que não sou capaz de faltar à minha palavra. Só uma coisa desejo: é que nesta reunião, em que o povo se apresenta para reclamar o direito de se governar por mandatários seus, e se mostra disposto a cumprir essa vontade, saiba elevar-se à altura da justa pretensão.

Saiba, mantendo a ordem, respeitando a opinião de cada um, procedendo com a maior calma, esquecendo ressentimentos, deixando de lado prevenções, e correndo um véu sobre o passado, saiba estar unido assim, pois só assim poderemos cuidar dos interesses da Pátria. Para ser eficazmente amparada a nossa terra, precisa ver-se rodear de todos os seus filhos. Desta união, depende a validade e fôrça do govêrno que vamos eleger. Só poderá o govêrno de S. Paulo merecer a sanção da opinião, o acatamento e respeito das pessoas honestas e sensatas, de que precisa para o seu prestígio, se esta eleição se realizar com ordem e com toda a liberdade. Conto que todos saberemos cumprir o nosso dever!”

Este discurso sincero, entremeado de aplausos, produziu delírio na multidão.

Voltando-se para o interior do salão, bradou ainda:

— “Senhores! Descei à praça e aprovai, daquêles que eu nomear, os homens que mais vos merecerem”.

Combinando, então, com os chefes paulistas, a eleição por aclamação, avançou de novo para a sacada do andar superior do edificio, ao lado do Estandarte Municipal desfraldado, entre as autoridades, mostrou à luz palpitante dessa manhã fresca e luminosa a sua figura imponente.

O silêncio caiu sobre a multidão espectante.

Com voz pausada e forte, José Bonifácio começou:

— “Para Presidente, o General João Carlos Augusto de Oeynhausen!...”

· Aplausos. Uma voz atroou do seio da multidão:

— “Para Vice-Presidente o Conselheiro José Bonifácio de Andrada e Silva!...”

Vivas estrugiram. Palmas reboaram, entre gritos de alegria e satisfação. Propagou-se o delírio na turba.

José Bonifácio, sorridente diante daquela consagração, consentia com a cabeça. Depois, fazendo gesto de silêncio, foi apregoando:

— “Secretário do Interior e Fazenda, Dr. Martin Francisco Ribeiro de Andrada!

— Secretário da Guerra, Coronel Lázaro José Gonçalves!

— Secretário da Marinha, Chefe de Esquadra Miguel José de Oliveira Pinto!

— Vogais: pelo Cléro, o Arcipreste Felisberto Gomes Jardim e o Cônego Tesoureiro-Mór João Ferreira de Oliveira Bueno!...

— Vogais: pelas armas, Coronel Daniel Pedro Müller e o Coronel Antonio Leite Pereira da Gama Lobo!...

— Vogais: pelo comércio, Coronel Francisco Inácio de Souza Queiroz e o Brigadeiro Manuel Rodrigues Jordão!...

— Vogais: pela Instrução Pública, o Padre Mestre Francisco de Paula Oliveira e professor André da Silva Gomes!...

— Vogais: pela Agricultura, Dr. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e Tenente-Coronel Antônio Maria Quartim!...”

A chapa foi sendo aclamada ruidosamente. E ela positivou o espírito conciliador de José Bonifácio, pois reunia os mais competentes representantes dos partidos brasileiro e português e os mais dignos expoentes de todas as classes.

A sua constituição moderada e inteligente — infundiu confiança rápida e geral.

Depois de assinado o ato de vereança, o povo desfilou em cortejo para a casa do Governador, precedido das bandas militares. Aceito o cargo pelo Capitão General e empossado o Govêrno Provisório, foi festa êsse dia. Iluminação da cidade, Te-Deum e espetáculo de gala com o drama "*Disciplina Militar do Norte*".

O plano de José Bonifácio surtira efeito. Os entendimentos políticos, combinações preliminares, acôrdos, sujeição do Capitão General e chapa do congracamento, deram-lhe a chefia suprema de São Paulo.

O primeiro ato do novo Govêrno foi o de participar a D. Pedro a sua eleição e solicitar as faculdades administrativas outróra concedidas aos Governadores Gerais. Uma comissão foi nomeada para cumprimentar o Príncipe e levar-lhe a sua adesão. Pediria que o Regente deixasse à Junta plena liberdade de disposição e economia dos negócios internos da Província, bem como o direito de representar contra os inconvenientes da expedição de Leis e Decretos contrários aos interêsses de São Paulo. Essa comissão, depois de dificuldades, foi constituída de Antônio Maria Quartim e Coronel Antônio Leite Pereira da Gama Lobo.

O novo Govêrno, depois da instalação, pôs-se a trabalhar para consertar as finanças da Província que estavam em estado lastimável.

Nisto, soube da sublevação do Batalhão de Caçadores de Santos.

Os soldados exigiam o pagamento do soldo equiparado ao do exército português. O Coronel Martim Francisco Ribeiro de Andrada foi encarrgado de sufocar a revolta. Era engenheiro militar e conhecia a cidade. Restabeleceu a ordem com facilidade e os revoltosos foram processados de acôrdo com o Regulamento do Conde de Lippe.

O Conselho de guerra condenou sete dos seus chefes à morte.

O caráter réto e os conhecimentos militares fizeram Martim Francisco cumprir a sentença. E isso serviu para tremendas explorações políticas. Foi o caso do cabeça da rebelião, de nome Chaguinhas ter de ser enforcado na Capital. Lançado o corpo no espaço, diante da multidão curiosa, arrebenta-se a corda e êle cái ao chão sem ferimento algum. Como houvesse a lenda de que a justiça divina protegeria o condenado por essa forma, correu o povo, entre o espanto, superstição e piedade, a protegê-lo. Enquanto isso, uma comissão foi ao Govêrno pedir a comutação da pena para outra qualquer. Êste não atendeu. O povo desgostou-se com a quebra da tradição. Duas cordas se arrebentaram. Mas Chaguinhas foi justificado.

O Ouvidor Costa Carvalho, noivo da sogra do capitalista Coronel Francisco Inácio de Souza Queiroz, que pretendia com êste dominar a política da Província, tratou de levantar oposição a Martim Francisco — como autor do enforcamento bárbaro de Chaguinhas.

Acontece que Martim Francisco e o Brigadeiro Jordão acabaram com diversos favores e monopólios usufruidos pelo prepotente Coronel Souza Queiroz e por seus protegidos. E com o golpe acintoso às suas finanças e prestígio, o Comandante do Regimento de Infantaria Miliciania resolveu, com seu futuro genro, depôr o moralizador das economias públicas.

E depois, José Bonifácio, com seu talento e erudição, tornara-se a cabeça pensante do Govêrno e o chefe incontestável de São Paulo. Não podendo, êles, atacá-lo de frente, acharam o pretexto do caso Chaguinhas para arredar Martim Francisco e assim derribarem os dois irmãos.

No partido português foi fácil atizar a inveja, o despeito e a ambição contra os Andradas.

José Bonifácio, com a visão penetrante das coisas e dos homens, fingia não se aperceber dos pequeninos que procuravam embaraçar sua ação descortinada em bem do futuro da Pátria. Como o seu fito único fôsse o Brasil, tratava de congregar elementos para isso. Entendia-se com os chefes dos mais distantes rincões, escrevia aos orientadores da opinião das Províncias limítrofes, trabalhava incansavelmente pela unidade do partido brasileiro. Hábil, precavido e oportuno, ia êle encaminhando a consciência nacional para o seu fim.

Sabendo que todos os seus atos teriam repercussão pelo território nacional, firmou com a Província de Minas Gerais uma aliança para apôio ao Príncipe.

E São Paulo, que fôra por sua vontade, a primeira que jurou fidelidade e obediência ao Governo de D. Pedro e que fêz a demonstração pública de sua solidariedade ao Regente, conseguia mais uma Província forte para essa política descortinada e patriótica.

D. Pedro, em carta ao seu pai, de 17 de julho de 1821, informa:

“Houve tumultos em São Paulo por ocasião do juramento das bases da Constituição. Os habitantes organizaram uma Junta Provisória que depende de mim, excêto no que diz respeito a dinheiros públicos — que negam a fornecer para as necessidades do Rio de Janeiro. Reclamam para a Junta os mesmos poderes de que se achava investido o Governador — a quem coube a Presidência. A Vice-Presidência foi confiada a José Bonifácio de Andrada e Silva — a quem se deve a tranquilidade atual da Província de São Paulo. Enviaram dois deputados (o Coronel Antônio Leite Pereira da Gama Lobo e Tenente Coronel Antônio Ma-

ria Quartim) para me cumprimentar em nome da Junta e chamar a minha atenção sôbre a parcela de autoridade que lhe foi confiada”.

Por aí se vê a independência de uma raça na submissão, aquela independência econômica que traçaria o programa a todas as outras Províncias.

José Bonifácio, diplomaticamente conquistando o Príncipe Regente, com a comunicação e delegação especial, preparava as bases para grande ação futura.

A adaptação da administração às exigências constitucionais retardou a eleição de deputados para as Côrtes de Lisbôa.

Feita agora a eleição, escolhidos os representantes paulistas, José Bonifácio entendeu azada a ocasião para um largo programa nacional. E depois, como um catecismo de civismo e defesa brasileira, formulava as *“Instruções que os deputados seguiriam e defenderiam nas Côrtes”*. (9 de outubro de 1821).

Estabelece em seu artigo 1.º — as atribuições e poderes que competem ao Brasil, na categoria de Reino por si, e das relações e obrigações em que deve estar para com o Império Português. No artigo 2.º — um governo geral executivo para o Reino do Brasil, a cujo governo central estejam sujeitos os governos provincianos, com a determinação do limite dessa subordinação. No 3.º — êste governo geral de união central será organizado por emanção e delegação dos eleitores do povo e do poder supremo executivo, e no tempo em que a séde da monarquia e das Côrtes não existir no Brasil, a Regência será exercida pelo Príncipe hereditário da Corôa. No 4.º artigo — trata neste caso do dever da Regência de fazer demarcar exatamente as ráias das Províncias do Reino do Brasil nos limites da América Espanhola e Colônia de Caiêna, as-

sim como a demarcação exata e natural entre as Províncias — para arredar disputas e contestações futuras tanto internas como externas. 5.º — as Côrtes, na redação do Código Civil e Críminal, deverão modificá-la segundo a diversidade de circunstâncias do clima e estado da povoação, composta no Brasil de classes de várias côres e pessoas, umas livres e outras escravas, pois isto exige uma legislação civil particular. No artigo 6.º pede que se legisle sôbre dois objetos de máxima importância para a prosperidade e conservação do Reino do Brasil: a) a catequização e civilização geral e progressiva dos índios bravos — sôbre cujo objeto um dos membros dêste govêrno dirige u'a memória às Côrtes por intermédio de seus deputados; b) a melhoria da sorte dos escravos — para favorecer a sua emancipação gradual e conversão de homens imorais e brútos — em cidadãos ativos e virtuosos, e fiscalização dos seus senhores para que os tratem como homens e cristãos e não como a animais irracionais (conforme se ordenara nas Cartas Régias de 23 de março de 1688 e de 27 de fevereiro de 1798). Tudo isso será feito com tal circunspeção que os miseráveis escravos não reclamem êstes direitos com tumultos e insurreições — que trariam cênas de sangue e de horrores. (O mesmo membro do govêrno oferece idéias e apontamentos sôbre êste assunto ao soberano Congresso). 7.º artigo — não pôde haver govêrno algum constitucional que dure sem a maior instrução e moralidade do povo, pelo que é de absoluta necessidade que, além de existir em todas as cidades, vilas e freguesias, considerável número de escolas de primeiras letras pelo método de Lencaster, com bons catecismos para leitura e ensino dos meninos (de que temos excelentes modêlos nas línguas alemã e inglêsa), haja também em cada Província do Brasil um Ginásio ou

Colégio em que se ensinem as ciências úteis. Com isto, nunca faltarão entre as classes mais abastadas — homens que, não só sirvam os emprêgos, como igualmente espalhem pelo povo os conhecimentos indispensáveis ao aumento, riqueza e prosperidade da Nação. Segundo diz Bentham, as ciências são como as plantas que têm crescimento em dois sentidos: superfície e altura. Quanto às mais úteis, melhor espalhá-las do que adiantá-las. No 8.º artigo diz que, além desses colégios, é de absoluta necessidade para o Brasil a criação imediata de uma Universidade — que se deve instalar em São Paulo, por todos os motivos. No artigo 9.º pede o levantamento de uma cidade central, no interior do Brasil, para Capital da Côrte ou da Regência. Dêste modo ficará livre de assaltos e surpresas externas, e levará o excesso da povoação vadia das cidades marítimas e mercantis para as Províncias centrais. (Com a Constituição Federal da República de 1889 a localização da Capital do Brasil foi estabelecida no planalto central de Goiás). Desta cidade central serão abertas estradas para as Províncias e portos, para comunicação e circulação rápida das ordens do Govêrno e “para se favorecer por elas o comércio interno do vasto Império”. (Foi o propugnador das estradas de ferro e o precursor das estradas de rodagem). Artigo 10.º — nesta cidade central, além de um Tribunal Supremo de Justiça e um Conselho de Fazenda, se criará igualmente uma Direção Geral de Economia Pública, composta de diferentes Mesas — que tenham a seu cargo vigiar e dirigir obras de pontes, calçadas, aberturas de canais, etc., minas, fábricas minerais, agricultura, matas e bosques, fábricas e manufaturas, com regimento sábio e adequado. No artigo 11.º — chama a atenção para nova legislação no Brasil sôbre as chamadas Sesmarias que, sem au-

mentar a agricultura, tem antes estreitado e dificultado a colonização progressista e unida (pois há latifúndios possuídos por homens sem cabedais — que os não vendem, repartem ou povoem). Porisso, as povoações do sertão são distantes, isoladas e espalhadas, com terrenos imensos de permeio; e a sua gente vive dispersa, como fêras entre brenhas e matas, com prejuízo da administração da justiça e civilização do país. Deveremos seguir, neste ponto, a lei de D. Fernando — que serviu de fonte à Ordenação Livro 4.º, Título 43 e se legisle o seguinte: I — Todas as terras não cultivadas voltem aos bens nacionais, deixando-se aos donos meia légua quadrada quando muito, sob a condição de as cultivarem em tempo determinado e justo. II — Os possuidores, sem título legal, só terão direito ao terreno cultivado e mais 400 geiras acadêmicas para distenderem essa cultura, com tempo fixado para isso. III — As terras que por êste modo reverterem à Nação, e as vagas, ou devolutas, sejam vendidas em lotes ou porções, nunca excedentes de meia légua quadrada, com avaliação pela qualidade e natureza (a geira de 400 braças a 6 centavos), procedendo-se então à demarcação legal. IV — O produto das vendas, recolhido a uma Caixa, será empregado a favorecer a colonização de europeus pobres, índios, mulattos e negros forros, que terão lotes para cultivarem e se estabelecerem. V — Em todas as vendas e Sesmarias haverá obrigação da reserva da sexta parte para matas e arvoredos, que nunca serão derrubados e queimados sem ser feita nova plantação de bosques para a reserva de lenha e madeiras necessárias. (O Brasil, que em Estados adiantados, já sente falta de matas, até hoje não pôs em lei e em execução — êste sábio princípio). VI — De três em três léguas se

deixe pelo menos uma légua intacta para a criação de vilas e povoações e outros estabelecimentos de utilidade pública. VII — Na medição e demarcação dessas terras, se deverá estreitar as testadas ao longo das aguadas e rios ou ribeiros, aumentando-se os fundos, para que todos os colônos possam gozar a comodidade e utilidade das ditas águas. (Essa base de colonização racional, de divisão da terra em lotes, da preservação das matas e do incentivo à agricultura, até agora não foi executada, a não ser, em parte, no Estado de São Paulo).

No artigo 12 orienta a mineração, estipulando: Com a riqueza proveniente do ouro das minas e sua população, com benefícios da agricultura das Províncias longínquas, precisa-se cuidar da exploração de outros metais com que a divina Providência dotou este vasto e riquíssimo país. Não há Província alguma do Brasil, seja de beira-mar ou de sertão, que não contenha minerais — que sómente esperam por maior instrução e mais ativo fomento do Governo. (Promete apresentar um memorial sôbre este assunto). D. João VI, em Alvará de 13 de maio de 1803, deu sábias providências a respeito; e é pena que uma lei — que precisa poucas emendas para ser perfeita, não tenha sido posta em execução — como requer objéto tão ponderoso e de tamanha utilidade para o Reino do Brasil e Nação Portuguesa.

Estas eram as bases que os deputados levavam para Lisbôa, como sendo o desejo de São Paulo para a grandeza político-econômica-social do Brasil.

Em poucos artigos José Bonifácio abordava a aspiração constitucional, democrática, ao lado dêsses formidáveis problemas de economia e humanitarismo que levariam cem anos para ser realizados.

Nesses poucos artigos estava a organização progressista de um país. Era o desejo do sábio que assumia a direção de São Paulo, para o bem nacional.

Os deputados eleitos seguiram para o Rio de Janeiro. O Príncipe recebeu as deputações paulistas no Palácio da Cidade. O irmão mais moço de José Bonifácio, êsse extraordinário tribuno e polígrafo que era Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, frizou os direitos do Brasil exigir — como condição da sua união com Portugal, a igualdade de situação política com êle. E palestrando, e argumentando, e discursando, com a expontaneidade magnética de oratória arrebatadora, o jovem deputado produzia tão viva impressão no Príncipe, que escrevia êle ao seu pai no mesmo dia 9 de novembro: “era seu desejo que o soberano Congresso, antes de se ocupar desta parte do Reino, tivesse o cuidado de consultar, como deve, aos deputados americanos”. E continuava: “O Brasil foi colônia muito tempo. Reclama hoje, pelo órgão dos seus representantes, uma justa reciprocidade, isto é, (como muito bem me fêz observar Antônio Carlos numa audiência que hoje lhe dei) uma igual representação nacional. Respondi-lhe: que os deputados proponham e decretem no seio das Côrtes o que lhes parecer conveniente; eu o executarei imediatamente para o bem da Nação a que consagrei minha vida”.

O BRADO DE SÃO PAULO

Em meio dêsse trabalho de administração e de orientação política, José Bonifácio recebe a notícia de que as Côrtes de Lisbôa, para enfraquecer o Brasil e impossibilitá-lo de reação contra a sua volta à condição de Colônia, resolveram dividí-lo em dezoito circunscrições autônomas e subordinadas diretamente a elas. A Regência do Brasil ficaria restrita às Províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo — que abrangia o sul. Com a notícia dessa divisão separatista, vem a nova do chamado de D. Pedro para a Europa. E mais: o Príncipe Regente embarcaria imediatamente pela fragata *União*. Era o completo aniquilamento nacional.

José Bonifácio viu o descalabro. Sómente propaganda feroz e trabalho gigantesco salvariam o Brasil. Precisaria, para isso, o esforço sobrehumano de conseguir que o Príncipe D. Pedro desobedecesse às Côrtes prepotentes. Seria o começo da garantia da integridade da Pátria.

Pedro Dias de Macedo Pais Leme vinha do Rio com a arrazadora notícia. Vinha a mando de um centro patrióta especialmente para pedir o apôio de José Bonifácio. Imediatamente convoca êste a Junta Provisória, expõe o seu ponto de vista e propõe que se

oficie a D. Pedro solicitando-lhe que não tome resolução alguma sem ouvir primeiramente a uma deputação que São Paulo lhe ia enviar.

O Presidente da Junta, João Carlos Augusto de Oeynhausen, argumenta que se devem cumprir os decretos de Lisboa e que não se entrassem em conflito com êles, pois São Paulo tinha de obedecer às Côrtes.

José Bonifácio replica em favor de sua tésese e logra arrastar a unanimidade dos seus membros. E com a vitória, nesse ponto de vista nacionalista, ditou o vibrante ofício de 24 de dezembro que, afinal, foi assinado pelo próprio Presidente Oeynhausen. Não quiz o ex-Capitão General ficar sósinho em opposição.

Esse ofício era um verdadeiro e veemente manifesto. Analisando as relações e fins da Metrópole, exaltava o Brasil independente. Fazia a sua defesa e mostrava a perspectiva do seu futuro. E tinha trêschos dêste teor:

“Se, pelo artigo 21 das Bases da Constituição, que aprovamos e juramos, por serem princípios de Direito Público Universal, os Deputados de Portugal se viram obrigados a determinar que a Constituição que se fizesse em Lisboa — só obrigaria por óra aos portuguêses residentes naquêle Reino, e quanto aos que residem nas outras três partes do mundo — ela sómente se lhes tornaria comum quando seus legítimos representantes declarassem ser esta a sua vontade; como agora êsses Deputados de Portugal, sem esperarem pelos do Brasil, ousam já legislar sôbre os interesses mais sagrados de cada Província e de um Reino inteiro? Como ousam desmembrá-lo em

porções desatadas e isoladas, sem lhes deixarem um centro comum de fôrça e de união? Como ousam roubar a Vossa Alteza Real essa Lugar-Tenência que seu Augusto Pai e nosso rei lhe concedera? Como querem despojar o Brasil do Desembargo do Paço, da Mesa de Consciência e Ordem, Conselho da Fazenda, Junta do Comércio, Casa da Suplicação e de tantos outros estabelecimentos novos — que já prometiam futuras prosperidades? Para onde correrão os povos desgraçados — a bem de seus interêsses econômicos e judiciaes? Irão agora, depois de acostumados por doze anos a recursos prontos, a sofrer outra vez — como vís colônos, as delongas e trapaças dos Tribunais de Lisbõa, através de duas mil léguas de Oceano, lá — onde os suspiros dos vexados perdiam todo o alento e esperança? Quem os crerá, depois de tantas palavras meigas, mas dolorosas, de recíproca igualdade e felicidade futuras!!!”

Comentando, depois, o discurso do deputado Pereira de Castro que disse nas Côrtes que a Constituição era o pacto social em que se expressavam e declaravam as condições pelas quais uma Nação se quer constituir em Corpo Político, e que o seu fim é o bem geral e garantia de todos os indivíduos, José Bonifácio mostra o absurdo dos Decretos que não esperam a conclusão dêste Pacto Nacional: “Além do mais, o fim dêles é despedaçar o Brasil em míseros retalhos e aniquilar a sua justiça, economia e prosperidade futura. A Irlanda, separada da Grã-Bretanha por estreito braço de mar, conserva, entretanto, um Govêrno Geral ou Vice-Reinado, que representa o poder executivo do

rei do Reino Unido; e Lisbôa quer que o vastíssimo Brasil fique sem centro algum de defesa e atividade, de economia e poder, sem um representante com fôrça suficiente para o defender em caso urgente de agressão externa". E mostra, ainda, "que a retirada do Príncipe, para a própria independência e prosperidade futura de Portugal, é inócua e obscura; e o atender ao absurdo chamado de Lisbôa, é perder a dignidade de homem. Rios de sangue provocaria a sua partida, pois seus povos, quais tigres raivosos, acordarão de certo do sono amadornado — em que o velho Despotismo os tinha sepultado e em que a astúcia de um novo Machiavelismo Constitucional os pretende agora conservar".

E numa peroração exaltada pede que o Príncipe não parta para Portugal e espere ao menos a delegação que São Paulo lhe vai enviar — para explicar pessoalmente os seus ardentes desejos e firmes resoluções.

Esse manifesto expontâneo, vibrante e positivo abalou o ânimo do Regente. Recebido em 1.º de janeiro de 1822, D. Pedro não quiz publicá-lo antes da notícia de seus têrmos ser conhecida pela população. Para isto, mandou chamar o Intendente Geral da Polícia, João Inácio da Cunha, e deu-lhe ordem de entregar uma cópia a Antônio de Menezes Vasconcelos Drummond. Este levou a cópia para a Livraria de Manuel Joaquim da Silva, mais tarde pertencente ao Conselheiro João Pedro da Veiga, e que ficava na esquina da rua da Quitanda com a São Pedro, onde se reunia o escól da sociedade carioca. E na Livraria, todos os amigos tiraram-lhe cópias. O Coronel Amador de Lemos e Frazão do Pillar, dois patriótas, distribuíram pelo interior da Província do Rio tais cópias. Elas se multiplicaram, percorreram o país.

Quando a população discutia o manifesto de José Bonifácio, D. Pedro mandou publicá-lo na “Gazeta do Rio”, em 8 de janeiro. Foi um entusiasmo.

José Bonifácio, ao mandar para o Príncipe tal representação, dirigiu também longo officio para Minas Gerais, por intermédio de seu sobrinho, o Alfêres Antônio Carlos Aguiar de Andrada. Dando conta dos têmos do seu pedido a D. Pedro, propunha uma aliança ofensiva e defensiva a Minas. Convidava-a, bem como a outras Províncias, a formarem uma “sagrada federação” contra todos os atos das Côrtes que visassem reduzir o Brasil à escravidão de colônia. Dizia êle: — “Conservemos a consoladora esperança de que, por êstes dignos meios, as Côrtes de Lisbôa reconhecerão a nossa justiça e que ainda um só laço igual e venturoso unirá toda a monarquia. Mas, prevenindo o caso de havermos sido iludidos, lancemos desde já os alicerces de uma união indissolúvel. Sempre fômos portuguezes e queremos ser Irmãos dos da Europa; não os seus escravos. Igualdade de direitos e de ventura — são a única base em que deve assentar o pacto social de toda a Nação Lusitana. De outro modo, abjuraremos todas as relações com Portugal e não entraremos em união alguma — que não seja recíproca, justa e decorosa”.

Com êsse manifesto a Minas Gerais, pedindo-lhe solidariedade ofensiva e defensiva, os patriótas mineiros uniram-se a São Paulo e sua Junta Governativa se dirigiu do mesmo modo ao Príncipe. Mandou, como portador dessa mensagem, o Desembargador José Teixeira da Fonseca Vasconcelos, seu Vice-Presidente. Êste magistrado proferiu incisivo discurso em defesa dos pontos de vista americanos ao fazer a sua entrega ao Regente, garantindo o breve apôio das demais Províncias brasileiras.

São Paulo, com o longo e exaltado officio de 24 de dezembro, resolveu mandar uma delegação ao Príncipe — para de viva voz patentear os desejos do Brasil. Foram, então, nomeados o Coronel Antônio Leite da Gama Lobo e o Coronel Martim Francisco Ribeiro de Andrada, pela Junta Governativa; o Marechal José Arouche de Toledo Rendon — pelo povo e Câmara; e, pelo Cléro o Padre Alexandre Gomes de Azevedo. Mas José Bonifácio resolveu, à última hora, substituir seu irmão nesse entendimento diréto com D. Pedro. Sabia que a primeira idéia republicana congregava diversos patriótas brasileiros num centro político e que êsse Clube de Resistência trabalhava em pról da soberania nacional. Fôra êsse centro nacionalista que enviara a São Paulo Pedro Dias Macedo Pais Leme e para Minas Gerais Paulo Barbosa da Silva — a fim de levarem a nova dos tremendos decretos de Lisbôa e pedir a sua ação.

A notícia da delegação paulista presidida por José Bonifácio correu pela cidade do Rio; e êsse centro político recebeu-a com grandes aplausos. Os seus chefes exaltados, José Joaquim da Rocha, Joaquim Gonçalves Ledo e o Brigadeiro Luís Pereira da Nobrega foram, então, lembrar ao Príncipe o nome de José Bonifácio para o Ministério da reação. Com o Clube da Resistência, constituido de José Mariano de Azevedo Coutinho, Desembargador Francisco de França Miranda, Antônio Menezes de Vasconcelos Drummond, Luís Menezes de Vasconcelos Drummond, Inocêncio da Rocha Maciel, Juvêncio Maciel da Rocha, Coronel Francisco Veloso Gordilho de Barbuda, Pedro Dias de Macedo Pais Leme (depois Marquês de Quixeramobim), Padre Januário da Cunha Barbosa, Paulo Barbosa da Silva e Joaquim José de Almeida, a Maçonaria — dirigida por alguns dêstes chefes, tratou também de tra-

balhar pela permanência do Príncipe. O jornalismo e o cléro aderiram à ação, e assim, os elementos de maior preponderância estimularam a reação de D. Pedro.

Como as manifestações aumentassem e o Intendente de Polícia Antônio Pereira da Cunha e o Ministro do Reino — Pedro Álvares Diniz não conseguissem impedir essas hostilidades, os oficiais portugueses da Divisão Auxiliadora, chefiados pelo seu General Jorge de Avilez Zuarte de Souza França, mandaram u'a mensagem a D. Pedro pedindo que êste fizesse uma demonstração categórica de sua confiança na tropa, sob pena de agir ela contra os inimigos dos dois Reinos, para manter ilêsas as bases constitucionais. D. Pedro demitiu o Intendente de Polícia e o Ministro, e, dirigiu uma proclamação aos fluminenses vêrberando o seu delírio e proclamando fidelidade à Corôa. Mas a luta em diversas Províncias se propagou. Pernambuco estava anarquizado, querendo o povo expulsar as tropas lusas. A Bahia organizava um partido nacional de desobediência ao Govêrno e às Côrtes. Depondo a Junta Provisória, foi dominado pelas tropas e diversos chefes deportados para Lisbôa. A lúta ganhava o Brasil inteiro. Deante da prepotência das tropas, reflexo das Côrtes, a Maçonaria e o Clube da Resistência não esmoreceram. Com o apôio enérgico de São Paulo e a manifestação positiva de Minas Gerais, o Clube resolveu pedir a todas as Câmaras Municipais que mandassem representações a D. Pedro para que êste não partisse do Brasil. O Coronel Gordilho de Barbuda, português e insuspeito, obteve aprovação do Príncipe a essa ação municipal. Frei Francisco de Santa Teresa de Jesus Sampaio fêz a representação em nome do povo do Rio de Janeiro. José Clemente Pereira, português, educado e formado na Metrôpole, compreendeu a situação e, inteligente, como Presidente do

Senado da Câmara do Rio, sondou D. Pedro e entrou na conjuração. Viu que São Paulo tivera a mesma idéia da permanência do Príncipe — deante dos tremendos Decretos de Lisbôa. José Bonifácio já havia combinado com Minas a ação defensiva, pois o seu emissário Alfêres Antônio Carlos Aguiar de Andrada chegara juntamente com o Capitão Paulo Barbosa da Silva, enviado por José Joaquim da Rocha — chefe do Clube da Resistência. Devido à ação do Alfêres, Minas Gerais atendeu ao Capitão e mandou a sua representação com o Vice-Presidente da Junta, Desembargador José Pereira da Fonseca Vasconcelos.

Quando D. Pedro recebeu, às 8 horas da noite de 1.º de janeiro, em São Cristóvão, o officio-representação de São Paulo, viu que êste era diferente de tudo quanto pensava. José Bonifácio aconselhava-o, pura e simplesmente, a que não cumprisse os Decretos e ficasse, para a felicidade do Brasil. Criou coragem. Com a divulgação dêsse officio enérgico e positivo, feita primeiro subrepticiamente e depois pela imprensa, foi que os patriótas do Rio e do Brasil tomaram alento e entraram em campo.

Deante do desassombro de São Paulo, as Câmaras fizeram representações e, com a redigida por Frei Sampaio, José Clemente Pereira convocou o Senado da Câmara do Rio. Lida e aprovada, pediu a D. Pedro designar dia e hora para comparecer incorporado à sua presença. E a despeito dos protestos do General Jorge de Avilez — que desejava a prisão dos signatários e sua deportação, D. Pedro designou o dia 9 de janeiro, dizendo que era constitucional o direito de petição do povo.

No dia marcado, às 11 horas, formou-se a procição das autoridades, cléro, associações, pessoas gradadas e povo. Na sala do Trono, o Dr. José Clemente

Pereira leu o seu discurso enfático e longo. Mostrou os males que ocasionariam sua partida, a luta que se seguiria e que “o único meio de salvação contra os partidários da independência” e contra a formação do partido republicano, era a sua permanência no Brasil “até dar tempo a que o Soberano Congresso seja informado do último estado de coisas dêste Reino e possa receber as representações do povo”.

O Coronel Manuel Carneiro da Silva Fontoura, do Estado Maior do Exército do Rio Grande do Sul, falou em nome do povo daquela Província, em rápido e incisivo discurso.

D. Pedro, diante da manifestação unânime, respondeu:

— “Como é para o bem de todos e felicidade geral da Nação, diga ao povo que fico”.

Com esta frase rompeu a obediência a D. João VI, destruiu o poder das Côrtes e decidiu — de um golpe, da sorte política do Brasil. Identificou-o com as aspirações nacionais.

A Comissão Especial nomeada pelas Côrtes para tratar da Administração do Reino, considerou a Junta Provisória de São Paulo “a principal autora dêsse movimento do Brasil Meridional contra a organização dos Governos Ultramarinos, a extinção dos Tribunais e o Regresso do Príncipe.” Mandou processar criminalmente José Bonifácio e os seus signatários da Junta, Cléro e povo paulistas.

José Bonifácio foi reconhecido assim, oficialmente, o autor do *fico*.

* * *

O *fico* produziu delírio nacional.

Jorge de Avilez fechou-se com a officialidade portugueza e começaram rumores de que a tropa iria obrigar D. Pedro a embarcar.

D. Pedro, com o apôio do 3.º Batalhão de Caçadores, que dava guarda ao Palácio, determinou que as tropas brasileiras se concentrassem nos quartéis do Campo de Santana. Desligou os generais Xavier Curado e Nóbrega para o comando das forças nacionais.

Escreveu a São Paulo e Minas pedindo suas tropas disponíveis. Os fluminenses armaram seis mil homens de todas as classes sociais.

Jorge de Avilez, não conseguindo ser obedecido pelas forças brasileiras, vai reclamar ao Príncipe. Este demite-o e ameaça-o de um embarque forçado com suas tropas para Portugal.

Mandando sua família para a Fazenda Santa Cruz, D. Pedro interpelou os dois exércitos.

O general Xavier Curado, eleito Governador das Armas Brasileiras, respondeu que resistiria a toda e qualquer ameaça contra o Regente e contra a Cidade. Depois de inúmeros incidentes, Jorge de Avilez viu que comandava dois mil soldados lusos e que D. Pedro já tinha dez mil homens em armas. Concordeu, então, em obedecer e passou para o outro lado da baía de Guanabara, para os quartéis da Praia Grande.

Deante do pedido urgente do Príncipe, São Paulo mandara mil e cem homens, com o título de Leais Paulistanos, sob o comando do Coronel Lázaro José Gonçalves. Desde a representação de 24 de dezembro, José Bonifácio, com a previdência que o caracterizava, cuidara de reorganizar suas forças militares. Aumentou o voluntariado em toda a Província e reorganizou o Corpo de Artilharia de Santos, os Batalhões de Caçadores, Corpos de 1.ª Linha e Regimentos de Cavalaria.

Substituindo ao seu irmão Martim Francisco, a pedido de João Evangelista Sayão Lobato (mais tarde Senador), que viera com Pedro Dias Macedo Pais Leme, foi acompanhado por êste na deputação ao Príncipe. São Paulo mandava essa comissão para convencê-lo da necessidade de sua permanência no Brasil. Era o complemento do seu officio-manifesto de 24 de dezembro.

Em Sepitiba, a princesa Leopoldina — que se encontrava em Santa Cruz devido ao levante das tropas lusas, enviou um piquete para receber a comissão paulista. Deante dessa gentileza, foram cumprimentá-la. D.^a Leopoldina — que fêz questão de lhes mostrar seus filhos — os brasileirinhos, preveniu a José Bonifácio de que iria ser êle convidado para Ministro; e tudo fêz para que aceitasse o cargo. Encantou-a a palestra que mantiveram em língua alemã.

E assim foi. Chegada a deputação a São Cristóvão na noite do dia seguinte, D. Pedro recebeu-a imediatamente.

Convidado para Ministro de Estado dos Negócios do Interior e Estrangeiros, depois de mil relutâncias, José Bonifácio aceitou o posto. E D. Pedro teve o ministério: Manuel Antônio Farinha, mais tarde Conde de Souzel — na Marinha; Ajudante-General Joaquim de Oliveira Alvares — na Guerra; Caetano Pinto de Miranda Montenegro (aquêlê Governador de Pernambuco que foi deposto e prêso pelos revolucionários de 1817, e, mais tarde Marquês da Praia Grande) — na Fazenda.

Se o ministério era de portuguezes, os brasileiros viram, entretanto, que José Bonifácio salvaria o Brasil.

“O seu grande saber, o seu gênio intrépido, seu caráter pertinaz — que quase chegava a raiar em defeito”, faziam dêle “o homem providencial que se apre-

sentara para assumir francamente a direção daquêlê grande movimento libertador”, dizem os historiadores. Sua ascendência moral e científica foi tão grande, que ofuscou a todos os companheiros. E o prestígio do número curvou-se deante do sábio. Em breve se tornou a fôrça e a glória de todo o ministério. Não era preciso, portanto, mais brasileiros. Tornando-se chefe, todos os ministros passavam para segundo plano, subordinados a êle. E êle foi — todo o Govêrno.

Além de ser a única pessôa capaz de fixar a volubilidade do Príncipe, iria realizar o que três anos antes previra em seu discurso de despedida da Academia de Ciências de Lisbôa: “pôr casa para a filha emancipada — o seu Brasil”.

A anarquia lavrava pelo país. Pernambuco depuzera o Governador Luís do Rego e preferira o despotismo luso aos intúitos patrióticos de D. Pedro, pois temia o absolutismo dêste. O Governador Gervásio Pires Ferreira — que fôra Ministro da Fazenda do Govêrno Republicano de 1817 e que sofrera prisões e processos, não orientava o povo e se tornara tímido e prudente demais.

O Clube da Resistência indicara Antônio de Menezes Vasconcelos Drummond para ir expôr a Pernambuco os fins da coligação firmada entre São Paulo, Minas e Rio. Amigo dedicado de José Bonifácio, Vasconcelos Drummond partiu para lá e conseguiu, depois de mil peripécias, a adesão da Província. Rumou depois para a Bahia a fim de tentar a mesma coisa.

Enquanto isso, José Bonifácio praticava a transformação política do país. No dia 26 de janeiro o Príncipe recebia oficialmente a deputação paulista enviada em razão do seu pedido categórico de 24 de dezembro. Era composta de José Bonifácio, Coronel Antônio Leite Pereira da Gama Lobo, Marechal José

Arouche de Toledo Rendon e Padre Alexandre Gomes de Azevedo. E ante o escôl da sociedade carioca, deante das pessôas influentes, da Câmara e Magistrados, o novo Ministro leu seu notável discurso — ratificando os conceitos do célebre officio em que pedia o *fico*. E vibrante, patriótico, desassombrado, terminou solicitando a convocação de uma Junta de Procuradores Geraes, nomeada pelos eleitores das Paróquias, reunidos em cada Comarca, para funcionar no Rio, ao lado do Príncipe, a fim de aconselhá-lo, examinar os projêtos de reformas, propôr medidas urgentes e advogar a causa de suas Províncias. E leu também as representações de S. Paulo.

Esta idéia da Junta de Procuradores José Bonifácio já havia exposto ao Govêrno Provisório de São Paulo, que a aprovara a 31 de dezembro. E foi posta em execução por Decreto de 16 de fevereiro, para realizar a união das Províncias sob a autoridade do Regente. Verdadeiro Conselho Consultivo e Deliberativo de todas as leis, reformas e necessidades do Brasil, denota a capacidade política de José Bonifácio; e o Senado do Rio solicitou que fôsse ela decretada em nome das Províncias e do povo. Só assim se faria o estreitamento dos quase desaparecidos laços de solidariedade brasileira, sendo o primeiro passo para a Independência nacional. Já em 21 de janeiro providenciava para que fôsem submetidas ao conhecimento do Príncipe Regente todas as leis enviadas de Portugal. E, em circular de 30 dêsse mesmo mês, recomendava aos Govêrnos Provinciaes que promovessem a união de todas as Províncias — com sujeição à Regência de D. Pedro.

XVI

AÇÃO ENÉRGICA

Com o ambiente propício à sua ação, José Bonifácio viu que o socêgo e garantia da pátria estavam na retirada das tropas lusas. Tratou, então, de conseguir o embarque do General Jorge de Avilez e de suas fôrças para Portugal. Percebendo o perigo da chegada de reforços lusitanos que se anunciava, pois com êsses novos elementos facilmente dominariam o Brasil, apressou energicamente a expulsão. Primeiro, colocou as tropas portuguezas em rigoroso sítio. O General Xaviér Curado seguiu com dois regimentos para a Praia Grande e São Gonçalo. As fortalezas do lado de Niterói foram reforçadas. Uma pequena esquadra sob o comando de Rodrigo Antônio Delamare guardava os lados do mar. E os nacionais, armados, juntos com os regimentos brasileiros, aguardavam a ação. O Ministro da Guerra determinou, então, que o Brigadeiro Carreti fizesse a Divisão Auxiliadora embarcar em navios já aprontados. A officialidade portugueza insurgiu contra a ordem, representou ao Regente, mas D. Pedro respondeu com uma Proclamação enérgica. José Bonifácio mandava, no dia seguinte, o Intendente Geral da Polícia publicar dois editais: o 1.º — proibindo terminantemente comunicações por mar “desta cidade ou de qualquer outra parte — para os sítios

da Praia Grande, Armação, São Domingos e imediações". Seria posta a pique qualquer embarcação desobediente.

O 2.º determinava aos moradores da banda d'além — que para seu bem e utilidade geral, se recolhessem desde logo à Capital ou se internassem seis léguas para o interior do país.

Deante destas enérgicas medidas, os oficiais pediram pagamento dos soldos atrasados e de mais três meses antecipados para embarcar. E no dia 10 de fevereiro embarcaram, de fato, em 7 navios que José Bonifácio arranjara. Dois destes navios arribaram na Bahia e aí desembarcaram 381 soldados para refôrço ao General Madeira.

E foi com energia tremenda, com ameaças e providências acertadas, sem derramamento de sangue, que o Rio de Janeiro se viu livre dessa tropa insubmissa. Providência e providências do grande Ministro.

As tropas de refôrço que o General Jorge de Avilez esperava, chegaram, de fato, em 9 de março, depois da sua expulsão. Era uma esquadra de 5 navios bem aparelhada, com mil homens aguerridos e ordem de levar o Príncipe.

O povo agitou-se, patriótas correram, armaram-se batalhões, mas José Bonifácio acalmou a cidade. Ele havia tudo previsto. Possuia fôrças nacionais para resistir à invasão. Mandara buscar em São Paulo e em Minas, tropas de elite, e estas já haviam chegado. As fortalezas estavam fortemente guarnecidas, os navios de guerra aprestados. A cidade que estivesse tranquila, porque o Govêrno estava bem forte.

D. Pedro intimou, então, o comandante da esquadra portuguesa, Francisco Maximiliano de Souza, e o da tropa expedicionária — Coronel Antônio Joaquim Rosado, a fundarem e permanecerem entre as forta-

lezas Santa Cruz e São João; e que sómente os dois chefes descessem à terra para receber ordens. Os comandantes lusos vieram, mediram a situação e assinaram um t ermo de obediência ao Príncipe.

Os soldados e oficiais que quizessem servir com fidelidade ao Brasil, poderiam engajar-se nas fôrças brasileiras. Também a fragata real "Carolina" foi apreendida e incorporada   incipiente esquadra nacional.

As fôrças do Príncipe eram dez vêzes superiores e, sem a Divisão Auxiliadora, que f ra expulsa, os comandantes lusos a tudo se submeteram.   essa esquadra que vinha buscar o Príncipe e dominar o Brasil, regressou logo depois, a 23 de março, perdendo a fragata e mais quatrocentos homens — que se alistaram voluntariamente nas armas nacionais, tudo devido à energia de José Bonifácio. Sôbre  le incidiam os olhos de todo o Brasil — confiante em sua sabedoria e aço; e os de todos os portug es — que viam nêle o tremendo inimigo.

D. Pedro praticara três atos — que enfurecia Portugal: o *fico*, a expulsão de Avilez e a volta forçada dêsse refôrço expedicionário. As Côrtes Lusitanas discutiram a vergonha, onde Borges Carneiro bradava:

— "Ali, um só homem — José Bonifácio de Andrada e Silva, com a energia do seu caráter improvisa fôrças de terra e mar, acha recursos em abundância, e nos põe pela porta a f ra com a maior sem cerim nia possível!..."

Tranquilizado o Rio de Janeiro, cumpria unificar Minas Gerais.

XVII

VIAGEM A MINAS

Minas Gerais, aliada de São Paulo pela combinação ofensiva e defensiva proposta por José Bonifácio, entrara em agitação. A facção do ex-Governador D. Manuel de Portugal e Castro procurava impedir a implantação da autoridade da Regência. O Desembargador Manuel Inácio Melo e Souza, membro da Junta Governativa, e o Secretário desta — João José Lopes Ribeiro, romperam com D. Pedro. Deante disso, José Bonifácio preparou a viagem do Príncipe, para com sua presença unificar a Província.

D. Pedro então, a 23 de março, em justificado decreto de José Bonifácio, delegou ao Conselho de Ministros plenos poderes para governar o país. E partiu a 25, levando como seu secretário o Desembargador Estevam Ribeiro de Rezende, mais tarde Marquês de Valença, e fazendo-se acompanhar do Vice-Presidente da Junta, Desembargador José Ferreira da Fonseca Vasconcelos — que havia ido ao Rio para o *fico*.

Com dois ajudantes de ordens e um guarda-roupas, partiu. Já a 1.º de abril era triunfalmente recebido em Barbacena. A 3, São João del Rey lhe pres-

tava magnífica recepção. No dia 6 entrou festivamente em São José do Rio das Mortes. E em meio destes triunfos e ovações, ia D. Pedro escrevendo a José Bonifácio, dando contas da pacificação. Na fazenda Cataguázes recebia dois representantes da Junta Mineira — que lhe foram prestar homenagens. No dia 8 estava em Queluz, entre aclamações.

No Capão de Lana teve notícias de que o Comandante da Praça da Capital Vila Rica — Tenente Coronel José Maria Pinto Peixoto, e o Comandante do Corpo de Caçadores pretendiam opôr-se à sua entrada; e que o próprio Juiz de Fôra, Presidente da Câmara — Manuel de Freitas Pacheco, insinuava ao povo o não reconhecimento da Regência.

D. Pedro mandou que o Govêrno de Vila Rica prendesse o Comandante José Maria Pinto Peixoto e o escoltasse à sua presença em Capão de Lana. Essa ordem foi levada pelo Desembargador Manuel Inácio de Melo e Souza — que lhe viera prestar obediência em nome da Junta, na Fazenda Cataguázes. Ordenou, também, ao Comandante da Cavalaria do Rio das Mortes que marchasse sôbre Vila Rica.

Presos os cabeças da opposição, intimou D. Pedro ao Govêrno a dizer se o reconhecia ou não como Regente Constitucional do Brasil. A Junta veio humildemente prestar-lhe sujeição; e com isso, D. Pedro entrou em Vila Rica, hoje Ouro Preto. Grandes festas o receberam. Adesão completa e entusiasta. Publicou, então, o Decreto que trouxera, referendado por José Bonifácio, cassando os poderes da Junta, verberando a sua ditadura absurda e determinando novas eleições para novo Govêrno. Mandou que o Juiz-de-Fôra de Mariana suspendesse de suas funções e intimasse a seguir imediatamente para o Rio — o Juiz-

de-Fóra de Vila Rica, Dr. Cassiano Esperidião de Melo Matos; decretou os poderes do Govêrno, soltou os presos, verificou as fôrças militares, elogiou comandantes, determinou ao Ouvidor de Sabará um processo contra o Juiz-de-Fóra e contra diversos políticos dissolventes, agradeceu às fôrças de Sabará, Mariana e Rio das Mortes o auxílio oferecido, fêz reverter à ativa o Marechal-de-Campo Antônio José Dias Coelho e o nomeou Governador das Armas da Província. Tratou da reorganização política e administrativa e mandou comunicar êsse fato aos Leais Paulistanos — pois a Junta de Vila Rica estava faltando aos compromissos patrióticos firmados com São Paulo. Depois desta ação enérgica e descortinada, visitou Mariana — onde foi recebido em delírio. De volta à Vila Rica lançou entusiástica proclamação aos mineiros e partiu a toda a velocidade para o Rio de Janeiro. Recebido em festas pelo povo, foi saudado pelo Conselheiro José Bonifácio — que falou vibrantemente em nome da Província da Paraíba do Norte, advogando a justa causa da independência política, integridade e centralização do Reino do Brasil, salva a devida união com Portugal.

Por êstes fatos, mais tarde, a 24 de fevereiro de 1823, José Bonifácio referendava o decreto concedendo a Sabará o Título de Fidélíssima; a Barbacena o de Muito Nobre e Leal; a Itú — Fidélíssima; a Vila Rica — o de Imperial Cidade de Ouro Preto. Depois, a 20 de março, concedeu ao Rio de Janeiro o título de Muito Leal e Heróica; a São Paulo — o de Imperial Cidade de São Paulo, títulos êsses honoríficos e perpétuos.

Em 4 de maio José Bonifácio decretava que nenhuma lei das Côrtes de Lisbôa se executasse no Bra-

sil sem o expresso "*cumpra-se*" do Príncipe, "depois de discutida em Conselho a aplicação que póde e deve ter no mesmo Reino". Era a restrição ousada ao poder legislativo dominador e discricionário da Metrópole.

XVIII

DEFENSOR PERPÉTUO DO BRASIL

A viagem verdadeiramente triunfal de D. Pedro encheu de esperanças novas os patriótas do Rio de Janeiro. E como a 13 de maio se festejasse o aniversário de D. João VI, resolveram oferecer ao Príncipe o título de Protetor e Defensor Perpétuo do Brasil. Num rasgo de agradecimento à grande manifestação popular que, em procissão, procurou o Paço, exclamou:

— “O Brasil não precisa de proteção de ninguém: protege-se a si mesmo. Aceito o título de Defensor Perpétuo e juro mostrar-me digno dêle!”

Com isto, e com a orientação que José Bonifácio lhe dava, entenderam os exaltados patriótas que D. Pedro deveria, ao invés do Conselho Geral dos Procuradores, criar uma Assembléia Geral Legislativa para todo o país. A Maçonaria açulava os exaltados. José Bonifácio temia que a precipitação abrisse os olhos do Príncipe e prejudicasse a causa da independência. O Brasil era extensíssimo, havia o elemento português fortificado nas Províncias do norte e, mesmo, nem todas elas reconheciam o Govêrno da Regência, pelo que a situação exigia calma e tenacidade. Mas a precaução inteligente do grande Ministro provocava críticas e combates. Para remediar essa falta de visão,

José Bonifácio resolveu entrar para a Maçonaria — com o fim de fiscalizá-la e orientá-la. Fêz-se eleger Grão-Mestre do Grande Oriente — formado de homens da maior responsabilidade e projeção do Rio de Janeiro.

Os agitadores, por intermédio de Gonçalves Ledo e cônego Januário da Cunha Barbosa, redigiram uma representação ao Senado da Câmara pedindo que, em nome do povo, obtivesse ela do Príncipe a Convocação da Assembléia Geral Legislativa para o Brasil, em substituição ao Conselho de Procuradores.

José Bonifácio mostrou o perigo; mas, ressaltando os seus justos temôres, acedeu. D. Pedro resolveu que sómente tomaria conhecimento dêsse pedido — depois de ouvir o Conselho dos Procuradores. Mandou instalá-lo com os representantes que estavam na cidade e que eram: José Mariano de Azeredo Coutinho e Joaquim Gonçalves Ledo — pelo Rio, e Lucas José Obes — pela Cisplatina. Ledo reclamou, em veemente representação, fôsse convocada a Assembléia. José Bonifácio despachou-a favoravelmente.

D. Pedro entusiasmou-se pelo caso e lançou uma proclamação aos brasileiros, terminando:

— “Viva El Rei Constitucional o Snr. D. João VI! Viva a Assembléia Geral Legislativa! e Viva a União Luso-Brasileira!”

Desde o seu regresso de Minas “naturalizara-se brasileiro”, diz Varnhagen; mas tinha ainda o espírito vacilante.

Depois de referendar o Decreto de 3 de junho, relativo à convocação da Assembléia, José Bonifácio baixou outro em 19, contendo as Instruções Eleitorais respectivas. Estas estavam compendiadas em 5 capítulos. Instituíam a eleição diréta com obrigatoriedade do mandato, determinavam a conduta do deputado, es-

tabelacia normas de pagamento, proibia acumulações, regulava a forma da eleição, da apuração e reconhecimento dos diplomas. Verdadeiramente fêz neste decreto a síntese das eleições modernas.

Grão-Mestre do Grande Oriente desde 28 de maio, fundou José Bonifácio a “Nobre Ordem dos Cavaleiros de Santa Cruz”, denominada “*Apostolado*”, em 2 de junho, sem filiação ao Grande Oriente. Ideando sua organização, seriam suas linhas mestras as bases para a Constituição Política do Brasil. O seu cargo supremo — Arconte Rei, foi concedido ao Príncipe, sendo que deu a uma das Lojas o nome de “Independência ou Morte”. Reunindo no Apostolado os elementos bons da população, com patriótas cultos, contrabalançou a influência demagógica ou um tanto anárquica dos impulsivos e exaltados. No meio das suas vastas preocupações nacionais, do trabalho insano de conter os ímpetos estouvados do moço Príncipe, ainda prevenia êsses casos políticos e fundava instituições como aquela.

Era também o modo de conter D. Pedro que, curioso e leviano, quizera conhecer os mistérios da Maçonaria e entrara para a Loja “Comércio e Artes”, de Gonçalves Ledo.

José Bonifácio não era intransigente e nem homem para assinar apenas o que outros escrevessem — sendo êle Ministro-Chefe da política nacionalista. Quando lhe convinha, fazia de Gonçalves Ledo a principal figura — como no Decreto de 3 de Junho. Se não agia assim ostensivamente, era porque livrava o Govêrno da responsabilidade da iniciativa, passando-a ao povo; ou para dar ao Príncipe a ilusão de que não fôra arrastado a ceder, e sim a convicção de que agia por idéia própria, como o autor próprio da idéia. E José Bonifácio encaminhava os acontecimentos com a

dupla habilidade: — formar a opinião nacional e a de conseguir a opinião de D. Pedro.

Dizia o Barão de Mareschal a Metternich que êle “agia com ares de quem apenas acompanha o movimento”. E’ que não queria glória para a sua pessoa e sim o resultado para a sua Pátria.

O Almirante Roussin, em seu relatório de 31 de maio de 1822 ao Ministro da Marinha de França, declarava:

— “Il n’existe peut-être pas au monde de plus fougueux petit vieillard: agê de plus de 60 ans, ni son corp ni son esprit ne sont un seul moment en repos. Il est le principal promoteur du système Bresilien pur, et ne veut entendre á aucune union avec le Portugal, á quelque titre que soit.”

E estranha “que esta profissão de fé separatista se concilie com os discursos do Príncipe. José Bonifácio sonhava — continua o representante francês — com uma confederação de todos os Estados livres da América, a fim de contrabalançar a confederação européia. (O pan-americanismo só agora realizado). E explicava sua idéia com grande veemência, detalhando com ênfase a prosperidade que disso resultaria ao Brasil.”

Mais tarde, ainda afirmava o almirante que “sua imaginação viva e móvel o coloca sempre a 25 anos para lá do momento atual. E’ o principal promotor da independência do Brasil. Sua opinião é que não cabe a êste país senão um govêrno federativo. Sempre foi monarquista e viu que o Brasil sómente seria o grande país que é, com um govêrno monárquico.”

Esta era a opinião do almirante francês sôbre o grande Ministro, revelada oficialmente já em maio dêsse ano célebre de 1822.

XIX

LUTAS ARMADAS NA BAHIA

A agitação campeava no norte do país. A Bahia — que repelira a autoridade do Regente e se unira a Lisbôa, elegera Nova Junta, a 2 de fevereiro; e esta confirmou o Brigadeiro Manuel Pedro de Freitas Guimarães no posto de Governador das Armas.

Os portugueses ficaram indignados com a escolha; e logo depois chegava a nomeação, por Carta-Régia, para Governador das Armas, do General Inácio Luís Madeira de Melo, comandante das tropas portuguesas, veterano da campanha contra Napoleão e oficial brioso e de valor.

Sob pretexto de que a Carta-Régia não havia sido referendada pelo Ministro da Guerra e registrada na Contadoria, a Câmara Municipal não lhe quiz dar posse, ainda que a Junta concordasse com Lisbôa.

Deante disso, Madeira atacou e venceu as fôrças brasileiras, sendo Freitas Guimarães prêso no forte São Pedro, onde se entrincheirara com um punhado de bravos. Os lusos vencedores praticaram toda a sorte de violências, chegando a assaltar o Convento de Nossa Senhora da Conceição da Lapa, das Irmãs Franciscanas, onde assassinaram a Veneranda Madre Abadessa — Joana Angélica de Jesus, que tentara impedir a inviolabilidade daquêle asilo de virgens.

E o General Madeira tomou conta da Bahia. Nessa situação angustiosa de vencidos, os brasileiros compeliram a Junta a pedir auxílio a José Bonifácio; e protestando obediência ao Príncipe, ela mostrava que a situação aflitiva da Província dependia do grande Ministro. Só êste a poderia salvar.

José Bonifácio fêz D. Pedro ordenar ao General Madeira, em Carta-Régia de 15 de junho, que embarcasse com suas fôrças para Lisbôa, e enviou cópia do ofício à Junta, ao mesmo tempo que o Príncipe endereçava uma Proclamação aos baianos.

Na previsão dêsse auxílio, os baianos se levantaram e uma revolução estalou no interior da Província. Cachoeira, Santo Amaro, Maragogipe, Inhambupe e Itapicurú de Cima foram as primeiras cidades a se rebelar.

Chegava a êsse tempo à Bahia Vasconcelos Drummond — vindo de Pernambuco. Amigo de Madeira, conseguiu infiltrar-se entre os seus, verificando o efetivo de suas fôrças, o seu poder marítimo, a capacidade da esquadra, das munições e de seus recursos. Mas não conseguiu um acôrdo com êle, ainda que lhe oferecesse cem contos de réis. O inteligente e honesto oficial mostrou que respeitaria ordens, ainda que fôsse sacrificado entre D. João VI e D. Pedro: militar de honra, não desertaria do posto, cumpriria seu dever.

José Bonifácio, com a atividade prodigiosa e fantástica de toda a sua vida, “incansável em socorrer e acudir a tudo”, foi o homem da situação. Organizou exército, arrecadou socorros em víveres e dinheiro, enviou instruções e orientação ao Recôncavo. E com a chegada do seu grande amigo Vasconcelos Drummond — que conseguira fugir com a proteção de Sir Chamberlain, Encarregado dos Negócios da Grã-Bretanha, soube que Madeira tinha doze navios e mobi-

lizara todos os portugueses em idade militar, ao mesmo tempo que recebia os duzentos e seis homens da Divisão Auxiliadora de Jorge Avilez que ali aportaram, expulsos do Rio de Janeiro.

Mandou, então, uma pequena esquadra bloquear o pôrto de Salvador, dando o seu comando a Rodrigo Delamare; e com ela enviou pequeno exército expedicionário sob o comando do General Pedro Labatut. Este francês era um bravo; fôra oficial de Napoleão Bonaparte, servira em seus formidáveis exércitos, distinguira-se na guerra da Espanha e depois, passando para a América, pelejara na libertação da Colombia — onde se incompatibilizara com o grande Bolivar. Emigrando para a Guiana Francêsa, de lá passou-se para o Rio e ingressou em nosso exército, a convite de José Bonifácio, com o posto de Brigadeiro.

Pedro Labatut resolveu navegar até o Norte, por não poder operar seu desembarque na Bahia. Lá do extremo do Brasil, rumou para Recife, arrecadando reforços de tropas nacionais. E com o auxílio das forças do Major José de Barros Falcão de Lacerda, marchou por terra contra a Bahia.

E a Bahia escreveu uma página de glória na História do Brasil.

ELEIÇÃO DE DEPUTADOS

José Bonifácio presidira a eleição de São Paulo, pois fôra eleito unanimemente na prévia fiscalizada e dirigida pelo Ouvidor da Capital. E a Junta Provincial, instalada a 6 de agosto, elegera deputados às Côrtes Portuguezas: Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, Padre Diogo Antônio Feijó, Francisco de Pauļa Souza e Melo, José Feliciano Fernandes Pinheiro (futuro Visconde São Leopoldo), José Ricardo da Costa Aguiar e Nicoláu Pereira de Campos Vergueiro. Para suplentes: Antônio Manuel da Silva Bueno e Antônio Pais de Barros (mais tarde 1.º Barão de Piracicaba).

José Ricardo da Costa Aguiar era filho de D.^a Bárbara Joaquina de Andrada — irmã de José Bonifácio, e do Capitão-Mór Francisco Xavier da Costa Aguiar. Bacharelou-se em leis pela Universidade de Coimbra em 1810 — aos 23 anos de idade. Foi soldado do Batalhão Acadêmico na libertação de Portugal (comandado por José Bonifácio), Juiz-de-Fóra de Belém do Pará, Ouvidor de Marajó, Desembargador da Relação da Bahia, deputado às Côrtes Constituintes, Ministro do Supremo Tribunal de Justiça e, afinal, Conselheiro do Império.

José Bonifácio escreveu então as “Instruções” — que o Governo mandou imprimir, para que servisse aos deputados — no plano político da união constitucional dos dois Reinos e nos problemas capitais da nossa civilização americana. São, verdadeiramente, o programa de uma Pátria. Começam cuidando dos negócios fundamentais da união projetada, com igualdade de direitos civis e políticos para todos os pontos do território unido. Determinam a Capital da Monarquia ora em Portugal ora aqui na América. Estabelecem a conveniência das leis sobre a paz e guerra, sobre o comércio interno e externo. Desenvolvem a fundação de três tesouros autônomos: um no Reino Unido — para a guerra e despesas gerais; outro para Portugal e outro para o Brasil. Estudam a instituição de um corpo de censura para decidir os conflitos de jurisdição dos poderes legislativo, executivo e judiciário, e para verificar a legitimidade dos diplomas de deputados antes da posse, bem como a suspensão de Ministros e Magistrados em determinados casos. Propugnam pela perfeita igualdade da representação dos dois Reinos nas Assembléias Legislativas, Tribunal de Censôres e Conselho de Estado. Tratam da autonomia do Brasil, de um govêrno Central sob a presidência do herdeiro da Corôa — quando a séde da Monarquia aqui não estiver, e não se esquecem da determinação positiva das nossas fronteiras. Reveem a catequização e civilização dos índios bravos, a melhoria da sorte da escravatura africana e a sua extinção gradual — lineamentos sociológicos de verdadeiro gênio. Tratam da disseminação de escolas, da criação de ginásios, fundação de uma Universidade e a lista de suas principais cátedras, sendo que deveria ser esta instalada em São Paulo. Mostram a necessidade da construção da Capital do Brasil no Planalto Central —

para a sua maior centralização administrativa e eficiência defensiva, orientam o problema das terras devolutas, a concessão de sesmarias, o aproveitamento dos rios, a exploração das minas de ouro, etc..

E' o primeiro tratado escrito da organização moderna e da soberania nacional.

Com o ofício de José Bonifácio ao Príncipe remetendo essas "Instruções" aos deputados, em 9 de outubro, dizia êle: — "Julgava como calamidade pública a sua ausência para Portugal e reputava a sua existência no Brasil como laço de maior precisão para a conservação da integridade e categoria dêste Reino". E isto porque a Bahia não quiz reconhecer a Regência de D. Pedro. Já em outubro, previa a necessidade nacional do *fico*.

Na deputação de São Paulo, Paula Souza e Melo, então enfêrmo, foi substituído por Antônio Manuel da Silva Bueno.

De passagem pelo Rio de Janeiro, Antônio Carlos impressionou o Príncipe com essa orientação política e econômica de todo o Brasil, pelo que D. Pedro escreveu uma carta a D. João VI sôbre os desejos do Reino americano. Também, essa deputação iria modificar o ambiente das Côrtes lusas, eis que Antônio Carlos foi o primeiro homem que falou da possibilidade da separação de Portugal — em plena Assembléia. E os deputados brasileiros que agiam sem programa e chegavam ao ponto de votar contra os interesses do Brasil, viram que a formidável representação de São Paulo era suficiente para defender sósinha a longínqua Pátria. Porisso, a maioria dos americanos se uniu e tomou as "Instruções" como catecismo único do Brasil, ficando do lado dos portugueses, em oposição aos seus patrícios, os pusilânimes e oportunistas.

As discussões tornaram-se violentas e agressivas, estarrecendo a Metrópole. E no meio dessa luta de gigantes, estouravam as cartas de D. Pedro, remetidas a D. João VI e enviadas por êste à Assembléia. A violência de linguagem, no desmascaro das intenções lusas, petrificava. E os ódios acirrados faziam com que os portugêses propuzessem mais medidas repressivas ao desenvolvimento americano. O desespero era tanto, que, na ausência dos deputados brasileiros, já haviam legislado contra o seu Reino. Como as Províncias do norte se pronunciassem abertamente contra os poderes absolutos e jurassem obediência às Côrtes, estas se aproveitaram da adesão e trataram de legislar pela volta do Brasil à condição humilhante de Colônia. Reconhecendo que o Pará era Província de Portugal e não Capitania do Reino, deram fôrça a todas as Juntas Governativas que se dirigissem a Lisbôa; e para maior domínio, decretaram que os Governadores das Armas fôssem autoridade militar superiores a elas. Ficariam êles diretamente subordinados ao poder executivo de Lisbôa, com a fôrça absoluta e política nas mãos.

Sómente três deputados votaram contra êste absurdo: Martins Bastos, Pires Ferreira e Araujo Lima — que mais tarde foi Senador do Império, Ministro e Regente até a maioria de D. Pedro II. Com a pequena e desorientada representação brasileira, as Côrtes votaram a volta de D. Pedro para Portugal e a supressão dos Tribunais Superiores criados por D. João VI.

Vilela Barbosa, pela bancada fluminense, Cipriano Barata, Lino Coutinho e Agostinho Gomes pela Bahia, foram os únicos que defendiam e enxergavam os interesses nacionais. Até que afinal chegou a bancada paulista — que trazia o programa de todo o Brasil nas “Instruções” feitas por José Bonifácio. O nome

dêste Ministro já ecoava pela América, congregando os brasileiros em tórno do Príncipe, como única salvação nacional. Como as Províncias percebessem a escravização que as Córtes estavam votando independentemente da espera dos seus deputados, na ausência dêstes, gravitaram para D. Pedro, que não permitia a retalhação nacional. E o nome de José Bonifácio appareceu na Assembléia, com o texto da representação de São Paulo de 24 de dezembro e a influência desta na resolução revolucionária do Príncipe no *fico*.

Os deputados, deante da violência dêsse manifesto, ficaram contrafeitos, em posição esquerda. Apartes insolentes aos seus discursos, ditos, galhofas, pi-lhérias, insultos da assistência, entre váias da populaça, acompanhavam a leitura da representação ousada. Lisboa tornou-se inimiga dos sul-americanos. Molestados em toda a parte, perdiam a liberdade. E se não compareciam às sessões, eram taxados de covardes. O Padre Diogo Antônio Feijó reagiu da tribuna. Antônio Carlos exaltava a ação de José Bonifácio, aumentando a confusão. Neste meio tempo, chega um officio do General Madeira de Melo, que narra os fatos da Bahia e pede reforços. As Córtes, preliminarmente, resolvem proibir a exportação de armas e munições para Ultramar, e a ordenar a remoção das tropas de Montevideu para a Bahia. Mas essas medidas contra o Brasil já tinham sido previstas por José Bonifácio, que comunicara às autoridades estrangeiras, ter o Govêrno do Rio dispensado de qualquer formalidade, a cargo dos Agentes Consulares Portuguezes, o despacho de armas e munições, as quais seriam recebidas nas alfândegas do Brasil independentemente de quaisquer exigências fiscais. Com isto, o comércio aumentou e armamentos chegavam abundantemente.

A segunda medida coercitiva das Côrtes era a remoção das tropas melhores e mais escolhidas, de Montevidéo para a Bahia. E isto porque, quando D. João ia regressar para a Europa, fêz um decreto convidando a Banda Oriental a se declarar pela independência ou pela sua união ao Brasil.

A Província Cisplatina, em 31 de julho de 1821, resolveu incorporar-se ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, com as combinações dêsse tratado. E as tropas veteranas da guerra contra Napoleão estavam lá, guarnecendo as fronteiras:

Contra essa medida das Côrtes, levantaram-se as eloquências arrebatadoras de Antônio Carlos, Borges de Barros, Padre Marcos Antônio de Souza, Cônego Muniz Tavares e Fernandes Pinheiro — mostrando que o esforço conquistador de D. João VI seria anulado com a medida impatriótica. E o projéto português caiu diante disso. Mas as Côrtes votaram a partida de dois mil e seiscentos homens para a Bahia, procedentes de Portugal.

Era apresentado à Assembléia o parecer da Comissão Especial dos Negócios do Brasil, pedindo processo crime contra os signatários da representação paulista de 24 de dezembro, chefiada por José Bonifácio. Nicolau Vergueiro elaborou um substancioso voto mostrando que toda a Província de São Paulo estava solidária com a sua Junta; esta apenas concretizou o sentimento público paulista. Mas as Côrtes venceram por um voto, resolvendo:

1.º — responsabilizar criminalmente os paulistas; 2.º — permitir a permanência de D. Pedro no Brasil até que se promulgasse a Constituição; 3.º — saber porque não compareceram ou não vieram os deputados por Minas Gerais; 4.º — declarar nulo o decreto de

D. Pedro que convocou o Conselho de Procuradores do Brasil, ideado por José Bonifácio. E ao mesmo tempo fazia o Rei nomear Secretários para a Regência do Brasil.

As idéias de José Bonifácio, gravadas nas “Instruções” aos deputados, foram consubstanciadas em projeto, apresentadas e defendidas pela deputação paulista. Vilela Barbosa, Lino Coutinho e Araujo Lima ajudaram a sua defesa, eloquentemente, ao lado da oratória fulminante de Antônio Carlos, do seu sobrinho José Ricardo da Costa Aguiar e de Fernandes Pinheiro. Mas foram vencidos.

E as Côrtes votaram as medidas draconianas que iriam exasperar o povo e tornar independente o Brasil.

Mas verifica-se que, devido à intransigência dominadora das Côrtes, José Bonifácio foi orientando a política da independência por etapas, sem que o Príncipe D. Pedro o percebesse: 1.º — a união luso-brasileira em igualdade de posições; 2.º — a união independente, mas com o mesmo Rei; 3.º — a independência com outro rei. E em todos os manifestos do Príncipe se verifica também a evolução. Primeiro, era a “união”. Depois, “bem entendida união”. Mais tarde, “devida e decorosa união”.

XXI

NO BRASIL

Deante da violência cada vez maior das Côrtes contra o Brasil, e dos apuros que os deputados americanos corriam na defesa de sua Pátria, os brasileiros foram atendendo à política de José Bonifácio e reconhecendo que sómente a sua união fraterna, ao lado do Príncipe, salvaria a nacionalidade. E a luta entre o partido português e o brasileiro recrudesciu.

A preocupação do grande estadista era a de formar o espírito nacional. Esse espírito de coesão não existia. Só era regional. A guerra contra os holandeses interessara exclusivamente o Norte do Brasil. A Inconfidência Mineira, a Revolução Pernambucana de 1817 — eram para desagregação nacional.

José Bonifácio combatia o espírito regionalista e mostrava a grandeza da Pátria unida em tórno do Príncipe, num Poder Central comum. Atendendo, com assombrosa presteza, aos pedidos de socorro, remetia para a Bahia homens, armas e recursos capazes de a conquistar. E no dia 6 de agosto lançava D. Pedro um manifesto aos Governos e Nações amigas, expondo a situação e convidando-os a entrar em relações directas com o Brasil, bem como a enviar-lhe Agentes Diplomáticos. Nesse feroso documento do Príncipe, José Bonifácio declarava:

— “O Brasil proclama à face do Universo a sua independência política.”

E como resposta às Côrtes, justifica esta resolução, relata os vexames e pressões sofridas, mostra o descalabro da opressão, os sacrifícios que fez por Portugal. Denuncia a atitude das Côrtes, as afrontas aos deputados, a escravidão a que pretendem reduzir o Reino, o chamado do Regente para a Europa e a supressão dos Tribunais. Afirma que D. João VI está prisioneiro das Côrtes e que o rompimento é com o Governo e não com a união a Portugal. Rompimento enquanto durar o cativo do rei.

E’ um manifesto de independência, sob a mesma Corôa, a mais positiva resposta que se daria à violência das Côrtes. O seu efeito, poder-se-á calcular na Assembléa. E’ peça que honra um estadista e que verdadeiramente comunicou ao mundo que a independência final do Brasil estava próxima.

D. Pedro assinou-o certo de que a Corôa continuaria a mesma, eternamente, sôbre os dois Reinos. Nesse manifesto minucioso e vibrante, José Bonifácio expandiu o seu sentimento americanista; e dessa orientação jamais se desviou, pois imprimiu sempre aos seus atos, com segurança, um cunho de nacionalismo igualitário. Esse sentimento fôra analisado pelo Ministro Diplomático da Áustria, Mareschal, ao grande Metternich, quando recebeu sua circular de 14 de agosto que o transmitia às legações estrangeiras. A Imprensa dos Estados Unidos da América do Norte, da Inglaterra, Alemanha, França e Rússia elogiou-o rasgadamente.

Depois dessa afirmação solene da soberania brasileira, José Bonifácio escolhia agentes competentes e representantes do Brasil junto dos Governos estrangei-

ros. E assim, criou a diplomacia nacional. Nomeou: Felisberto Caldeira Brant Pontes — para a Inglaterra; Manuel Rodrigues Gameiro Pessôa — para a França; Luís Moitinho Lima Álvares da Silva — para os Estados Unidos, e Antônio Teles da Silva para a Áustria. Escrevendo a cada um, em dezoito artigos explicativos, as “Instruções” de 12 de agosto, organizava o regulamento de suas atividades diplomáticas. A correspondência mantida com êles patenteia a previsão, esforço e patriotismo construtor do sábio americano.

**BERNARDA DE FRANCISCO INÁCIO
EM S. PAULO**

Quando José Bonifácio organizou o primeiro Governo de São Paulo, as tropas andavam com bastante atrazo no recebimento de seus soldos. As fôrças da cidade de Santos, em 24 de junho, à meia noite, depois das festas do juramento da Vereança, saíram amotinadas às ruas para exigir o pagamento dos soldos equiparados por D. João VI. Depois de tropelias e depredações, as autoridades conseguiram atendê-las.

A Junta de São Paulo enviou o Coronel Lázaro José Gonçalves, Secretário da Guerra e Comandante do Regimento de Caçadores, com sua tropa a Santos, bem como o Deputado pelas Armas e membro da Junta, Coronel Daniel Pedro Müller para organizar o Conselho de Guerra. Apurados os fatos pelo Conselho, a Junta Governativa nomeou uma comissão militar para estudar os volumosos autos: e foi ela constituída de José Bonifácio, do Chefe de Esquadra Miguel José de Oliveira Pinto, Secretário da Marinha; dos Coronéis Antônio Leite Pereira da Gama Lobo e Francisco Inácio de Souza Queiroz, deputados pelas Armas e Comércio; e, do Dr. José da Costa Carvalho, Juiz-de-Fôra da Capital.

Esta comissão conferiu a sentença do Conselho de Guerra e referendou a de morte contra sete soldados: cinco nascidos à beira-mar e dois de serra acima. Os primeiros foram enforcados em Santos e os últimos na Capital. Estes eram o Cabo Francisco José das Chagas, vulgo Chaguinhas, e o soldado Joaquim José Contintiba. (3). No dia da execução, presente grande multidão, rompe-se a corda presa ao pescôço de Chaguinhas, quando este é lançado pelo carrasco do alto da fôrca ao espaço. E estatela-se no chão. A bandeira de Misericórdia — que a Irmandade levava em procissão ante o condenado, desde a Cadeia (atual Assembléia Legislativa e Assistência Social, na praça João Mendes) até a fôrca (no largo da Liberdade), foi estendida sôbre ele — como o pedido de perdão do povo assistente. Vai uma comissão entender-se com a Junta, que recusa o ato de clemência e manda que seja cumprida a lei.

Volta o condenado à fôrca. Arrebenta-se pela segunda vez a corda e o corpo do infeliz estronda no chão. Pela segunda vez é atirada sôbre ele a bandeira da Misericórdia. O povo dirige-se então ao Palácio para pedir a comutação da pena. Não podia ser quebrada a praxe, pois a lenda dizia que quando a corda do enforcado se arrebenta, o sentenciado é inocente. Vai o povo, mas o Governo é inflexível e não perdôa. Manda cumprir a sentença — que é a lei. O exemplo precisa ser dado: obediência, disciplina, ordem. E os sentenciados foram executados.

Restabelecida a tranquilidade na Província, sob o império inflexível da lei, removido o Ouvidor D. Nuno

(3) Os soldados de beira-mar eram: José Joaquim Lontra e José Maria Ramos; cabo Floriano Pires, furriel Joaquim Rodrigues e sargento José Corrêa.

Eugênio de Lossio e Seilblitz que quiz sobrepôr sua autoridade à da Junta, entrou esta na reorganização administrativa e financeira de São Paulo. É o pulso férreo de José Bonifácio se fêz sentir. As negociatas que eram feitas pelos prestigiosos elementos dominadores, foram combatidas e desapareceram. A ordem e a moralidade se impuzeram imediatamente. Ali estavam Martim Francisco Ribeiro de Andrada, Secretário do Interior e Fazenda, e o Brigadeiro Manuel Rodrigues Jordão, vogal pelo Comércio, para fiscalizarem o cumprimento da lei. O elemento português uniu-se aos prejudicados e, percebendo a política nacionalista dominadora dos Andradas, começou oposição surda e disfarçada. Mas José Bonifácio, com sua presença, atemorizava os mais audaciosos. Ninguém se atrevia a enfrentar o seu ideal de moralidade e justiça. Todos viam que o seu talento alcançava as râias do gênio. E temerosos de se medirem com êle, obedeciam a sua orientação governamental. Mas, com a desobediência do poderoso Governador das Armas do Rio, General Jorge de Avilez, e a notícia da revolta das tropas portuguesas contra as ordens de D. Pedro, perceberam êsses despeitados e negociatas de São Paulo que era chegada a hora de retomar o poder.

José Bonifácio, que dominaria facilmente toda e qualquer tentativa de levantamento político, havia seguido para o Rio de Janeiro com a representação paulista que reafirmaria a necessidade da permanência do Príncipe no Brasil, pedida pelo offício-manifesto de 24 de dezembro. E, deante da desobediência das forças lusas, havia sido convidado a chefiar o Gabinete Ministerial. Como essa nomeação aumentaria consideravelmente a fôrça política dos Andradas, cuja inteligência e erudição estavam muito acima da classe política dominadora, sómente um golpe agora no início

do seu poder permitiria afastar o prestígio de sua orientação governativa e do seu partido nacionalista. Martim Francisco, que o substituiu no predomínio da Junta, desconsertava todo o interesse privado e lusitano. Restabelecendo a honestidade administrativa, combatendo monopólios e favores, anulando concessões, cobrando impostos, exigindo o cumprimento da lei, desorganizava o prestígio português, desconsertava a camarilha política aproveitadora e estabelecia o império da honestidade até então desconhecida. Tornou-se, portanto, impopular pela energia empregada na repressão dos abusos e filhotismos. Com a sua probidade draconiana, não possuía a flexibilidade de José Bonifácio, que podia ser irascível e maleável ao mesmo tempo. Assim, pediu à Junta da Fazenda um balanço do seu estado; ao administrador da Fábrica de Ipanema — Varnhagen, uma demonstração documentada de sua gestão (*); aos Provedores de Ausentes, Capelas e Resíduos, Juizes de Órfãos, Câmaras, Almoxarifes da Capital e de Santos, e Inspetores da Casa do Trem, as respectivas prestações de contas. No contrato dos dízimos, determinou o pagamento rápido. Chamou a contas o pagador das tropas da Província, que estava alcançado em certa quantia. Negou o contrato de abastecimento de carne ao Capitão de Milícias — Antônio Cardoso Nogueira, protegido do Coronel Francisco Inácio de Souza Queiroz. Exigiu abertura de inquérito contra o Brigadeiro Joaquim José Pinto de Moraes Leme e Sargento-Mór Francisco de Paula Macedo que dispensaram da conscrição militar jovens abonados, mediante gordas remunerações, quando o Govêr-

(*) Por esta prestação de contas o historiador tomou as dores do pai e se transformou em inimigo do Patriarca, distraçando-o em seus livros.

no Provisório os encarregou de arranjar as forças solicitadas pelo Príncipe D. Pedro. Ao mesmo tempo, o Brigadeiro Jordão exigia que o Coronel Francisco Alvares Ferreira do Amaral entrasse com quantia devida à Fazenda e que todos pagassem os impostos.

Imagine-se o descontentamento destes magnatas — companheiros do Coronel Francisco Inácio de Souza Queiroz. Este, de grande fortuna, comerciante forte, de prestígio militar e influência política, tudo fez para evitar a ação férrea do Governo. Mas, como nada conseguisse, irritou-se e bufou. Retrogrado, aliado dos portugueses, viu que o presidente João Carlos Augusto de Oeynhausen também estava descontente. Mas, não podendo, ambos, lutar contra os Andradas, penderam para o partido oposicionista português.

Acontece que residia em São Paulo o Dr. José da Costa Carvalho, natural da Bahia e que viera tentar fortuna aqui. Casando-se com a respeitável matrona paulista D.^a Genebra de Barros, viúva do Brigadeiro Luís Antonio de Souza Leite e sogra do Cel. Francisco Inácio de Souza Queiroz, realizou o seu ideal, pois a veneranda espôsa era riquíssima. Inteligente, ambicioso e de pouco escrúpulo, tornou-se o mentor do Coronel Francisco Inácio. Como este fôsse o chefe supremo das forças armadas da Província, e com o descontentamento enorme contra Martim Francisco, foi fácil a Costa Carvalho orientar um movimento revolucionário que lhe desse o posto desejado do comando governamental.

Martim Francisco, sabedor da trama, interpelou os chefes em plena sessão da Junta. Acobardados e surpreendidos, negaram tudo — com protestos de fidelidade. José Bonifácio, avisado da conspiração, mandou — por Portaria de 10 de maio, em nome do Príncipe, que Oeynhausen se apresentasse no Rio, pas-

sando a Presidência ao substituto legal Martim Francisco.

Com isso, a revolução teve de se precipitar e Francisco Inácio, desesperado, sublevou as suas tropas. Marcharam para a Câmara, onde o Ouvidor José da Costa Carvalho os foi esperar. Francisco Inácio declarou-lhe então, que a fôrça exigia a desobediência da Portaria que ordenava a partida de Oeynhausens, bem como a deposição de Martim Francisco e do Brigadeiro Jordão. A Câmara oficiou à Junta e os dois paulistas demitiram-se.

Iluminação por três dias, regosijo do partido português, festa dos apaniguados. Foi o célebre 23 de maio de 1822.

Acontece que o correio trouxe nova Portaria de D. Pedro — intimando Costa Carvalho e Francisco Inácio a seguirem também para o Rio. Deante desta ordem, novo levantamento das tropas pedindo a expulsão de Martim Francisco da Capital, em 24 horas, e da Província em 8 dias. A Junta atendeu ao novo pedido e, por um ofício assinado por Oeynhausens, Oliveira Pinto e Daniel Pedro Müller, foi Martim Francisco notificado da ordem, sendo que um piquete de cavalaria, comandado pelo Capitão José Fernandes da Silva, o acompanharia até o Rio de Janeiro. Este comandante foi afinal prêso por Martim Francisco e substituído por outro do Esquadrão dos Leais Paulistanos que se encontrava em caminho.

Em Santos, a população recebeu mal a notícia dos acontecimentos. Houve comêço de levante contra o Governo, ao mesmo tempo que todo o interior da Província reagia ante a despótica violência. A Junta, que assaltara o poder, decaiu da confiança pública. Foram pedidas providências urgentes a D. Pedro. José Bonifácio previu o golpe dêsses adversários oportunis-

tas se lançarem nos braços das Côrtes de Lisbôa, com manifesto prejuízo dos seus planos nacionalistas. Era preciso, portanto, agir com calma e desprestigiar até à desmoralização o Governo Paulista. Primeiro fêz a Portaria mandando recolher o Presidente Oeynhausien, dez dias depois expediu a nova Portaria recolhendo Costa Carvalho e Francisco Inácio; e para fazer cumprir estas ordens, nomeou Comandante das Armas da Província ao velho Marechal José Arouche de Toledo Rendon, que se encontrava no Rio. Determinou, pelo Ministro da Guerra — Joaquim de Oliveira Álvares, que o Batalhão de Infantaria e o Esquadrão de Cavalaria da Tropa Miliciana — que haviam seguido de S. Paulo para o Rio sob o comando do Coronel Lázaro José Gonçalves, regressassem para São Paulo com o Marechal Arouche, sob o comando do Coronel José Joaquim Cesar de Siqueira Leme. Essa tropa de confiança veio parando em todas as cidades, sendo que de Taubaté o Marechal comunicou à Junta a sua nomeação.

O Governo de Francisco Inácio — conhecendo o pacífico sexagenário que mais se dedicava ao estudo da Ciência do Direito do que ao da arte da guerra, lançou uma cartada: chamou-o com urgência para com êle se entender. Ao mesmo tempo mandava dizer às tropas que seriam elas desengajadas, pois necessitavam descansar no seio de suas famílias, que saudosas as esperavam, depois das gloriosas fadigas da expulsão da Divisão Auxiliadora de Jorge Avilez. O Marechal Arouche, irresoluto, responde-lhe que voltaria ao Rio; e o Governo Provisório viu que estava ganha a partida.

No Rio, chegava Martim Francisco. José Bonifácio ordenou, então, ao Marechal Cândido Xavier de Almeida e Souza, Governador Militar da Praça de Santos que, de combinação com o Marechal Arouche, em-

pregasse os meios de restabelecer a ordem em São Paulo. Deu-lhes minucioso programa, com todas as hipóteses possíveis e futuras.

O Marechal Arouche apresentou-se em S. Paulo e mandou que Oeynhausen, Costa Carvalho e Francisco Inácio cumprissem a ordem do Príncipe — de partirem para o Rio. Os dois primeiros, percebendo que alguma coisa de grave José Bonifácio lhes preparava, decidiram-se a obedecer e partiram. Chegava, ao mesmo tempo, o aviso do Marechal Cândido Xavier de que já se encontrava, com artilharia, fôrças da marinha e da beira-mar, em Pouso-Alto, de São Bernardo. A Junta, assustada, mandou que êle detivesse ali essas fôrças e viesse conferenciar com o Marechal Arouche. Como êsse bravo militar tivesse ordem de sómente agir de acôrdo com o seu colega Arouche, e como êste lhe garantisse que as ordens do Príncipe haviam sido cumpridas, com a partida de Oeynhausen e Costa Carvalho, quiz que se lavrasse uma ata de tudo. Ressalvada assim a sua responsabilidade, regressou para Santos.

O Marechal Arouche, vendo o Govêrno licenciar os Leais Paulistanos e percebendo que as tropas de Francisco Inácio eram mais fortes, atemorizou-se. Êle, que trazia Decreto de deposição da Junta, passou a obedecê-la, e terminou por assinar um têrmo de desistência do seu cargo de Governador das Armas. Não cumpriu as terminantes ordens de José Bonifácio e do Príncipe, deixando como Governador das Armas e mentor da Junta ao próprio Francisco Inácio. E a mesma Junta continuou mandando na Província convulsionada.

XXIII

PROTESTO ITUANO — COLIGAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

Quando a velha cidade de Itú soube da deportação de Martim Francisco e do poder absoluto de Francisco Inácio, vibrou de indignação. E o influente, culto e patrióta Francisco de Paula Souza e Melo deu o brado de alarma, convocando os seus conterrâneos para deliberarem sôbre a salvação da Província. Temendo a adesão de São Paulo às Côrtes de Lisbôa, por êsse predomínio do elemento português retrogrado, só tinha em vista a causa nacional. Dotado de energia moral, ilustração e influência, reuniu a Câmara, Cléró, Nobreza, Tropa e o Povo — e com todos êles ergueu um protesto contra o Govêrno rebelde que assim assaltava a Província. E na assembléia histórica de 28 de maio ficou resolvido: 1.º — officiar à Junta de São Paulo verberando o não ter ela impedido a deposição dos dois membros ilustres do Govêrno — por parte da tropa insubordinada e dos arruaceiros da escumilha; 2.º — representar ao Príncipe sôbre o estado a que estava reduzida S. Paulo pela fraqueza e incapacidade de um Govêrno dominado pela fôrça, e pedir-lhe que intervisse para restabelecer a ordem e dignificar o principio de autoridade — menoscabado por uma sedição

de Quartéis apoiada por vagabundos; 3.º — solicitar das Câmaras vizinhas seu pronunciamento sobre isso.

Ofícios e cópias da representação seguiram — por portadores de confiança, para o Príncipe, para a Junta e para todas as Câmaras Municipais da Província.

Campinas, sem ter conhecimento da ação de Itú, também lavrara o seu protesto ativo; e respondeu à sua vizinha — colocando a sua leal cooperação e votos ao seu dispôr. Mais tarde, Itú — sabedora dos entraves opostos por Francisco Inácio ao Marechal Arouche, reuniu-se de novo; e tratou de deliberar sobre a segurança não sómente da Vila, como da Capital da Província — que se achava anarquizada. E resolveu: 1.º — mobilizar a fôrça que pudesse, a fim de seguir para a Capital ao primeiro aviso; 2.º — não permitir partida de tropa alguma — a não ser mediante requisição do Marechal Arouche; 3.º — officiar para as Câmaras a fim de terem prontos os batalhões que cooperassem de comum com Itú.

E assim, para sustentar a autoridade do Regente contra os rebeldes, formou-se a coligação dos Municípios: Campinas, Pôrto Feliz, Piracicaba, Mogi-Mirim e Sorocaba, enquanto Taubaté, Areias, Cunha, Pindamonhangaba, Guaratinguetá, Jacareí, S. José dos Campos, Mogi-das-Cruzes, São Carlos, Santos e Itapetininga protestavam fidelidade ao Príncipe.

Era a defesa da liberdade — que os municípios pela primeira vez criavam.

A Junta de São Paulo officiou a todas elas pedindo fôrças — para enfrentar as remetidas por José Bonifácio. Não foi atendida. Nada conseguiu. Em seguida, Sorocaba propunha a constituição de Governos locais diretamente subordinados ao Príncipe. E Francisco de Paula Souza e Melo, eleito procurador de Itú para a formação dêsses Governos locais, parti-

cipava à Junta que todas as Câmaras não mais a obedeceriam.

E a requisição das tropas que ela tentara junto aos Municípios — para o fim de combater as remetidas do Rio, foi recebida com apupos. Com isso, Francisco Inácio ficou sósinho com suas fôrças da Capital, desmoralizado por essa inteligente rebelião municipal. Deante da evidente fraqueza, a Junta resolveu officiar ao Príncipe convidando-o a vir pessoalmente, “com sua desejada presença, socegar êstes tumultos”.

José Bonifácio, em vista disso, mostrou ao Príncipe que a sua vitória era certa; e que D. Pedro deveria acabar com o estado de anarquia de São Paulo como o fizera triunfalmente em Minas Gerais, pois estava convicto do êxito de sua política pela causa do Brasil.

XXIV

MARTIM FRANCISCO NO MINISTÉRIO

Deposto e expulso de São Paulo, foi chamado Martim Francisco para a Pasta da Fazenda. José Bonifácio repreendeu a Junta Paulistana, cassou-lhe as atribuições, e censurou mais tarde o Marechal Arouche pela sua fraqueza.

Com o desdobramento da Pasta da Fazenda, Caetano Pinto de Miranda Montenegro ficou com a da Justiça. Na Pasta da Guerra estava o Coronel Luís Pereira da Nóbrega de Souza Coutinho, Promotor Fiscal do Grande Oriente Brasileiro, nomeado por José Bonifácio.

O Governo necessitava de recursos que sómente Martim Francisco poderia conseguir. Grande administrador, economista de visão, financista de têmpera de aço, honesto ao delírio, patrióta, culto e de talento, Martim Francisco encontrou os cofres depauperados, a Regência sem rendas e nem recursos aos sérios compromissos. E a situação exigia despesas inadiáveis. Exército, esquadra, material de guerra e víveres para todas as fôrças expedicionárias, transportes para a Bahia e para o Norte, tudo requeria dinheiro urgente. Com o regresso de D. João VI Portugal arrecadara os valores e créditos brasileiros.

Martim Francisco conseguiu um empréstimo em boas condições e com isso voltou a ordem e com esta a tranquilidade para a ação dinâmica de José Bonifácio. E enquanto êste organizava as fôrças de terra e mar e delineava os princípios da nova Pátria, reorganizando a administração e a política do Brasil, D. Pedro pôde partir para São Paulo — a fim de acabar de uma vez com a desobediência e desordem ali reinantes.

PARTIDA DE D. PEDRO PARA S. PAULO

A conselho de José Bonifácio, resolveu D. Pedro partir para São Paulo a fim de restabelecer o princípio de autoridade e a ordem anarquizados. Confiando a Regência à Princesa D.^a Leopoldina, assistida pelo Ministério, assinou êsse Decreto a 13 de agôsto; e no dia seguinte partiu com reduzida comitiva. Levava como secretário itinerante a Luís de Saldanha da Gama, depois Marquês de Taubaté; como ajudante, o Chalaça — Francisco Gomes da Silva, mais tarde Embaixador; como criados João Carlota e João Carvalho, e como Ajudante de Ordens o gentilhomen de sua Câmara — Alferes Francisco de Castro Canto e Melo.

Na Fazenda Santa Cruz recusou a visita de João Carlos Augusto de Oeynhausen — que vinha de S. Paulo. Em Venda Grande aceitou a companhia do Tenente-Coronel reformado Joaquim Aranha Barreto de Camargo e do Padre Belchior Pinheiro — político em Minas Gerais.

Na primeira vila paulista, Areias, foi recebido festiva e entusiasticamente. Resolveu, então, reorganizar a sua Guarda de Honra e formá-la com moços fidalgos das cidades marginais do rio Paraíba. Criada no

Rio contra as tropas de Jorge de Avilez, era essa Guarda constituída de paulista e foi a que o acompanhou em brilhante escolta a Minas Gerais.

No seu quinto pouso, a cidade de Lorena, D. Pedro encontrou uma outra escolta formada de trinta e dois oficiais vindos de São Paulo, por ordem do Coronel Francisco Inácio de Souza Queiroz, para a sua Guarda de Honra. D. Pedro dispensou-a por dois motivos constantes de sua Portaria: 1.º — por não ter dado prévia autorização à criação desse corpo; 2.º — por ter ordenado que “se reunisse nesta Província aquela mesma legítima Guarda de Honra mandada criar pelo mesmo Senhor” e que era o esquadrão de voluntários paulistas contra Jorge de Avilez. Com as homenagens da Vila de Cunha, continuou viagem, sendo hospedado em Guaratinguetá pelo Capitão-Mór. Nesta cidade recebeu as honrarias de Taubaté que lh’as mandara pelo Sargento-Mór de Milícias José Gomes Vieira, representando a Câmara e Povo; e pelo Padre Antônio Moreira da Costa, Cônego da Capela Real e Vigário Sucessor da Paróquia, pelo Cléro.

Depois das festas históricas de Guaratinguetá, a Vila Real de Pindamonhangaba o recebeu em triunfo. Nessa vila apelidada a “Princesa do Norte”, hospedou-o o Coronel Manuel Marcondes de Oliveira e Melo, comandante do 3.º Esquadrão da Guarda de Honra. Com êste, esperava o Príncipe o Coronel Antônio Leite Pereira da Gama Lobo, membro demissionário do Governo Provisório insubmisso e dissolvido da Capital.

D. Pedro aceitou o oferecimento da nobreza da vila de aumento da sua reduzida Guarda de Honra; e sob o comando do Coronel Manuel Marcondes, formaram o Sargento-Mór Domingos Marcondes de Andrade e os soldados: Miguel e Manuel de Godói Moreira, Adriano Gomes Vieira de Almeida, Manuel Ribeiro do

Amaral, Antônio Marcondes Homem de Melo, Benedito Correia Salgado e João Monteiro do Amaral, filhos de Pindamonhangaba. De Taubaté, agregaram-se Francisco Xavier de Almeida, Vicente da Costa Braga, Fernando Gomes Nogueira, João José Lopes, Rodrigo Gomes Vieira e Bento Vieira de Moura. De Guaratinguetá já vinham João Monteiro dos Santos e Custódio Lemos Barbosa, como da vila de Areias o acompanhava o Coronel João Ferreira e seu filho Francisco. E com fardamento de gala, de casimira branca, de capacetes dourados, que um dragão encimava e de cuja cauda pendia tufo de crina carmezim, a Guarda montava cavalos elegantes e fogosos, ricamente ajazados.

Recebido com festas excepcionais em Taubaté, aceitou ali as vassalagens de Jacareí e de S. José dos Campos, com expressivos officios de suas Câmaras, Clé-
ro e Povo. E nestas cidades viu sua entrada estrepitosamente festejada. Em Mogi-das-Cruzes duas comissões se lhe apresentaram: uma — do Govêrno Provisório da Capital e outra da Câmara Municipal paulistana. Recusou-se a recebê-las: 1.º — por ser de um Govêrno dissolvido; 2.º — por ter sido eleita ilegalmente, depois de 23 de maio.

Em meio das festividades, D. Pedro tomava as providências políticas de sua missão. Concedeu demissão ao Marechal Arouche que a pedia de Governador das Armas de São Paulo, e promoveu para êsse lugar o Marechal de Campo Cândido Xavier de Almeida e Souza. Para o cargo dêste, em Santos, nomeou o Tenente-Coronel Joaquim Aranha Barreto de Camargo — que se incorporara à sua Guarda em Venda Grande.

Na tarde de 24 D. Pedro chegava à Freguesia da Penha, festivo arrabalde de onde descortinava a Capital bandeirante. Novos decretos expediu. Removeu

o Desembargador Dr. João Medeiros Gomes, Ouvidor Geral e Corregedor da Câmara de Itú, para a Capital, por ser êle amigo dos Andradas. Determinou que no dia seguinte a Câmara o fôsse esperar às portas da cidade, aquela "Câmara composta dos vereadores que legalmente serviram antes da desordem de 23 de maio".

O Govêrno Provisório e a Câmara haviam preparado recepção grandiosa ao Príncipe: queriam por toda a forma agradá-lo e evitar a ação enérgica de sua justa repressão. Mandaram indireitar as estradas, consertar ruas, caiar as casas, melhorar o aterrado do Carmo, dessecar a várzea, calçar o Pátio do Colégio, cobrir de telhas os muros de Santa Efigênia e Bom Jesus do Braz, limpar a Cidade e enfeitá-la garridamente.

A tropa formou para as continências do estilo.

O luzido séquito entrou pela manhã de 25 de agosto em São Paulo. O Príncipe à frente, ladeado pelo seu Secretário Saldanha da Gama e pelo Padre Belchior Pinheiro. Os 4 membros da Junta logo atrás, seguidos dos criados particulares e pessoas gradas. A Guarda de Honra em grande uniforme estarecia a população. Enquanto girândolas espoucavam, um parque de seis peças de artilharia no largo do Carmo, que domina a várzea do Braz, dava as salvas de pragmática. Sinos repicam, foguetes estouram no ar limpo e vibrante, vivas entusiastas e a tropa distendida pelas ruas até ao Palácio do Govêrno. Arcos majestosos nas portas da cidade. E nestas, a Câmara e o Bispo D. Mateus de Abreu Pereira, com todo o Cabido da Sé. A população da rua e famílias às janelas, vitoriavam-no.

O Palácio, enfeitado com alfáias e estôfos das famílias ricas.

Te-Deum, beija-mão, iluminação festiva da cidade e fogos de artifício. Sensação. O Brigadeiro Manuel Rodrigues Jordão, residente na esquina da rua Direita com a rua São Bento, hospedou-o, conjuntamente com o Capitão Antônio da Silva Prado. No dia seguinte houve novo beija-mão, sendo saudado pelo Dr. Manuel Joaquim de Ornellas em nome da Câmara. Neste segundo beija-mão dado no Palácio — transformado em Paço Real, para onde foi D. Pedro levado em procissão e coberto com o Real Estandarte, se apresentou o Cel. Francisco Inácio de Souza Queiroz. O Príncipe recusou-lhe a mão e ordenou-lhe que se retirasse incontinenti para fóra da Capital. Francisco Inácio não discutiu, seguindo cabisbaixo para Santos.

Todas as classes e corporações prestaram a D. Pedro homenagens e protestos de fidelidade; todas as autoridades civis e militares da Província reiteraram os juramentos da véspera. D. Pedro nomeou seu Secretário, para responder a todos, inclusive às Câmaras jubilosas, ao Coronel Joaquim Floriano de Toledo.

Depois de alguns dias de permanência na Capital, gastos na reorganização da Província, entre festas, visitas e vibrações patrióticas, assistindo no Teatro da Ópera os dramalhões da época que a Companhia Zachelli levava em meio das ovações e homenagens estridentes, D. Pedro parte para a terra do seu grande Ministro — o pôrto de Santos.

Na madrugada de 5 de setembro segue em companhia do Secretário itinerante Saldanha da Gama, do Ajudante Francisco Gomes da Silva (Chalaça), do Alferes Francisco de Castro Canto e Melo, do Padre Belchior Pinheiro, do Brigadeiro Jordão e da Guarda de Honra sob o comando do Coronel Antônio Pereira da Gama Lobo e sub-comando do Coronel Manuel Mar-

condes de Oliveira e Melo (mais tarde Barão de Pindamonhangaba), e dos dois criados vindos do Rio.

Pelo caminho do mar, tortuoso e horrível, seguiu a galope, sem mesmo se deter em descanso no Alto da Serra Paranapiacaba, a fim de gozar a vista maravilhosa da baixada litorânea.

Santos recebeu-o com ruidosas festas. As tropas, de grande gala, perfilavam-se nas ruas até a Matriz. Te-Deum, para o qual foi levado sob o pálio, com séquito luzido de autoridades e pessoas gradas, salvas de artilharia, iluminação festiva nas casas e ruas, vibração popular.

No dia seguinte, beija-mão, discurso do Presidente da Câmara, visitas. E logo na madrugada de 7 retorna para São Paulo, montando — para subir a íngreme Serra Paranapiacaba, uma bela e possante besta gateada.

As festas de Santos, com peixadas e manjares adubados, estragaram-lhe o estômago. Na chegada de São Paulo, na altura do bairro do Moinho — hoje São João Clímaco, mandou que a comitiva e Guarda de Honra o fôsem esperar adiante. Parando perto da casa de campo do Coronel reformado do Estado Maior do Exército, João de Castro Canto e Melo, ali entreviu a linda filha D.^a Domitila — que conhecera nas festas da Capital e que talvez o esperasse por ter sido seu irmão, Alferes Francisco de Castro Canto e Melo, Ajudante de Ordens, obrigado a voltar do Cubatão — que é na raiz da Serra Paranapiacaba, quando da sua ida no dia 5. Esta linda moça era casada com o Alferes Felício Pinto Coelho de Mendonça que a seviciara e terminara por a esfaquear devido ao seu proceder leviano. D. Pedro estava impressionado com a beleza e cativante simpatia da paulista.

Logo depois appareceu-lhe êsse irmão, o Ajudante Alferes Francisco de Castro Canto e Melo que lhe avisava ter chegado do Rio de Janeiro o Major Antônio Ramos Cordeiro com papéis urgentes. Com êste vinha o correio official Paulo Bregaro, funcionário do Supremo Tribunal Militar, mandado para São Paulo especialmente e a galope, por José Bonifácio.

D. Pedro, que com o aviso, tocou para os recém-vindos, recebeu da mão do correio essa correspondência. E como apparecesse o Padre Belchior Pinheiro, mandou-o que lêsse em voz alta alguns papéis.

Eram cartas de José Bonifácio e da Princesa D.^a Leopoldina — comunicando-lhe as últimas notícias de Lisbôa. Referiam-se ao golpe final das Côrtes contra a autonomia brasileira — que anulava todos os atos da Regência e que chamava o Príncipe, com prazo certo, para Portugal. As Côrtes governariam a maior parte das Províncias e nomeariam os Secretários de Estâdo. Contavam, além do mais, que elas iam processar José Bonifácio e prendê-lo com todos os companheiros da Junta de São Paulo — devido ao seu officio de 24 de dezembro, bem como aos signatários dos discursos a D. Pedro em 26 de janeiro, originários do *fico*. Havia a anulação do decreto de 16 de janeiro convocando o Conselho de Procuradores das Províncias do Brasil. A Princesa, inteligente e bôa, aconselhava-o meigamente a que ouvisse os rogos do Primeiro Ministro. José Bonifácio escrevia-lhe que sómente via dois caminhos a seguir: um — o de voltar para Lisbôa e tornar-se prisioneiro das Côrtes, apagado e nulo; outro — o de permanecer no Brasil e proclamar a sua independência, ficando como Imperador, com nome bendito e célebre na História. Preci-sava resolução rápida e decisiva — para evitar que tais projéto das Côrtes se convertessem em leis. O

Brasil só assim teria posição definida para com Portugal.

D. Pedro indignou-se, verberando o procedimento das Côrtes que o tratavam de “rapazote e brasileiro” e que o queriam anular, bem como destruir o Brasil.

A Guarda de Honra descansava logo adiante, à beira da colina, junto do riacho Ipiranga. O Alferes Ajudante de Ordens galopou para a avisar, e ela movimentou-se, ao lado da venda do Alferes Joaquim Antônio Mariano. E o Príncipe seguiu-o logo depois.

Ao avistá-lo, a Guarda formou-se. Capacetes rebrilhantes ao sol, plumas escarlates agitadas ao vento da colina, traçou um semi-círculo. D. Pedro, seguido dos emissários e do padre, veio estacar ao seu centro. O sol refulgia. Quatro horas da tarde. Desembainhando a espada, reverberou-a ao ar e bradou:

— “Amigos! Estão quebrados os laços que nos ligavam ao Governo Português!”

E arrancando do chapéu o tope azul e branco, símbolo do Reino de Portugal, atirou-o ao chão, exclamando:

— “Laços fóra! Viva a Liberdade e separação do Brasil!”

Os soldados arrancaram dos laços portugueses, desembainharam as espadas e corresponderam vibrantes ao viva.

D. Pedro, pondo-se de pé nos estribos, levantou a espada rebrilhante ao ar e gritou:

— “Independência ou Morte! Essa a nossa divisa!...”

E a Guarda, na patriótica vibração:

— “Independência ou Morte!...”

E à frente do grupo emocionado, D. Pedro partiu a galope para a Capital. Vestindo farda azul, botas de polimento de canos altos e justos, chapéu armado, êsse moço que iria logo no dia 12 de outubro completar 24 anos, era bem o tipo audaz para a independência dêste vasto Brasil. Alto, espadaúdo, vigoroso e desempenado, de torso forte, peito amplo, olhos pretos de reflexos castanhos, cabelos quase negros, ondulosos e bastos, bigode curto e elegante pêra, tinha nariz fino, rosto cheio e corado, lábios grossos, fronte larga e elevada, fisionomia simpática. Ar inteligente, coração generoso, ninguém diria que era estouvado, violento e contraditório.

Essa mocidade robusta e inteligência esclarecida ressentiam-se da falta de educação esmerada e de cultura indispensáveis a desbastar-lhe as arestas do temperamento.

Quando partira para São Paulo, já estava convencido da necessidade da nossa independência. Pela circular de José Bonifácio ao Corpo Diplomático, de 14 de agosto, capeando o Manifesto do dia 6 aos Governos das Nações Amigas, considerava o Brasil tão livre como Portugal, unido a êste apenas por um só Chefe Supremo, D. João VI.

José Bonifácio fizera, reiterada e habilmente, D. Pedro alimentar a idéia de garantir a independência sem prejudicar os direitos da dinastia da Casa de Bragança. Transigia com a vontade do Príncipe, tudo fazia em seu nome, dando-lhe a impressão de que as idéias eram espontâneamente suas, contemporizava com suas ilusões, alimentava a sua vaidade e criava-lhe prestígio, mas com a certeza de vencê-lo em dado momento. Parece que José Bonifácio preparou especialmente essa viagem para o fim de aqui ser proclamada a independência nacional, em sua terra, e evitar quei-

xas das outras Províncias que julgavam o Rio de Janeiro exercer a hegemonia sôbre o Brasil.

A independência brasileira precisava sómente de ato solene, e êsse o sábio Ministro colocou no cenário do Ipiranga. Pois já no Grande Oriente, em sessão de 20 de agôsto, fizera ser aprovada “por aclamação unânime e simultânea” a enérgica moção de Joaquim Gonçalves Ledo propondo a independência com a realza constitucional na pessôa de D. Pedro.

Assim, a independência foi o epílogo glorioso, esperado e lógico da política de José Bonifácio.

Diz o grande Oliveira Martins:

— “Uma nova era começava para o Brasil, depois de quinze anos de elaboração (1808 a 1822). Do coração de São Paulo saía o grito da separação, e era justo que assim fôsse, porque êsse vinha sendo desde o comêço o coração nacional. Aí em São Paulo se constituiria o primeiro núcleo de uma população fixa, os primeiros elementos do futuro império.”

E São Paulo era a terra de José Bonifácio.

O MINISTÉRIO DE D.^a LEOPOLDINA

Por proposta de José Bonifácio passara D. Pedro a Regência à Princesa D.^a Leopoldina — que seria assistida do Ministério.

Em 31' de agosto este expede à Província de Pernambuco a Carta-Régia criando um novo Governo e determinando as eleições dos seus membros, para a restauração da paz interna, união do povo, boa administração da justiça, disciplina das tropas e confiança e tranquilidade públicas.

A 3 de setembro ainda José Bonifácio proíbe a introdução de mantimentos e petrechos de guerra no pôrto da Bahia e em outros onde existam tropas portuguezas — para o fim de as bloquear por toda a forma.

Em 5 de setembro officia ao Governo do Maranhão para mostrar-lhe qual deve ser a posição de cada Província em face do movimento patriótico e lhe faz apêlo decisivo pela obediência ao Príncipe.

Enquanto D. Pedro ia recebendo as manifestações jubilosas de cada uma das cidades da Província de São Paulo, em sua viagem triunfal, José Bonifácio zelava pela ordem e futuro da Pátria.

Quando chegaram as tremendas notícias dos decretos de Lisbôa, em 28 de agosto, pelo navio "Três

Corações”, José Bonifácio convocou o Ministério; e às 11 horas de 1.º de setembro, no Paço de São Cristóvão, ficou resolvida a proclamação da independência. A Princesa D.ª Leopoldina, espírito culto e altamente devotado ao Brasil, era entusiasta dessa medida radical. Por isso, escreveu uma convincente carta ao marido, aconselhando-o; e José Bonifácio, em outra, mostrava positivamente que chegara o momento e êle, D. Pedro, precisava entrar triunfante na História Americana. O próprio brado “*Independência ou Morte*” era o nome dado a uma sua Loja Maçônica subordinada ao Apostolado.

Quando, terminada a reunião do Ministério, às 4 horas da tarde, José Bonifácio entregou os documentos, officios e cartas a Paulo Bregaro — porteiro da Câmara e oficial da Secretaria do Conselho Supremo Militar, bradou-lhe:

— “Se não arrebentar uma dúzia de cavalos no caminho, nunca mais será correio! Veja o que faz!”

A teatralidade, portanto, já havia sido entrevista e combinada. E a carta sensata, amorosa e patriótica de D.ª Leopoldina acabou com as vacilações de D. Pedro, ali na colina do Ipiranga, junto ao riacho dêsse nome, à vista de São Paulo.

Desde a chegada de José Bonifácio ao Rio, a campanha da independência tomou orientação, encontrando na Princesa extraordinário elemento, pois com carinhos, habilidade e inteligentes conselhos, ia ela convencendo e firmando o espírito contraditório do marido.

Vasconcelos Drummond, êsse grande amigo de José Bonifácio e decidido campeão americano, escreve:

— “Fui testemunha ocular e posso asseverar aos contemporâneos, que a Princesa D.ª Leopoldina cooperou vivamente, dentro e fóra do País, para a Independência do Brasil.”

E porisso, o Brasil lhe deve gratidão eterna. As suas cartas inéditas, ao Dr. Jorge Antônio Schäffer são notáveis. Este Schäffer era agenciador de colonos e soldados em Hamburgo, comensal do Palácio, e mais tarde, com o Império, agente secreto do Imperador e Encarregado dos Negócios do Brasil nas cidades hanseáticas e na Baixa Saxônia, nos Ducados de Mecklemburgo e de Oldemburg e na Dieta da Confederação Germânica em Frankfort-sobre-o-Meno. Tinha o posto de Major na Imperial Guarda de Honra criada pelo decreto de 1.º de dezembro de 1822.

A Princesa, que nutria grande admiração pelo sábio José Bonifácio, sempre agiu de acôrdo com êle, que aproveitava o seu espirito arguto e fino, em sua qualidade de espôsa, para infiltrar em D. Pedro as suas idéias libertadoras. E ela, com tal influência, cooperou brilhantemente pela grandeza do Brasil, mormente na decisão do grito — Independência ou Morte, na colina do Ipiranga.

XXVII

EM SÃO PAULO

A cidade esperara festivamente o Príncipe nesse dia 7 de setembro. Quando da torre da igreja da Boa Morte as sentinelas lhe avistaram o séquito, os sinos bimbalharam ruidosamente em aviso à população. Enfeitada de coretos, festões, escudos, bandeirolas e profusa iluminação, vibrou em manifestações ruidosas ao ter conhecimento do brado libertador da Pátria. Músicas, foguetes, bombas, passeatas entusiásticas, discursos e espetáculos no Teatro Ópera.

D. Pedro chegara do Ipiranga às 5 horas da tarde, deu recepção no Palácio (antigo Colégio dos jesuítas fundadores da Capital), fêz o molde da legenda — “Independência ou Morte” para ser burilado em ouro, como divisa da nova Pátria, pelo ourives Lessa estabelecido à rua Boa-Vista. Fêz o Maestro André Gomes da Silva partiturar o hino da independência como sendo composição espontânea sua, mas que era do seu professor, o Maestro Marcos Antônio Portugal, hino que, com a letra de Evaristo Ferreira da Veiga, foi cantado solene e patrioticamente pela sociedade paulista, no espetáculo da Ópera dessa mesma noite:

*Brava gente brasileira
Longe vá temor servil...
Já raiou a liberdade
No horizonte do Brasil.*

Vestido de grande uniforme, com a legenda em ouro no braço — Independência ou Morte —, D. Pedro penetrou no Teatro. Aplausos da multidão. Vivas! Delírio. A assistência, de laços verde-amarelo no braço ou no colo das damas, ovacionou-o freneticamente quando êle appareceu no camarote enfeitado. Figura imponente, simpática e dominadora, radiosa em sua mocidade, ouviu de pé o hino da independência cantado pela assistência. E ao terminarem as vibrações dos aplausos, o Tenente do Exército Tomás de Aquino e Castro recitou um soneto em que, pela primeira vez, era chamado de Imperador. Novas manifestações, que o Padre Mestre Ildfonso José Ferreira ateou, do alto de uma cadeira na platéia, apontando o Príncipe e gritando:

— “Viva o primeiro Imperador do Brasil!”

No dia seguinte D. Pedro publicou uma Proclamação aos paulistas concitando-os à união. Mandou proceder a uma devassa sôbre a bernarda de Francisco Inácio, baixou um decreto de caráter militar para todas as Províncias, sôbre a segurança do Brasil; e decretou depois, a substituição do Governo Provisório por um triunvirato composto do Bispo D. Mateus Pereira, já de oitenta anos, do Ouvidor interino Dr. José Corrêa Pacheco e Silva e do Comandante das Armas — Marechal Cândido Xavier de Almeida e Souza, triunvirato que governou São Paulo até 9 de janeiro de 1823 quando foi substituído pelo Governo eleito de:

Presidente — Marechal Cândido Xavier; Secretário — Dr. José Corrêa Pacheco e Silva; Deputados — Dr. Manuel Joaquim de Ornelas, Coronel Anastácio de Freitas Trancoso, Coronel Francisco Corrêa de Moraes — que não aceitou, Capitão-Mór da Vila de Santos João Batista da Silva Passos e Vigário João Gonçalves Lima.

Na véspera da sua partida o Coronel de Voluntários Reais — Anastácio de Freitas Trancoso, apresentou-se em Palácio, no Pátio do Colégio, com uma deputação — para pedir licença à criação de uma Guarda Cívica destinada à sustentação da independência. O Príncipe entusiasmou-se com a idéa e criou-a, sendo ela constituída das principais famílias brasileiras.

Na madrugada do dia 10 D. Pedro regressou para o Rio, e foi o primeiro homem que levou 5 dias para essa travessia de quase seiscentos quilómetros.

A Maçonaria, por proposta de José Clemente Pereira, indicou o dia 12 de outubro, aniversário do Príncipe e do descobrimento da América, para a sua aclamação de Imperador do Brasil — no Campo de Santana. O Grande Oriente corroborou a aclamação paulista de Imperador Constitucional do Brasil.

Era conhecida a opinião de José Bonifácio que entendia, devido à grande extensão da Pátria, que o título seria o de Imperador.

José Clemente Pereira, como presidente do Senado da Câmara, expediu circulares para as Câmaras Municipais pedindo essa aclamação de D. Pedro — que prestaria “previamente um juramento solene de guardar, manter e defender a Constituição que fizer a Assembléia Geral Constituinte e Legislativa Brasileira”. Esta condição restritiva indignou a José Bonifácio, que se opôs formalmente a ela e o fêz romper relações com Clemente Pereira e Gonçalves Ledo. O Executivo precisava de preponderância que lhe mantivesse o prestígio, a autoridade e fôrça, e nunca estar sujeito coercitivamente ao legislativo, para evitar os desastres da política demagógica de Lisbôa. Não estaria subordinado à política retrogada de agrupamentos regionais e à exaltação de deputados incultos. E evitando que os patriôtas de última-hora anarquizassem a situação,

José Bonifácio teve luta insana para não ser o Príncipe empolgado por êles e não vêr destruída a orientação política necessária à grande Pátria que estava formando.

Com a vasta visão social, desde que voltara ao Brasil percebeu qual seria o rumo da sua política. Viu que a unidade do povo brasileiro resultante da raça portuguesa mesclada com a africana e com a autóctone americana, não coexistiria com a independência violenta — como estava acontecendo com o ramo castelhano das colônias espanholas. A salvação dessa unidade seria o Príncipe. Chamá-lo, portanto, aos brasileiros, fazê-lo sentir que o interesse comum exigia a sua permanência no Brasil — foi o seu primeiro trabalho de estratégia política e dos seus nobres sentimentos de patriota e de americano.

(5) Em 20 de dezembro de 1823 o Patriarca atendia a uma representação do Governo Provisório de São Paulo, datada de 29 de janeiro, que — por proposta de Antônio da Silva Prado e outros, pedia licença para a abertura de subscrição popular a fim de erigir, no lugar do Ipiranga em que D. Pedro proclamara a independência nacional, um monumento que imortalizasse o dia 7 de setembro.

Esse monumento, para o qual foi fincado, no próprio local do grifo redentor, o marco com toda a solenidade por uma comissão constituída das primeiras autoridades e figuras paulistas, somente se ergueu um século depois — pelo Presidente Washington Luís, sendo o seu executor o grande artista Ximenes.

XXVIII

FUNDAÇÃO DO IMPÉRIO

Para garantir a união do Brasil e fazer com que as Províncias rebeladas do Norte obedecessem ao Imperador, José Bonifácio tratou de organizar o exército e formar uma esquadra. Precisava dominar todo esse Norte, antes que Portugal enviasse socorros aos seus fortes partidários e tentasse a conquista recolonizadora do Reino.

Alexandre Tomás Cochrane, ex-oficial da Marinha Britânica estava no Chile e acumulava glórias navais no Oceano Pacífico em sua luta da independência. José Bonifácio mandou, por officio de 13 de setembro de 1822 que o nosso Cônsul em Buenos Aires, Antônio Manuel Correia da Câmara, o convidasse para comandar a esquadra brasileira.

A idéia desse convite partira de Felisberto Caldeira Brant Pontes (depois Marquês de Barbacena) que havia sido nomeado nosso representante em Londres.

Cochrane, que andava queixoso do governo do Chile, por motivos particulares, aceitou o convite e trouxe consigo os bravos oficiais Grenfell, Croosby e Schepper, com os quais desempenhou importante papel nesta unificação nacional. José Bonifácio nomeou-o Primeiro Almirante do Brasil.

O General Madeira, dominando a Bahia, combatia as vilas do Recôncavo que, chefiadas por Cachoeira, lhe ofereciam tenaz resistência. José Bonifácio, conhecedor dos recursos daquêle General, por intermédio da espionagem patriótica de Vasconcelos Drumond, enviara reforços comandados pelo General Pedro Labatut, e, com sua atividade assombrosa, providenciava recursos de toda a ordem para as forças brasileiras. Com isto, a resistência baiana aumentava. A certeza do seu auxílio galvanizava-lhe a bravura.

Cuidou, então, de organizar a esquadra e arranjar oficiais e marinheiros, autorizando a Caldeira Brant Pontes que os remetesse da Inglaterra. Enquanto providenciava, assim, a formação das verdadeiras forças de terra e mar, não se esquecia também dos atos essenciais e marcadores em a nascente soberania do Império. Criara o Corpo Diplomático, nomeando: — Felisberto Caldeira Brant Pontes para a Inglaterra; Manoel Rodrigues Gameiro — para a França; Luís Moitinho Álvares da Silva para os Estados Unidos; Antônio Teles da Silva para a Áustria, e diversos cônsules aos demais países. Já havia nomeado Cônsul em Buenos Aires a Antônio Manuel Corrêa da Câmara, ousadamente, em 24 de maio de 1822.

Instituiu, por decreto de 18 de setembro, a Bandeira Nacional e o Escudo de Armas “não só para que se distingam dos de Portugal e Algarves, até agora reunidos, como para que sejam característicos dêste rico e vasto Continente”, de modo que essas armas não fossem de encontro às decretadas por D. João VI a 13 de maio de 1816. Tivemos, então, a bandeira e escudo imperiais, tão belos e tão glóriosos, que pouca modificação sofreram pela República de 1889.

Na mesma data outro decreto instituiu o novo Laço ou Tope Nacional Brasileiro, de côres emblemáticas

“verde de primavera e amarelo d’oiro” — com a legenda **Independência ou Morte**.

Outro Decreto dava anistia política para todos os presos; e os que não quizessem aderir ao Brasil, teriam trinta dias para deixar a residência e 4 meses para regressar às suas pátrias, com passaporte.

Procedem-se as eleições de deputados e a 22 de setembro o Senado da Câmara apurava essas eleições da Província do Rio de Janeiro.

A 23 D. Pedro mandou que cessasse a devassa que se estava fazendo em São Paulo — “para corresponder à geral alegria desta Cidade, pela eleição dos Deputados”.

Dois dias depois José Bonifácio expedia uma Portaria “para que fôsse remetida a devassa no estado em que se achasse, ficando as pessoas nela comprehendidas debaixo da mais rigorosa vigilância da policia.”

Em 25 de setembro um Decreto criava a Guarda Cívica Fluminense para a defesa da Pátria.

Em 12 de outubro, em que D. Pedro fazia vinte e quatro anos, houve a *aclamação*.

XXIX

ACLAMAÇÃO

Alvorada, salvas de artilharia e o povo acorreu ao Campo de Santana.

A tropa formou sob o comando do Tenente-General Joaquim Xaviér Curado.

O palacete do Campo de Santana, construído para a coroação de D. João VI, em 1818, servia agora para a aclamação do seu filho.

Ruas enfeitadas. Festa popular, entusiasmo da multidão.

Às 10 horas, o Imperador, a Imperatriz e a princesinha D.^a Maria da Glória, precedidos da Guarda de Honra sob o comando do Coronel Pereira da Gama Lobo, partiam do Paço da Bôa Vista. Três moços de estribaria, um índio, um mulato e um negro, mostravam a cooperação das raças na formação do Brasil.

Choveu. Pois com a chuva o povo aplaudiu freneticamente a chegada do longo préstito ao Campo de Santana.

Ao discurso de José Clemente Pereira, Presidente da Câmara, D. Pedro respondeu aceitar o título de Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil, em vista das representações das Câmaras das diferen-

tes Províncias e do parecer do Conselho de Estado e de Procuradores Gerais.

Salva de cento e um tiros de artilharia, 3 descargas da infantaria, vivas e palmas.

Formou-se de novo o préstito em direção à Capéla Imperial, onde houve Te-Deum. Novas salvas de artilharia e infantaria. À noite, no Teatro S. João, a peça Independência da Escócia, com o hino da Independência cantado pela assistência. Alegria contagiante, delírio.

Por vários dias a festa empolgou a Guanabara. As Províncias, do mesmo modo, fizeram a aclamação entre grandes festejos.

Em São Paulo, berço da independência, cinquenta e cinco senhoras paulistas enviaram uma representação à Imperatriz, por intermedio do Marechal José Arouche de Toledo Rendon, protestando-lhe respeito e obediência. Eram elas descendentes dos imortais bandeirantes e de Amador Bueno, que século antes não aceitara a aclamação de rei de São Paulo.

Em 18 de outubro comunica José Bonifácio aos nossos Encarregados de Negócios no estrangeiro, o Ato da Aclamação do Príncipe Regente como Imperador do Brasil.

Já, antes da Aclamação, conseguira convencer aos diplomatas estrangeiros que esta era fatal — em vista de se ter de reunir a Assembléia representativa. Preferível a expontânea solenidade e festa, “sem colocar numa dependência perigosa o Imperador — que assumiria tal título mercê da grandeza territorial do país, um dos maiores da terra”. E dizia a Mr. Chamberlain, Encarregado de Negócios da Inglaterra:

— “O Brasil quer viver em paz e amizade com todas as outras Nações, há de tratar igualmente bem a todos os estrangeiros, mas jamais consentirá que

êles intervenham nos seus negócios internos. Se houver uma só Nação que não queira sujeitar-se a estas condições, sentiremos muito, mas nem porisso nos humilharemos, nem nos submeteremos à sua vontade.”

E Mareschal, diplomata austríaco, certo de que caíra a idéia de república, consolava-se da independência — que tanto prejudicava Portugal, devido ao prestígio de José Bonifácio no Brasil e do entusiasmo do povo quando D. Pedro e D.^a Leopoldina apareceram na varanda do Palácio do Campo de Santana e mostraram nos braços D.^a Maria da Glória — a princesinha brasileira.

XXX

OPOSIÇÃO AO MINISTRO

José Clemente Pereira e Joaquim Gonçalves Ledo, querendo empolgar o poder, começaram a dificultar a ação de José Bonifácio e tentaram por meio da Maçonaria o domínio do Príncipe. Agradando-o servilmente, bajulando-o por todas as formas e apegando-se a êle, pretenderam empolgar D. Pedro, que era leviano, impulsivo e irrefletido. Explorando a bôa-fé e ingênuo entusiasmo pelas suas funções de Grão-Mestre do Grande Oriente, começaram minar a influência do Ministro no ânimo vacilante do Monarca. E D. Pedro pôs-se a flutuar entre os conselhos sensatos do sábio Ministro, e as insinuações e elogios dos dois chefes maçônicos naquêlas sessões que maravilhavam seu espírito inculto e o empavonavam de vaidade. Espírito versátil e irrefletido, seria empolgado. O perigo era evidente para o Brasil.

José Bonifácio — que tentara o impossível a fim de que D. Pedro não entrasse para a Maçonaria, pois previa êsse perigo — e, sabedor de que êle entregara três folhas de papel em branco, com sua assinatura, a Clemente Pereira, Gonçalves Ledo e Luís da Nóbrega, quando fôra eleito Grão-Mestre, resolveu pedir explicações ao Monarca. Mostrou-lhe o perigo de ter caído nesse ardil tramado na Maçonaria, sujeitando a

sua dignidade imperial a grave afronta conforme o uso menos digno que fizessem êles de tais papéis. E para não vêr mais tarde enxovalhado o nome do Imperador, pedia a sua demissão de Ministro em 26 de outubro, no que foi acompanhado de Martim Francisco e Caetano Pinto de Miranda Montenegro.

D. Pedro, deante do gesto positivo e desinteressado, refletiu e, calculado o perigo, indagou de que forma poderia reaver tais papéis. José Bonifácio aconselhou-o a que chamasse os políticos e exigisse a immediata devolução sob pena de suas prisões na Fortaleza da Lage. E assim foi feito, suspendendo D. Pedro os trabalhos do Grande Oriente por tempo indeterminado.

Todos queriam explorar D. Pedro. José Bonifácio evitava o assalto e aconselhava-o a que não concedesse mercês e despachos enquanto durasse a luta da independência. Com isso, mais acirrava os ódios dos aproveitadores, ao lado dos portugueses.

José Bonifácio, entretanto, deixava o Ministério e a sua residência do largo do Rocío, indo para uma casa do caminho velho de Botafogo. O povo recebeu atônito a notícia. Com a mudez dos ministros demissionários, que não queriam caísse D. Pedro no descrédito público por essa leviandade, mais perplexa ficava a população. Não sabendo de causa alguma, não se conformava com o gesto de José Bonifácio; e levantou-se em protesto contra a demissão dos Andradas. D. Pedro, ouvindo os clamôres populares, incumbiu Vasconcelos Drummond de convencê-lo a que voltasse; mas nada conseguiu.

José Mariano de Azeredo Coutinho assumiu a Presidência do Senado da Câmara e fêz com que esta representasse a D. Pedro sôbre a reintegração dos demissionários. José Clemente Pereira, ao saber da medida proposta, corre à Câmara para impedi-la; mas

o povo recebeu-o em apupos e fê-lo fugir do recinto sob assuadas. O Conselho de Procuradores, o Cléro e várias associações uniram-se à Azeredo Coutinho — com representações idênticas.

Conhecendo a firmeza de caráter do velho sábio e a sensibilidade do seu magnânimo coração, D. Pedro preparou uma demonstração popular.

O Rio de Janeiro não se conformava com a demissão sem causa do excelso Ministro.

Pelas quatro horas da tarde do dia 30 D. Pedro saiu do Paço da Bôa-Vista em busca do sábio. No largo do Rocío, a massa popular foi impelindo-o para os lados do Catete. Na altura da Glória avistou José Bonifácio que vinha sendo trazido pela multidão para a Cidade.

O moço Imperador e o Patriarca se abraçaram, comovidos. E foram ovacionados freneticamente.

A altivez inquebrantável do Ministro — que lhe havia dito ter sido interrompida a confiança recíproca existente — quando da demissão, tocara profundamente o coração de D. Pedro.

Chegados à casa de José Bonifácio, tiveram de falar às massas; e à noite, juntos no Teatro, receberam demonstrações vibrantes do júbilo nacional.

XXXI

GOVERNO FORTE

Reintegrado com Martim Francisco e Caetano Pinto de Miranda Montenegro, por Decreto de 30 de outubro, tratou José Bonifácio de consolidar o poder. Como seus adversários gratuitos ameaçassem perturbar a ordem, adotou enérgicas providências para garanti-la. Viu que o Governo precisava de autonomia para impedir movimentos anarquizadores e poder acudir as Províncias dominadas pelos portugueses. Viu que era necessário acorrer às despesas que a obra da independência exigia; e que o crédito nacional sómente se reergueria com a tranquilidade pública e reorganização dos serviços, bem como com a melhoria da arrecadação e de tributação equitativa nas Províncias.

Sem ordem, nada seria possível. Desde que as ambições agitassem as camadas populares e suplantassem as sugestões do são patriotismo, nenhuma fôrça seria eficiente, não se conseguiria a formação do novo Brasil.

Resolveu acabar com a política de ambição e assalto ao poder.

Prendeu José Clemente Pereira, Luís da Nóbrega e o Cônego Januário da Cunha Barbosa na Fortaleza de Santa Cruz e deportou-os para o Havre em 20 de dezembro, no bergantim francês "La Cecile".

Gonçalves Ledo fugiu para a Fazenda do Barão de São Lourenço, em São Gonçalo, onde José Bonifácio o deixou. E, mediante uma carta sua atribuindo a Clemente Pereira o plano sedicioso para a queda dos Andradas, José Bonifácio permitiu que, por intervenção do Cônsul da Suécia, Lourenço Westine, embarcasse para Buenos Aires.

O movimento sedicioso se estendia a algumas Províncias, pelo que houve outras prisões. O Cônego Januário da Cunha Barbosa, que fôra a Minas Gerais, e o Capitão João Mendes Viana, 2.º Vigilante do Grande Oriente, que seguira para Pernambuco, foram presos em seus regressos.

Em 2 de novembro mandou proceder devassa; a 6, determinou a retirada para fóra da Capital dos individuos considerados hostis ao Governo; a 12, deliberou sôbre passaportes para o interior concedidos a estrangeiros. Medidas fundamentadas e organizadoras de sã política nacionalista, para a integridade do Brasil.

A 11 de novembro José Bonifácio expediu uma Circular aos Governos das Províncias e Câmaras recomendando-lhes a máxima vigilância sôbre emissários da Côrte com fins políticos ocultos. E tomou providências severas para a organização da Pátria ameaçada. Fundamentou a elevação da vila de Pôrto Alegre — da Província do Rio Grande do Sul — à cidade, em 14 de novembro.

Portugal preparava novas expedições militares contra o Brasil. Na Cisplatina, o General Álvaro da Costa e Souza Macedo, fiel a Portugal, entrincheirara-se em Montevidéu e resistia ao cêrco do General Lecor.

O Pará, Maranhão, Piauí e Bahia, sujeitos diretamente a Portugal, lutavam pela libertação. As outras Províncias do Norte, do mesmo modo, não encontravam estabilidade na ordem e na administração.

Era preciso atender aos extremos do território pátrio e aos pedidos de auxílio das Províncias.

Sem um governo forte e de visão patriótica, sem competência e vontade férrea, seria impossível manter a unidade nacional no meio dessa política de ambições, desses grupos que tentavam assaltar o poder, robustecendo com isso o partido português e deixando-o dominar nas Províncias.

Precisava-se providenciar sobre tudo.

Em 10 de novembro procedeu-se à bênção da bandeira nova. D. Pedro, na Capéla Imperial, em que todas as classes sociais compareciam, recebia ajoelhado, das mãos do Bispo Capelão, os estandartes maravilhosos — que ia passando aos oficiais do Exército e da Marinha.

E a bandeira do Brasil independente se hasteou nas fortalezas e nos mastros dos navios, entre as salvas respeitadas dos barcos estrangeiros surtos na Guanabara.

No dia 12 um Decreto declarava que não eram dívidas da Nação quaisquer quantias que fossem dadas por empréstimo ao General Madeira; e determinava providências quanto aos gêneros alimentícios com que negociantes estrangeiros abasteciam a Bahia.

O grande escritor Latino Coelho diz de José Bonifácio:

— “O seu problema de governo era o de instituir e solidar a Nação, que ainda tinha a receiar, por um lado, a hostilidade inexorável da Metrópole, e, por outro, as fogosas intemperanças dos partidos e os funestos influxos da anarquia. Pensava, pois, que somente uma rigorosa ditadura poderia tornar fecundo e salutar o grande movimento, em que o Brasil, utilizando o favor da conjunção e desacertos do Governo

Português, passava de Colônia a Estado livre, soberano, independente. A política de José Bonifácio não entapizava de espadanas e de flôres o caminho dos seus tremendos adversários que lhe retorquiam facilmente em doestos e calúnias à suave compressão com que procurava tolher e soffrear a licença perniciosa das fações.”

Fêz um govêrno forte, de ordem, de disciplina, de orientação nacionalista e patriótica, de energia construtora e progressista.

Foi o precursor do Estado moderno.

XXXII

C O R O A Ç Ã O

A Coroação e sagração de D. Pedro foram marcadas para 1.º de dezembro; e a Comissão chefiada por José Bonifácio adotou um cerimonial misto do praticado com Napoleão I e do seguido na Áustria e Hungria.

José Bonifácio preparou o Rio de Janeiro com pompa, a fim de festejar êsse ato que não era usado em Portugal. E foi um deslumbramento. O fausto e a ordem imperaram. O cortêjo magnífico das altas autoridades, ladeado pelas tropas em grande gala, desfilou pelas ruas enfeitadas em direção da Capéla Imperial.

Frei Francisco de Sampaio, grande orador sacro, orou patrioticamente.

Para comemorar a coroação, José Bonifácio idealizou e instituiu a Imperial Ordem do Cruzeiro, a fim de premiar serviços de súditos do Império e de estrangeiros beneméritos — ordem esta que até hoje é padrão de orgulho nacional. Recusou, nesse ato, terminantemente a condecoração máxima, como recompensa aos seus serviços em prol da independência, bem como, terminantemente, não aceitou o título nobre de Mar-

quês. Se o quizessem premiar, êle recordaria os versos do poeta:

*“Eu desta glória só fico contente
Que à minha terra amei e à minha gente”.*

D. Pedro nomeou, então, D.^a Maria Flora de Andrada, irmã do grande Ministro, Camareira-mór da Imperatriz; e o Capitão Boaventura Delfim Pereira, cunhado de D.^a Domitila de Castro, Guarda Roupa do Imperador.

Foi criada a Guarda de Honra do Imperador, com três esquadrões, um no Rio, outro em São Paulo e outro em Minas Gerais.

Festas populares retumbantes consagraram o ato majestático. Houve espetáculo lírico no Teatro São José com a ópera Izabel da Inglaterra, cantada pela Companhia Italiana, sendo inaugurado o pano de bôca, alegórico à solenidade, obra do notável pintor João Baptista Debret — membro da Missão Artística fundadora da Escola de Belas Artes. E unânimemente foi dado a José Bonifácio o nobre título: *“Patriarca da Independência.”*

XXXIII

ÚLTIMOS TRABALHOS DA CONSTITUINTE PORTUGUESA

Estava no fim o trabalho da Constituinte Portuguesa. Apesar do refôrço havido com a chegada dos deputados brasileiros, as Côrtes pareciam desconhecer por completo a situação do Brasil. E continuavam a elaborar decreto sôbre decreto contra os americanos. Eram alguns anulando o que D. Pedro fazia, outros mandando processar Ministros, considerando traidor o comandante que obedecesse a Regência, intimando D. Pedro a regressar para Portugal dentro de um mês sob pena de perder a Corôa, nomeando outra Regência para substituí-lo, designando a Bahia em poder do General Madeira para séde do Govêrno, etc., etc..

Depois de muita luta dos deputados brasileiros, foi votada a Constituição Portuguesa.

Vilela Barbosa apresentou uma indicação em nome de oito pernambucanos, dois paraibanos, dois cearenses, dois alagoanos, um piauiense e um catarinense, propondo que a assinatura da Carta Constitucional fôsse adiada até a chegada de notícias do Brasil se suas Províncias haviam eleito deputados para a Assembléia Brasileira.

Antônio Carlos e José Ricardo propunham que se declarassem vagos os lugares dos deputados americanos. Os seus colegas da Bahia enviavam à Mesa uma declaração de que, não sendo aceita a proposta paulista, eles não se julgavam autorizados a jurar e assinar a Constituição.

O Padre Diogo Antônio Feijó, a pretexto de moléstia, não compareceu e pediu licença. Nicoláu Pereira de Campos Vergueiro abandona Lisbôa e vai para a casa dos seus antepassados, em Val-de-Porca, Trazos-Montes, em gôzo de licença.

As inúmeras indicações caíram, sendo todos os deputados obrigados a assinar a Constituição.

Muniz Tavares, Lino Coutinho, Padre Feijó, Nicoláu Vergueiro, Antônio Carlos, José Ricardo, Antônio da Silva Bueno, Cipriano Barata e Francisco Agostinho Gomes, êstes dois últimos da Bahia, não assinaram e nem juraram a Constituição. Foram os únicos altivos e patriótas.

Fernandes Pinheiro e Castro e Silva, que haviam feito indicação de que não jurariam o Pacto Fundamental, voltaram atrás e o assinaram contra o Brasil, pois diziam não ter confiança no resultado da independência brasileira.

Diz o Visconde de São Leopoldo em suas memórias:

— “O Pará e o Maranhão conservavam-se ligados ao Governo de Lisbôa; Pernambuco oscilava; Bahia continuava unida a Portugal; São Paulo estava ainda sob a impressão da bernarda de Francisco Inácio; Minas Geraes tentara impedir a entrada do Príncipe em sua Capital; no Rio de Janeiro conspiravam contra a Regência e contra José Bonifácio”.

E' que Fernandes Pinheiro não quiz comprometer o seu futuro político que o fêz Ministro e Visconde mais tarde.

O Marechal Felisberto Caldeira Brant Pontes, Marquês de Barbacena, recusou-se a jurar a Constituição — como official brasileiro.

Os deputados que não a juraram, perceberam logo que sua situação se tornava perigosa. Antônio Carlos requereu às Côrtes licença para retirar-se de Portugal; e como não fôsse atendido, fugiu para a Inglaterra, em 6 de outubro, com os seus colegas Padre Feijó, José Ricardo da Costa Aguiar, Silva Bueno, Lino Coutinho, Cipriano Barata e Agostinho Gomes.

“A população referveu de ódio; a imprensa cobriu-os de epítetos infamantes; no Congresso, Xaviér Monteiro requereu que fôsem êles considerados não portugêses; e em Funchal quizeram arrancá-los de bordo do navio inglês. Chegados a Falmouth, Antônio Carlos e José Ricardo publicaram longo protesto sôbre o que se passava contra o Brasil e seus deputados. Escarpelaram o procedimento das Côrtes e o sofrimento dos americanos.”

Em 22 de outubro os outros deputados seus companheiros de fuga publicaram protesto análogo no “Correio Brasiliense” de Hipólito da Costa, em Londres. Vieram depois para o Brasil, chegando a Recife a 8 de novembro e reeditando a publicação que também narrava ir Portugal remeter quatro mil homens contra Pernambuco e Alagôas.

Jurada a Constituição Portuguêsa, em 1.º de dezembro instalaram-se as Côrtes Legislativas Ordinárias com os mesmos representantes. E até a revolução restauratista de maio de 1823, mesmo depois da independência, nove deputados brasileiros continuaram a

frequentá-la: um do Amazonas, dois do Pará, dois do Maranhão, dois do Piauí, um de Goiás e um da Bahia! . . .

Portugal nomeou uma Regência para o Brasil — que não chegou a partir, pois a notícia da independência esfriou os jacobinos lusos.

XXXIV

MEDIDAS CONTRA OS PORTUGUESES

Restabelecida a tranquilidade pública e coroado o Imperador, devido à ação enérgica de José Bonifácio, continuou este o seu exaustivo trabalho da formação da Pátria Brasileira. Por ato de 11 de dezembro mandou sequestrar todas as mercadorias portuguesas existentes nas alfândegas do país e os bens dos inimigos, em represália à ação de Portugal contra a nossa independência: prédios, embarcações, depósitos de mercadorias, etc., foram confiscados. E em edital do dia seguinte recomendava que se cortassem as relações comerciais com Portugal devido ao seu estado de guerra; e autorizou aos Governos provinciais a deportação dos elementos lusos indesejáveis.

Estabeleceu que todos os que chegassem prestariam fiança idônea para desembarque, e os que se radicassem teriam de jurar fidelidade ao trono e ao Brasil, todos sem os foros de cidadãos — por decreto de 14 de janeiro seguinte.

Logo depois, a 21, determinava que não mais se comemorassem as datas natalícias dos membros da família real, exceção dos rei e rainha, em justo revide à proibição dos festejos oficiais pelo aniversário de D. Pedro.

No dia 30 equiparava os direitos fiscaes dos artigos portuguezes aos de todas as outras nações. Baixava, tambem, um Alvará na Pasta da Marinha concedendo aos brasileiros e estrangeiros a faculdade de armarem navios corsários “durante a presente lida com aquêlê Reino”.

Já em ato de 12 de dezembro anterior fundamentara os perigos e riscos do Corpo de Comércio em continuar as suas relações com os negociantes de Portugal.

Foram dadas ordens aos brasileiros lá residentes — de regresso à América no prazo de seis meses — sob pena de indignidade, sequestro de suas propriedades e perda da nacionalidade. Sómente aos estudantes era concedida a licença dessa permanência — para o fim de completarem os cursos de Coimbra.

Desesperados com as medidas contra suas propriedades, comércio, indústria, riquezas e pessoas, os portuguezes fomentavam a luta subterrânea ao poderio do grande Ministro. E engrossaram a malta dos descontentes.

José Bonifácio resolveu acabar com a pretensão lusitana e demonstrar que o Brasil tinha forças suficientes para vencer o velho Reino. Esse golpe seria a libertação da Bahia. Remetendo socorros navais sob o comando de Delamare, e terrestres sob as ordens do General Pedro Labatut, enviou ainda a Divisão comandada pelo Capitão de Mar e Guerra David Jewett, composta de seis navios, reforça-la. Com a Divisão seguiram 900 homens do Batalhão de Caçadores do Imperador sob as ordens do Coronel José Joaquim de Lima e Silva, tropas essas criadas por Decreto de 18 do mesmo mês.

A 22 de fevereiro essa força desembarcava em Alagôas, regressando os navios para o Rio — onde

aportaram a 12 de março, véspera da chegada de Alexandre Tomás Cochrane — Primeiro Almirante do Brasil.

Portugal embarcava a terceira expedição de reforços ao General Madeira, que assim possuía 9 ou 10.000 homens.

A esquadra lusa, de quinze navios, estava sob o comando do Almirante João Felix Pereira de Campos, que na Bahia conseguiu mais charrúas e transportes armados para o bloqueio do Recôncavo e perseguição aos navios nacionais.

Lord Cochrane desembarcando a 13 de março, organizou a pequena esquadra brasileira com as fragatas “Ipiranga” e “Niterói”, as corvetas “Maria da Glória”, “Liberal”, “Real” e “Carolina”, os brigues “Cabodo” e “Rio da Prata”, a escuna “Leopoldina”, e arvorou suas insígnias de Primeiro Almirante da Marinha Brasileira em a nau “Pedro Primeiro”, comandada por Croosby.

A 29 de março foi decretado o bloqueio do porto da Bahia.

Cochrane partiu em 2 de abril para o norte, com essa diminuta frota de guerra. E quando chegou à Bahia, o General Madeira tinha sido batido em Pirajá por Labatut e perdido a Ilha de Itaparica.

A 4 de maio a esquadra avistou a inimiga disposta em linha de batalha a sotavento. Cochrane não se intimidou com a forte superioridade numérica; e aproveitando-se de uma interrupção que notou na linha adversária, atacou-a por essa brécha. Avariando a fragata “Constituição” e mais três navios, percebeu que o Almirante português avançava com o resto da esquadra sobre êle. Retirou-se, então, da luta e foi fundear

no Morro São Paulo, porque parte da sua esquadra não acorreu ao seu auxílio.

Lord Cochrane corrigiu o defeito revelado pelos seus navios de guerra e pôs-se a abastecer-los com mantimentos que chegavam de Cabo Verde, Maranhão, Espírito-Santo e Buenos-Aires, pelo que teve tempo de fortificar o Morro São Paulo.

• E' nessa ocasião que a officialidade brasileira rompe com o General Pedro Labatut, o herói das vitórias de Pirajá e Itaparica.

Chegando ao conhecimento do bravo General que se tramava uma sublevação para depô-lo, chefiada pelo Coronel Felisberto Gomes Caldeira, Labatut mandou que êste comparecesse às 8 horas da noite ao Quartel do Tenente-Coronel José de Barros Falcão — para instrução das novas ordens recebidas do Rio de Janeiro. Obedecendo, foi ali prêso o Coronel e remetido para o Forte de São Lourenço, sendo substituído no Comando da Brigada pelo Coronel Anthéro José Ferreira de Brito. Removeu o comandante da artilharia e mandou prender e destituir o Governador das Armas do Ceará — que havia sido nomeado pelo Governo Imperial. O resultado foi que a tropa se levantou contra êle, remetendo-o escoltado para o Rio de Janeiro, onde foi mais tarde absolvido pelo Conselho de Guerra e Supremo Conselho Militar. As cartas trocadas entre o bravo oficial francês e o Patriarca, sôbre a marcha das operações e ação patriótica sua em campanha, são páginas interessantes e documentadoras do nobre fito do heróico guerreiro. Labatut trata-o de "Patriarca da Independência".

Enquanto José Bonifácio não encontrava um valente estrategista que o pudesse substituir, o Governo de Cachoeira nomeou comandante das fôrças de terra ao Coronel José Joaquim de Lima e Silva.

Com o denodo das tropas nacionais que apertavam o cêrco da Bahia, Lord Cochrane, efetivando o bloqueio, procurava ensejo propício à batalha. A 22 de maio dá-se o encontro naval de Olarias em que três canhoneiras da flotilha de Itaparica, sob o comando do Tenente João Francisco de Oliveira Botas, derrotaram sete canhoneiras portuguesas. O Almirante Cochrane promoveu-o a Capitão-Tenente, por essa façanha memorável. E na noite de Santo Antônio, estando em sua nau capitânea, Cochrane entrou pelo meio da esquadra lusitana, acompanhado da fragata Ipiranga e da corveta Maria da Glória, em proeza homérica. Era ousado à temeridade. O General Madeira desanimou. Viu que não levaria a melhor tanto em terra como no mar. Permitiu, então, que uma deputação de negociantes e capitalistas fôsse pedir garantias ao acampamento brasileiro, caso a Capital caísse em seu poder. E a 20 de junho convocava um Conselho de sua oficialidade para resolver sôbre a situação. Deante da falta de víveres e de reforços, com os revêzes infringidos pelo General Labatut e por Lord Cochrane, percebeu que não era mais possível lutar contra as forças brasileiras; e o Conselho resolveu pela evacuação da Praça sem combate. Em virtude disso o General Madeira, além dos seus trinta navios de guerra, mandou aparelhar mais quarenta e um navios mercantes — para embarque dos civis portugueses temerosos da justa represália dos vencedores, após a reconquista de Salvador. E embarcou, também, toda a tropa lusitana. Lima e Silva e Cochrane intimaram-no, então, peremptoriamente, a que capitulasse. O General Madeira virou-lhe as costas e pôs-se de velas para Portugal.

Alexandre Tomás Cochrane, com inferioridade tremenda de navios, resolveu acompanhar-lhe a esquadra,

na esperança de combater-la parceladamente. E conseguiu, de fato, apoderar-se à noite do brigue de guerra "Prontidão" com setenta praças de linha; da galera "Leal Português" com duzentos e quarenta e quatro soldados; da charrúa "Conde de Peniche" com cento e sessenta e cinco homens e da "Pizarro" com cento e trinta e quatro praças, além de outras embarcações em que as famílias viajavam. Foi feliz na audaciosa perseguição e ataques. O navio brasileiro "Niterói" sómente deixou a esquadra inimiga quando já na foz do Tejo. Portugal estarreceu. A indignação subiu ao paroxismo.

O General Madeira foi prêso e encarcerado — devido à sua lealdade ao regime, ao seu desinterêsse e abnegação de brioso oficial.

O Almirante Cochrane também conseguiu aprisionar o transporte armado "Grão-Pará" — que ia em socorro do Maranhão.

A Junta de Cachoeira transferiu-se para a Capital Salvador, logo que as fôrças da independência ali entraram triunfantes.

Lord Cochrane, fazendo recolher a Pernambuco e Bahia todas essas prêsas, rumou para o Maranhão — onde aprisionou o brigue de guerra "São Miguel". Ameaçando a Capital com a notícia de fortíssima esquadra que o acompanhava e que expulsara Madeira da Bahia, aterrorizou a Junta Provisória — que lhe entregou a Praça, no dia 27. Com isso, ainda apreendeu uma escuna de guerra e vários navios mercantes. Sua ousadia e valor deram-lhe a vitória. A fim de pacificar a Província deportou para Portugal os descontentes; e em 1.º de agôsto conquistava Caxias — último reduto português. Por êsses feitos notáveis foi agraciado mais tarde com o título de Marquês do Maranhão.

Pacificada essa Província, o Almirante despachou o seu ajudante João Grenfell à bordo do “São Miguel” para a conquista do Pará. Este oficial inglês, com os mesmos estratagemas de Cochrane e a mesma escola de lutas, conseguiu tomar Belém. Ali prendeu o General José Maria de Moura e mais seis oficiais superiores inimigos e remeteu-os para Lisbôa. Formando uma Junta Provisória, contra a qual depois se levantou forte grupo de descontentes, viu estalar em breve uma revolução — que reprimiu com violência e crueldade. Fuzilou soldados, prendeu revoltosos e meteu-os todos no porão do brigue “Diligente”, por não ter lugar seguro para os deter. Como o porão fôsse hermeticamente fechado e sem ar, e os prêsos numerosos, tentaram êles galgar e invadir o tombadilho. O comandante do brigue, 2.º Tenente Joaquim Lucio de Araujo, ordenou tremenda descarga de fuzilaria sôbre os revoltosos, que morreram ou asfixiados ou pelos ferimentos sem curativos.

Mais tarde Grenfell requereu um Conselho de Guerra no Rio de Janeiro para justificação dessa barbaridade, e por ter cumprido ordens da Junta Provisória que repuzera. Certa noite um marinheiro português, como protesto a essa violência, tentou assassiná-lo — apunhalando-o pelas costas.*

Conquanto José Bonifácio enviasse socorros de toda a ordem para a Bahia, não se esquecia do extremo sul do país, acudindo a longínqua Cisplatina.

A Junta que governava em Montevidéu era chefiada pelo General português Álvaro da Costa Souza de Macedó, seu Vice-Presidente. O Presidente era o General Lecor, partidário da Independência nacional.

O General Álvaro da Costa insurgiu-se contra o decreto que mandou convocar a Assembléia Legislativa, fazendo a Junta acompanhá-lo.

Do mesmo modo no Rio Grande do Sul o General português João Carlos de Saldanha resignava o posto de Presidente da Junta Governativa — como protesto pela separação, desta Província, de Portugal. Deante disso, D. Pedro I dissolveu a Junta Militar de Montevidéu e nomeou o General Lecor autoridade suprema.

O General Alvaro e os lusitanos levantaram a Divisão portuguesa contra Lecor. Este, à frente da tropa nacional retirou-se da Capital para Canelonis. Os civis, chefiados por Frutuoso Rivéra, aderiram ao General Lecor; e a população da Colônia do Sacramento, São José Maldonado, Cerro Largo e outras cidades, declararam-se pelo partido americano contra o longínquo e perigoso Portugal.

O General Lecor cortou todas as comunicações e abastecimentos de Montevidéu, pelo que colocou o General Alvaro em situação crítica. Este, para se livrar do cêrco, pediu reforços ao seu colega e patrício General Madeira, que — se não lh'os pudesse enviar, ao menos que mandasse navios para conduzir suas tropas a ajudá-lo na Baía. Mas o General Madeira lutava desesperadamente, não o pôde atender, teve de capitular e fugir do Brasil; e com isso, depois de dezessete meses de resistência inútil, o General Alvaro da Costa também capitulou a 18 de novembro de 1823, embarcando para Portugal com a sua Divisão de Voluntários Reais.

Já não era mais Ministro José Bonifácio; e a Assembléja Legislativa que, com a sua convocação, déra causa à revolta da Cisplatina, fôra dissolvida violentamente pelo mesmo D. Pedro I.

DOMITILA

D. Pedro, em meio de todas as preocupações e lutas, não se esqueceu da jovem paulista que conhecera por ocasião da independência.

E' assim que, por carta de 17 de novembro de 1822, 2 meses e dez dias após o grito do Ipiranga, escrevia-lhe contando que convencera seu pai, o Coronel reformado João de Castro Canto e Melo, de que convinha levá-la para o Rio de Janeiro. E em começo de 1823 lá se encontrava ela com a família. Como estivesse separada do marido, o Alferes Felício Pinto Coelho de Mendonça, em breve passou a ser teuda e manteuda do Imperador. No decorrer do tempo teve-lhe D. Pedro paixão arrebatada, funesta e desordenada; e empolgado completamente pela paulista, por ela tudo fêz e tudo abandonou. Dominado — afrontou a opinião pública, ministros, amigos, espôsa, família, exército, marinha, posição e Brasil. Entretanto, não tinha Domitila mentalidade para engrandecê-lo. Talvez, nem mesmo merecesse essa obsessão imperial.

Fernandes Pinheiro, guindado a Ministro, assinou decreto reconhecendo-lhe a filha, Isabel Maria de Alcântara Brasileira, como Princesa Imperial e Duquesa de Goiás. Promovia a mãe de Viscondessa a Marquesa de Santos — sua própria terra.

A loucura de D. Pedro foi tanta, que a quiz fazer Duquesa do Grão Pará e elevá-la ao trono como segunda Imperatriz; mas o Padre Diogo Antônio Feijó avisou-a de que seria assassinada e, só porisso, recuaram os amantes do escandaloso projéto.

D. Pedro encheu-a de jóias, de consideração e riqueza. Chegou a pretênder elegê-la Venerável da Maçonaria.

O insuspeito Schlichthorst no seu "*Rio de Janeiro wie es ist*" descreveu-a, por época do falecimento da Imperatriz:

— "Tem o rosto regularmente belo e a tez extraordinariamente clara. Suas formas opulentas estão de acôrdo com o gôsto geral do povo. Já não possui a primeira flôr da mocidade; nada perdeu, porém, o brilho do seu olhar. Uma profusão de cachos emolduram-lhe os traços encantados, é devéras uma mulher realmente bonita, como segundo dizem, a maior parte das paulistas."

Domitila, entretanto, não correspondia a essa paixão desvairada, com outra igual, pois fêz do grande amor uma indústria. Arranjou nomeações, conseguiu altas patentes, arquivou a devassa de São Paulo, ganhou dinheiro de Costa Carvalho para dissolver a Constituinte, explorou por todos os modos e formas a liberalidade do tresloucado amante. Guardou fortuna. Foi um tipo interessante de mulher, conquanto nefasto à sua Pátria. De meados de 1823 até o segundo casamento de D. Pedro com a jovem, formosa e magnânima D.^a Amélia de Leutchemberg, foi ela o móvel principal e funesto de todos os seus atos políticos.

INSTALAÇÃO DA CONSTITUINTE

José Bonifácio decretava em 5 de janeiro providências para a reunião dos deputados à Assembléa Constituinte. A 14 de abril fundamentava, em decreto, a designação do dia 17 para a reunião dos deputados, nomeação do Presidente, formação da Junta preparatória, verificação de poderes e organização do Regimento interno da Assembléa. Com isso, instalou-se ela com solenidade a 3 de maio, data da descoberta do Brasil.

Acreditava-se, até então, que o descobrimento se déra no dia de Santa Cruz, pois sómente depois da publicação da célebre carta do escrivão Pero Vaz de Caminha se verificou ter sido a 22 de abril de 1500.

D. Pedro I compareceu à solenidade da sessão inaugural e leu a fala do Trono em que prestou contas do seu govêrno desde a Regência. Expôs os motivos que o levaram a proclamar a independência, ratificando o juramento de defender a Pátria e a Constituição que iria ser feita. Fêz larga análise das Constituições vigentes, para mostrar os erros que a brasileira deveria evitar.

José Bonifácio foi o autor dessa fala, consubstanciando as suas idéias sôbre a atualidade política na-

cional. E depois, da tribuna da Câmara, defendeu-a vibrantemente.

Como assembléia nova, a primeira que se constituía numa época de anormalidades americanas, não se fizeram esperar as suscetibilidades. O Executivo suspeitava que o Legislativo lhe quizesse enfraquecer a autoridade; e o Legislativo, por sua vez, temia que o Trono se lhe sobrepuzesse arbitrariamente. Começaram as hostilidades. Enquanto a comissão de constituição, da qual fazia parte José Bonifácio, tratava de elaborar o projéto, choviam propostas, indicações e leis de toda a sorte, sem método e sem oportunidade.

José Bonifácio, contudo, conseguia evitar a tempestade.

Foram votadas diversas leis que transformavam os hábitos do Reino para os adaptar à Pátria independente.

Em fins de junho D. Pedro ficou doente; as más línguas afirmaram que levára uma sóva de páu — devido a uma sua costumeira e ousada conquista feminina. José Bonifácio, para atalhar o escândalo, publicou um boletim dizendo que caíra êle do cavalo, quebrára duas costelas e sofrêra graves ferimentos.

Por essa época já era enorme a ascendência de Domitila sôbre o Imperador. A legião dos ambiciosos políticos rodeava-a e festejava-a servilmente. Os descontentes com a impávida direção de José Bonifácio não a deixavam um momento, bajulando-a engrandecedoramente. E com a prolongada permanência do Imperador no leito de enfermo, para a cura das costelas fraturadas, todos êles se agruparam em tórno da linda moça que, como enfermeira inteligente, começou a dominá-lo. A audaciosa concubina fôra admitida em visitas ao quarto do Imperador, e, insinuante, foi amiudando-as até que, tenaz e solícita, acabou

por nêle se instalar. Com o ruidoso escândalo dessa enfermagem persistente, a bajulação aumentou e Domitila passou a imperar definitivamente. Tratou, então, da anistia dos réus políticos de São Paulo, processados por José Bonifácio — que via, desgostoso, o abismo de D. Pedro e de sua política nacionalista.

E a luta abriu-se entre a poderosa amante e o intrépido Patriarca. Certo dia D. Pedro falou ao grande Ministro — que se abriu, de vez, sôbre a situação: contou-lhe que conhecia todos os passos dos interessados, a luta subterrânea dos descontentes e a trama dos inimigos do Brasil. Mostrou-lhe que o partido português se apegára, por determinados intermediários impatriotas, às saías da amável enfermeira. E depois do desabafo de todas essas duas verdades, estourou desabridamente: Domitila estava ganhando dinheiro para anular a devassa em andamento e absolver os réus políticos de São Paulo. E veemente, combateu a advocacia de alcôva e infame da amante. D. Pedro alvoroçou-se, insistiu, deblaterou. José Bonifácio, que corajosamente lhe dizia tudo isso, foi positivo: declarou-lhe que não pactuava com imoralidades. Não mais se considerava Ministro. E retirou-se do quarto. No dia seguinte também Martim Francisco se demitiu; e à insistência de D. Pedro que não via motivo para tal, respondeu que a razão era a mesma — falta de confiança em Sua Majestade. Com os irmãos, D.^a Maria Flora deixou o cargo de Camareira-Mór da Imperatriz.

Ganha a partida pela concubina, alijado o Ministro austero e probo, D. Pedro reorganizou o Ministério, convidando o Dr. José Joaquim Carneiro de Campos, mais tarde Marquês de Caravélas, para o lugar do Patriarca. Este aconselhou-o a que aceitasse o cargo, indo Manuel Jacinto Nogueira da Gama, depois

Marquês de Baependi, para a Pasta de Martim Francisco. E D. Pedro ficou sem defesa alguma em mãos de Domitila.

Caidos os Andradas, logo saiu o decreto mandando: cessar a segunda devassa aberta contra habitantes de São Paulo, não incluídos na primeira; libertar imediatamente todos os presos políticos ou não pronunciados; voltar aos seus lares os deportados; e recomendando que se acabasse com a rivalidade entre portugueses e brasileiros.

Deixado o Ministério, José Bonifácio compareceu como deputado à Assembléia, no próprio dia de sua demissão.

Os amigos do Patriarca, tendo à frente Vasconcelos Drummond e o Desembargador França Miranda, fundaram um jornal "*O Tamoio*" para defender a sua política. Breve iniciou cerrada oposição ao Governo, sendo certo que o Patriarca não pertencia à sua redação.

Antonio Carlos estava como presidente da comissão de Constituição e, como entendesse que nenhum dos projéto sôbre a mesa prestasse, foi incumbido de apresentar outro. Fê-lo a 15 de setembro, com o reconhecimento de três poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário, limitando os do Imperador,

XXXVII

NA ASSEMBLÉIA

Nas “Instruções” aos deputados americanos às Côrtes de Lisbôa, verdadeiro estatuto nacional, já em 1821 José Bonifácio tinha idéia de salvaguardar a Capital do Brasil dos riscos e perigos existentes em pôrto de mar. E propunha mudá-la para o planalto central “em sítio sadio, ameno, fértil e rasgado por algum rio navegável” — que arrastaria, também, o excesso de população vadia das cidades marítimas e mercantis. Da nova Capital abrir-se-iam estradas confortáveis para as Províncias e portos, em comunicação rápida e facilidades ao comércio do vasto Império.

De acôrdo com êste programa, apresentou, agora, à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa, em 8 de junho de 1823, fundamentada representação. E diante dos judiciosos argumentos, dos patrióticos intuitos à unidade nacional, do estudo de sua posição e modos de construção, das vantagens de toda a ordem à administração e riqueza de uma Pátria forte, a sua idéia entrou para o texto constitucional, e, até hoje, continua de pé à espera de um govêrno que a execute. A Capital Federal, no planalto central, é necessidade da nação.

Atacada a sua política quanto à imprensa, José Bonifácio respondeu ao adversário com fatos, reconstituindo a sua ação. Mostrou que, ao assumir o Governo em 16 de janeiro de 1822, o regime existente era o de opressão. E logo no dia 19, em explicativa Portaria, determinava à Junta Diretora da Tipografia Nacional que não mais embaraçasse a impressão, nem mesmo dos escritos anônimos, pois o seu autor ou impressor responderia pelo abuso — como seria prescrito na lei sobre a liberdade de imprensa. No dia 18 referendára o decreto mandando publicar no Brasil dois artigos da lei portuguesa relativos aos atentados da imprensa contra a segurança do Estado. Determinava os crimes, a forma de julgamento, a competência do juiz e número dos jurados ou juizes de fato. Ordenava a assinatura dos artigos ou a dos editores ou impressores, para essa responsabilidade, entre outras providências.

Em 5 de agosto recomendava ao apreço dos poderes públicos o “Regulador Brasília” redigido por Frei Francisco de Santa Teresa de Jesus Sampaio — pois era folha patriótica e que precisava ser difundida pelas Províncias.

Em 2 de janeiro de 1823 baixava uma Portaria mandando que todas as repartições públicas fornecessem notícias e expedientes ao “Diário do Governo”.

E aos ataques de Carneiro da Cunha, deputado pela Paraíba, que afirmava nunca ter havido liberdade de imprensa no Brasil, José Bonifácio se levanta e faz em magnífico discurso a defesa dessa liberdade.

Apresentou também um estudo sobre a catequização dos índios bravos, que já em 1821, em suas “Instruções” aos deputados de São Paulo, queria ver legislada.

No exercício do Governo, não se esquecera de providenciar sôbre o amparo ao direito dos selvagens, o seu aldeamento e a sua civilização. Assim, em 20 de fevereiro de 1823 manda que a Junta Governativa da Província do Espirito Santo organize os necessários depósitos de víveres e instrumentos agromômicos, no prédio do ponto Souza e que, em lugar de sete praças de três em três léguas, sejam quatorze praças de seis em seis léguas, podendo os soldados dêstes destacamentos ser contemplados pela Junta com datas de terras na forma já determinada. Manda que o Ministério da Fazenda apronte os utensílios, vestuários e demais objêtos destinados ao uso dos índios.

Em 24 de maio, ainda sôbre êsses índios do Espirito Santo, resolvia: “que o govêrno os empregasse utilmente e de tal maneira que não sejam danosos a si, nem ao Estado, usando para com êles de todos os meios de moderação e brandura, visto que têm tanto direito à contemplação de Sua Majestade como qualquer dos outros súditos.”

Agora, a 1.º de junho, oferecia os seus “Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Brasil”, verdadeiro tratado de catequização e aldeamento dos selvícolas americanos.

Inicia estudando o estado geral em que se encontram os índios; seus usos, costumes e política, sua psicologia, temores e tendências; e os usos, tendências e repressões dos brancos — que com a escravização e roubo mais agravam a situação panorâmica geral. Além de enxertarem, ao lado de toda a sorte de crimes, os vícios e moléstias dos civilizados, não lhes comunicam suas virtudes e talentos. Para acabar com essa barbaridade, doutrina sôbre o conhecimento primeiro do índio, a fim de explicar os meios de sua catequeze. Analisa a sua cultura primária,

feita apenas de instintos, sem idéias abstratas de quantidade, número, tempo e espaço. Daí seus ódios, desejos, vinganças e atrocidades; e em consequência, sua coragem e valentia. E essas paixões são causa do seu aldeamento sem leis e sem chefes.

Os bárbaros, porém, mudadas as circunstâncias, mudam seus costumes. Estuda, então, a evolução das tribus mais importantes do Brasil e do Paraguai, bem como a evolução das leis desde 1570 até 1755, para concluir que é preciso existir agora uma lei sábia e providencial. Refere-se ao método dos jesuítas para essa evolução. Estes apóstolos provaram que os índios são capazes de civilização. Depois de largas considerações propõe, em 44 artigos explicativos, as bases de uma lei capaz de operar a civilização dos selvagens sul-americanos. Esses artigos tratam do seguinte:

1 — Justiça, a começar da propriedade de suas terras. 2 — Brandura, constância e sofrimento de nossa parte — pois somos usurpadores e cristãos. 3 — Abrir comércio com os bárbaros — ainda que com perda de nossa parte. Enumera os objetos de comércio e o modo de comerciar. 4 — Procurar com dádivas e admoestações fazer pazes com eles, como fez Mem de Sá em 1558. E relata em três artigos, as bases dessa obrigação, formadoras do conceito do direito e da lei na alma rude e espírito bronco do selvagem. 5 — Favorecer por todos os meios possíveis o matrimônio entre índios e brancos e mulatas. Explicana os pontos capitais da questão e as garantias ao fim almejado. 6 — A conveniência de se introduzir, por modos indiretos, brasileiros equilibrados como Caciques de nações ainda não aldeadas. 7 — Criação de colégios de Missionários para a catequização,

com conhecimento da língua, usos e costumes dos bárbaros. Explana também o assunto. 8 — Instituir rendas próprias e privilégios necessários a êsses Missionários, ao lado de suas obrigações. Explica as vantagens dêste método. 9 — Os párcos saídos dentre os Missionários residirão nas Aldeias com outro já prático e acatado — para aprender perfeitamente a catequeze. 10 — Criação de pequenos presídios militares em distâncias convenientes, cujo comandante agirá por pedido e de acôrdo com os Missionários, a fim de coibir desordens, tumultos e injustiças. 11 — Êstes presídios serão de 20 até 60 praças escolhidas, com duas ou três peças de pequeno calibre e, conforme a situação, com soldados de cavalaria. 12 — As Bandeiras que partirem para trazer e aldear os índios bravos, serão de homens escolhidos e honrados, com intérpretes e Missionários. Destas aldeias sairão os índios mansos seus integradores, para convencer com o exemplo, com a segurança e vida civilizada, aos irmãos recalitrantes. 13 — Determina as regras e cuidados dos bandeiristas, para que não pereçam às suas mãos. 14 — Insiste nos modos modernos que os Missionários devem usar — para excitar-lhes a curiosidade e convencê-los do poder, sabedoria e riqueza da civilização. 15 — Doutrina sôbre as regras para a vida nas Aldeias, “pois é trabalho baldado querer de repente mudar abusos inveterados de homens velhos e brancos, ou obrigá-los a trabalhos seguidos e penosos”. Discorre sôbre a moral e transformação dos velhos côstumes selvagens — que geralmente se consegue com amizade, confiança e justiça. 16 — Prevê as plantações e roças necessárias ao abastecimento da Aldeia, antes da chegada das Bandeiras, e os seus ranchos. 17 — Orienta o modo da condução dos índios dos matos a estas Aldeias,

bem como sua alimentação nesse trajeto. 18 — Não se esquece dos aparatos e festas à chegada dos índios bravos — para maior impressão civilizadora. 19 — Mostra as festas aparatosas, com músicas e jogos ginásticos aos rapazes e catecúmenos — que os Missionários devem realizar, e discorre sôbre seus efeitos. 20 — Nas grandes aldeias centrais, ao lado das escolas, haverá o ensino de artes e ofícios para todos, até para brancos e mestiços das povoações visinhas, com proteção oficial ao trabalho. 21 — Estuda a localização das aldeias, o clima e fertilidade da terra, com seus fáceis recursos, para classificar a colonização e catequese. Mostra os inconvenientes do índio bravo nascido e criado nas matas virgens ser removido de chôfre para campinas, e vice-versa, bem como os agricultores serem transferidos para lugares de caça e pesca abundantes — que os tornariam vadios e preguiçosos. E em 4 parágrafos resolve êsses substanciais problemas. 22 — As aldeias devem ser numerosas — para sua maior segurança e recursos de braços empregados na agricultura e indústria. 23 — Os Missionários impedirão o uso da aguardente e de távernas, podendo distribuí-la aos doentes e aos trabalhadores em serviços duros e penosos, se entenderem conveniente. 24 — Aconselha a paciência e contemplação à indolência dos índios na aprendizagem da agricultura, mostrando a necessidade de sua formação evolutiva. E para derivativo, nota que poderão ser êles aproveitados, intercaladamente àquêles serviços, como tropeiros, pescadores, piões, campeiros e pedestres. Discorre sôbre o aproveitamento de suas tendências para as derrubadas de matas, transporte de madeiras, aberturas de valas, de caminhos e picadas, e outros trabalhos pesados. Mas, a habilidade individual é a base dêsse estudo prático. 25 —

Aconselha o uso do arado e de instrumentos agrários modernos. 26 — A manutenção da aldeia será orçada pelo Missionário — que nos anos férteis fará reserva de farinha, milho e feijão. 27 — Determina o tamanho das roças para produção abundante a essa manutenção. 28 — Institui uma Caixa de Economia às famílias e jornaleiros, para a qual entrará parte dos dízimos da produção geral das terras, depois de seis anos, até doze anos — que é o seu único tributo. 29 — O governo fornecerá todas as ferramentas e objetos de trabalho aos aldeados. 30 — O Missionário, além da agricultura necessária, fará plantar algodão, tabaco, mamona e amendoim para azeite; café, linho e cânhamo — segundo o clima e natureza do terreno, para servir ao comércio nacional. 31 — Animará igualmente a criação de gado vacum, cavalari e de porcos, carneiros e cabras, ensinando os seus préstimos e rendimentos. Discorre longamente sôbre os benefícios de seus alimentos na formação da criança e na constituição da raça civilizada. 32 — O Missionário, antes de fornecer as cabeças de gado para criação a todos aquêles que revelarem desejos sinceros de criar, mandará primeiro que façam currais e poteiros, com ranchos adequados. Ensinará e orientará a criação. 33 — Orientará também o prazer e confôrto da civilização, premiando os esforçados e escolhendo os Maiores e Camaristas da Aldeia. Aos recalcitrantes imporá certa multa que será recolhida à Caixa Pia de Economia Coletiva. 34 — Fiscalizará a criação das crianças, impedindo que as mães as alimentem com seu leite por tempo indefinido. Relata, então, que há tribus que usam alimentá-las com leite materno por seis a sete anos, enfraquecendo a raça e a natalidade. 35 — Instituirá as vacinas contra as bexigas e zelará pelo estado sanitário da aldeia, criando isolamentos

e enfermarias retiradas — para que assim se evite epidemias e contaminações. 36 — O Missionário procurará estabelecer relações entre as aldeias diferentes e com as povoações civilizadas, não só para garantia e segurança delas — como ao seu abastecimento e comércio. Os Governos Provinciais, até com sacrificio, concorrerão para isso. 37 — Criará mercados e feiras, em dias certos, sob as vistas do Maioral e Pároco. Discorre sôbre a repressão aos abusos e lôgros, aos contratos de compra e venda ruinosos, à lesão enorme, e sôbre o modo de ação da justiça. 38 — Especifica os contratos de locação de trabalho — que terão a aprovação do Pároco e do Maioral da aldeia, o seu prazo, pagamento, etc.. 39 — Estabelece prêmio para quem matar animais ferozes ou tirar formigueiro da visinhança da aldeia. 40 — Ordena que os Missionários e Justiças visinhas se ajudem na repressão dos crimes e desordens, e no desenvolvimento do progresso coletivo. 41 — No caso de necessidade pública do trabalho dos índios, orienta a formação das turmas e a constituição das escalas ou turnos, com o tempo de serviço e respectivo pagamento. 42 — O Missionário ou Pároco fará o recenseamento dos seus habitantes, com o caráter, indústria e aptidão de cada um. Especificará a quantidade e qualidade da terra cultivada por famílias, e as obras de indústria de cada uma destas. No fim do ano remeterá uma tabela exata ao Tribunal Provincial encarregado do govêrno de todas as Missões e aldeias de índios da Província. 43 — Criação de um Tribunal Superior para superintender a administração eclesiástica e civil das aldeias de todas as Províncias brasileiras. Em cada uma destas haverá um Tribunal Conservador dos índios, composto do Presidente da Província, do Bispo, do Magistrado Civil de maior al-

çada da Capital, de um Secretário e de Oficiais, pagos pela Caixa Geral do produto das rendas das terras e de outros lucros extraordinários. 44 — Em doze parágrafos dá a organização, competência, função e ação d'êste Tribunal Superior, num misto de administração, prevenção e repressão — sob a égide da justiça e do progresso da civilização nacional. E' uma espécie de Ministério, com o acréscimo de decidir recursos judiciais, que acompanhará também a evolução do progresso, modificando e ampliando o Regimento Geral da catequização e civilização dos índios. E' a cúpula reorganizadora e fiscalizadora dos complexos serviços materiais, morais e sociais d'êste formidável trabalho de José Bonifácio.

Passam-se os anos. A população indígena do Brasil é dizimada. Sómente a 7 de setembro de 1910 o Governo Republicano tratou de organizar o Serviço de Proteção aos Índios, baseado neste compêndio do Patriarca. Sómente um século mais tarde, pelo Decreto 5.484 de 27 de junho de 1928, êsse Serviço foi definitivamente organizado, tendo como Diretor o General Cândido Mariano Rondon. Sómente agora soube o Brasil cumprir a obrigação para com seus filhos nativos e remir a falta em que estava para com o sábio patrióta.

José Bonifácio mandou também uma representação à Assembléia Constituinte e Legislativa sôbre a Escravatura.

Estudo monumental sôbre o tráfico africano — que era a chaga sangrante e horrível do Brasil, visa melhorar a sorte dos cativos e de promover a sua progressiva emancipação. Trazendo à luz meridiana a imoralidade do regime escravocrático, analisa num vasto e argumentado preâmbulo, os males por êle pro-

duzidos. Evidencia a incompatibilidade da religião e da dignidade da família brasileira — com o regime da escravidão. E o maravilhoso é que o Patriarca teve a coragem de atacar de frente o princípio consagrado de que o escravo não possuía atributos morais e jurídicos. O seu gênio político, misto de audácia e oportunismo, satisfazia a um tempo os reclamos humanitários e às exigências econômicas da época. Estas não permitiam, absolutamente, a libertação incondicional e total, pois o país estava saindo da luta da independência e não podia dispensar o trabalho servil. A falta de braços sempre foi o seu grande mal.

José Bonifácio, com a visão real das coisas, mantendo embora a escravidão já existente, criava para o cativo uma situação superior à da animalidade, à qual o prendiam prejuízos seculares, agravadores da dureza do Direito Romano.

Começa atacando o comércio de escravos, contra a natureza, contra a razão e o sentimento, para mostrar o exemplo da Inglaterra que o aboliu e fez a emancipação sem prejuízos econômicos de suas Colônias. E diz:

— “Se o antigo despotismo foi insensível a tudo, assim lhe convinha ser por utilidade própria: queria que fôssemos um povo mesclado e heterogêneo, sem nacionalidade e sem irmandade, para melhor nos escravizar. Graças a Deus e à nossa posição geográfica, já somos um povo livre e independente.”

Descreve com tintas vias os roubos, incêndios e guerras que fomentamos entre os selvagens da África, e a dantesca travessia dos navios negreiros. Mostra a agonia em que os infelizes vêm viver no trabalho do Brasil. Historia a vida de Portugal desde

os descobrimentos e conquistas para frisar que sempre êle comerciou com escravos. Prova que os negros são homens, são sêres criados por Deus, possuidores de inteligência e coração; e que a cobiça e a perversão acabaram com a compaixão, humanismo e ternura. Analisa as razões dos traficantes, para afirmar que são elas atentados contra as leis eternas da justiça e da religião. Compara o escravo da história grega e romana com os atuais, para realçar que aquêles, instruídos e civilizados, não sofriam a milésima parte dos horrores e atrocidades em que êstes vivem. E como resultado dêste absurdo “nós tiranizamos os escravos e os reduzimos a brutos animais, e êles nos inoculam, e em nossas famílias, toda a sua imoralidade e todos os seus vícios”. E a família se degenera e a religião se transforma em superstições, bruxarias e abusos anti-sociais. O exemplo do escravo sem honra e na religião da macumba — destrói a educação e a moral brasílicas, reduzindo desde os eclesiásticos ao Magistrado e aos fidalgos, a entes corrompidos pela riqueza, a sêres venais, sem virtude e sem justiça, na vida exclusiva de luxo e corrupção. Analisa a vida nacional, em considerações chibateantes, através da agricultura e da produção, para afirmar que o escravo é dispensável, como até a Índia e a Conchinchina o dispensam. Prova que os 40.000 escravos que entram anualmente, não aumentam a população brasileira, pois o equivalente morre de miséria, torturas e desespero. E a indústria é prejudicada, eis que os senhores de escravos vivem na inércia e na devassidão; e com falso pundonor — dão máu exemplo aos estrangeiros que aqui se estabelecem. As artes não melhoram, as máquinas são recusadas, tudo se estaciona, pois o escravo supre tudo!... Estuda a produção da lavoura, retrograda e estacionária; as moléstias, fugas,

mortes e banditismo, concluindo que a escravatura é prejudicial à própria fertilidade da terra — entregue à ignorância e desmazelo. E faz o paralelo com a vida do braço livre, na agricultura e indústria modernas.

Estuda a devastação das matas — com prejuízo real ao futuro do Brasil, pela facilidade e ignorância do escravo. Divaga sobre Direito de propriedade e o da liberdade pessoal, para atacar a lei civil que não reprime o comércio da carne humana, “êsse cancro que rói as entranhas do Brasil”. E depois de fundamentar, com veemência, a urgência da extinção do tráfico da escravatura africana, trata da melhoria da sorte dos escravos existentes — como base da emancipação final. Discorre sobre a transformação de vis escravos em homens dignos da liberdade. E no estudo de sua gradual evolução, protegidos contra os horrores da tirania escravocrata e aumentados os seus gozos domésticos e civis, o escravo alcança o ponto da dignidade de homem e cidadão, em civilização progressiva e constante. E terá conquistado a igualdade de direitos nossa. Faz a apologia dessa conquista humana. Dizendo ter se abeberado dos conhecimentos dos Dinamarquêses e Espanhóis e da legislação de Moisés, que foi o único na antiguidade a se condoer da sorte miserável dos escravos, a fim de os fazer amigos e defensores do novo Estado dos Hebreus, apresenta o projeto de lei em 32 artigos. Depois de tratar da extinção do comércio da escravatura, estabelece um esbôço de matrícula — que foi afinal decretada em 1871 pela “lei do ventre-livre”. Cuida, em seguida, da alforria, instituindo o direito do escravo se libertar mediante certo preço que, se não fôsse previamente fixado no registro, seria arbitrado por juizes populares. Consagra, assim, nos artigos 3, 4 e 5, um direito e

uma garantia legal. Trata no artigo 7 da libertação gratuita e da indenização em trabalho, quando um terceiro o venha forrar. Depois da libertação gradual e a prazo, humaniza-se em enfermagem e sustento dos velhos e doentes alforriados; e diz no artigo 8.º:

— “Todo senhor que forrar escravo velho ou doente incurável, será obrigado a sustentá-lo, vesti-lo e tratá-lo durante sua vida, se o fôrro não tiver outro modo de existência; e no caso de o não fazer, será o fôrro recolhido ao hospital ou casa de trabalho à custa do senhor.”

E’ o caso da aposentadoria ao empregado, na legislação do Estado Moderno.

Proíbe a venda de escravos casados sem a mulher e os filhos menores, ou da escrava não casada e seus filhos dessa idade. Manda o Estado ceder terras de cultura e socorros aos alforriados sem ofício ou modos certos de vida. Obriga o pai livre a dar liberdade à amiga escrava e aos filhos — que educarão até a idade de quinze anos. (Até então os Tribunais decidiam o contrário, pois o escravo era coisa). Cria o direito do escravo ao seu pecúlio e trata da sua herança. Reprime os castigos impostos pelos senhores. Regula a queixa do escravo que prova ao Juiz ter sido cruelmente maltratado pelo seu senhor, caso em que pôde procurar outro dono; e se estiver estropiado ou mutilado, será imediatamente fôrro pela lei. Estas disposições combatem os horrores do máu cativeiro, com humanitarismo e justiça. O artigo 15 confere ao escravo o direito de testemunhar em juízo, não contra os senhores, mas contra os alheios. Os artigos 16 a 19 visam a importante questão do trabalho dos menores e o período de gestação das mães, que o moderníssimo direito trabalhista incluiu em suas leis e

preceitos. Sómente agora existe a proteção legal ao menor de 14 anos, a determinação das horas de trabalho a todos os operários e empregados, e o amparo à gestante — que pelo projeto ficaria fôrra ao quinto filho. No artigo 20 estabelece que o senhor não pôde impedir o casamento do escravo com mulheres livres ou com escravas suas, uma vez que aquelas queiram morar com os maridos escravos, ou que estas queiram casar de livre vontade. Nos artigos seguintes autoriza ao Estado: exigir dos senhores de engenho e fazendeiros dois têrços de seus escravos casados; dar providências para a instrução moral e religiosa dos cativos e alforria àquêles que servissem Párcos e eclesiásticos; pôr em execução as leis policiais contra vadios e mendigos — para evitar a falta de braços à lavoura. Nas munimissões que se fizerem pela Caixa de Piedade, serão preferidos os mulatos aos escravos, e os crioulos aos da Costa d'África, sendo que o dia destas munimissões será de festas solenes, com assistência das autoridades civis e eclesiásticas. Concede benemerência, mercês e condecorações aos senhores que alforriarem mais de oito famílias de escravos e lhes derem terras e utensílios necessários à nova vida. O Govêrno criará Caixas Econômicas em todas as Províncias, como as de França e Inglaterra, onde os escravos depositem suas economias para render, o que facilitará o amor ao trabalho e sua felicidade doméstica. O artigo 29 legisla sôbre as Caixas de Piedade em sete parágrafos: trabalho dos rendimentos das missas, batismo e casamento fóra da igreja, legados pios, bens vacantes, dízimos dos rendimentos das Irmandades e Confrarias, rendas dos Conventos e Mosteiros, jóias dos que obtiveram mercês de Hábito de Cristo, honras e foros passados pela Mordomia-Mór do Império. E discrimina a percentagem de suas contribuições —

para a vida e refôrço da Caixa. Esta Caixa terá autorização de receber e administrar legados e doações que se lhe façam. No artigo 31 trata do Conselho Superior Conservador dos Escravos, que haverá na Capital de cada Província — e de sua composição e competência. Cria u'a mesa em cada Vila e Arraial, composta do Pároco, Capitão-Mór e Juiz de Vara branca ou ordinária, ou de um homem bom e probo em sua falta, escolhido pelo Conselho, mesa essa que decidirá sumariamente dos negócios e causas de sua competência, com apelação e agravo para o Conselho Superior — que também decidirá sumariamente afinal. Determina os procuradores e fiscaes natos da lei — que são os Juizes e Andadores das Irmandades e Confrarias dos homens de côr que existirem nas Capitais, Vilas e arraiais das Províncias.

José Bonifácio, depois dêste projeto explica longamente a sua idéia avançada, no panorama geral da vastíssima Pátria, que quer seja forte, una e indivisível. E em eloquente peroração mostra que sem estas providências o Brasil nunca terá sua independência, nunca defenderá sua Constituição, nunca aperfeiçoará as raças existentes, nunca formará um exército brioso e uma florescente marinha.

— “Sem liberdade individual não pode haver civilização nem sólida riqueza; não pôde haver moralidade e justiça; e sem estas filhas do Céu, não haverá brio, fôrça e poder entre as Nações. Que uive o egoismo e ronque a vil cobiça! Que essa indignação e êsses gritos perversos sejam para nós estímulos de triunfos — seguindo a estrada límpida da verdadeira Política, que é filha da Razão e da Moral!”

O Patriarca queria também demonstrar que o trabalho livre era de muito maior proveito à sua Pátria.

Daí o ter incumbido ao representante do Brasil na Inglaterra, Felisberto Caldeira Brant Pontes, mais tarde Marquês de Barbacena, o contrato de agricultores. E essa ordem de 4 de outubro de 1822 foi por êste cumprida a 16 de janeiro seguinte — com a remessa pelo navio “Lawpin” dos cinquenta cultivadores arranjados pela firma Dobson e Balter de Londres. Depois, a 29 de março, Caldeira Brant comunicava-lhe a remessa de mais duzentos agricultores por dois navios que iria fretar. Já a 26 de dezembro escrevera Barbacena a Antonio V. Meireles Sobrinho, em Liverpool, que, desejando o Patriarca provar aos compatriotas ser a cultura feita por braços livres muito mais vantajosa do que a de braços africanos, o encarregara de lhe remeter ao menos seiscentos cultivadores ingleses, com a maior brevidade. E pela vizinhança da Irlanda, como pela frequência de navios de Liverpool para o Rio de Janeiro, Meireles ficava encarregado de os contratar.

E essa primeira colonização oficial estrangeira, que deu ótimos resultados, foi assim iniciada pelo grande paulista.

Essas generosas idéias, de uma civilização avançada, em prematura concepção de tão humanitárias medidas, dão a José Bonifácio, ao lado do título de sabio, o de Pai Benemérito da Pátria.

La Play, em seu livro “*Ouvriers Europeens*”, acha que o Brasil lhe devia erigir estátuas. Escreve êle:

— “Le jeune portugais Msr. D’Andrada, a fait de telles découvertes, que son pays devrait lui dresser des statues qui puissent perpétuer e transmettre aux nouvelle générations la memoire imortelle d’un des plus grands savants d’une époque si feconde en grands hommes.”

Estas palavras, ditas sinceramente ante sua ciência e descobertas mineralógicas, servem também ao pensador patriota que tudo previa ao engrandecimento e civilização do seu Brasil.

(6) Entre os apontamentos de José Bonifácio foram encontradas estas idéias sôbre a organização política do Brasil:

“Os poderes do Estado serão divididos: 1.º — pela assembléa geral dos deputados; 2.º — pelo Senado; 3.º — pelo Sindicato; 4.º — pelo archontado e três cônsules com os Secretários de Estado.

Os deputados serão eleitos dos cidadãos ativos do Estado em número proporcional aos dos cidadãos em geral, 1 por 20 mil; deverão ser maiores de 25 anos e exercerão suas funções por 4 anos.

Os senadores serão em número de metade dos deputados, eleitos pelos cidadãos e vitalícios; deverão contar no mínimo 40 anos de idade. O Sindicato ou Conselho Público será composto de 20 membros nomeados pelo Senado, em listas tríplices e escolhidos destas pelo Govêrno supremo ou archontado; deverão contar mais de 60 anos. O Archontado será composto do archonte-rei, vitalício, que será escolhido pelos colégios eleitorais de todo o Estado; e de 4 cônsules, que serão propostos pela assembléa em listas tríplices e escolhidos pelo Senado, e servirão por 4 anos. Um dos cônsules atenderá aos negócios públicos da guerra, da marinha e dos estrangeiros, outro os da justiça e eclesiástico, outro os do interior e fazenda, e o 4.º os da polícia. Decidirão, tudo, porém, em conselho.

Os deputados terão soldo da caixa dos dízimos e décima dos bens urbanos. Os senadores perceberão um têtço mais do que os deputados, o qual sairá da mesma caixa. Os membros do Sindicato terão por soldo a contribuição por cabeça de cada pai de família, de duas onças de prata.

Para o número de deputados não será excluído do censo o número de escravos, “pois são homens e objetos de proteção constitucional e de uma nova legislação”.

O território será dividido em províncias, distritos eleitorais, cidades e vilas. Cada província terá um presidente, cada distrito um intendente e cada cidade ou vila um sândico ou maioral.

Toda a Nação será dividida em tribus com seus nomes e insígnias, com seus registros, onde se mencionem a idade e bens.

Cada tribo fará um distrito eleitoral que deverá conter, pelo menos, 20 mil cidadãos capazes de votar, não podendo esse número ultrapassar de 45 mil. Os criminosos, os loucos, os que vivem de soldada e os mendigos não podem ser eleitores.

A bondade de qualquer constituição é que esta seja a melhor, que a Nação possa e queira receber. Que constituição mais livre do que a francesa do ano 3 (1795), e contudo acabou logo, porque o geral da nação a não quiz receber. Assim, as melhores instituições absolutamente não são as melhores relativamente. Tudo é filho do tempo e das luzes. Os homens são entes sensíveis e das circunstâncias, e não entes de razão ou idéias de Platão.

A melhor constituição é aquela que conserva os homens em paz e amizade, e defende e garante os direitos políticos e civis,

A monarquia absoluta é na realidade uma aristocracia encoberta e por isso tem todos os males do despotismo e da própria aristocracia. A constituição não reconhecerá, portanto, nobreza privilegiada e legal.

Não haverá tropa de linha, mas milícias bem organizadas para a guerra, e guarda-cívicos para a policia das cidades e vilas. Haverá companhias de lanceiros a pé e a cavalo. Todo cidadão de 25 a 40 anos é soldado nato.

Nenhum padre, depois de ordenado, poderá ter benefício ou cura de almas, sem primeiro ter ensinado por 2 anos à mocidade as primeiras letras ou a língua latina, segundo seus talentos.

DISSOLUÇÃO DA ASSEMBLÉIA — PRISÃO E DEPORTAÇÃO DO PATRIARCA

Desafogado de José Bonifácio, o elemento português acercou-se do Imperador. E tanto no Paço como nas ruas, êle o aplaude nos atos suspeitos aos nacionais. Na Assembléia, apinha-se nas galerias em manifestações de desaprêço aos deputados nacionalistas. E começa a acoroçar D. Pedro contra os brasileiros. Previa-se que o Imperador iria tentar os dois tronos, pois sua política era agora de aproximação ao elemento luso.

No Rio Grande do Sul aclamava-se o Imperador, não como constitucional e sim com veto absoluto. O Congresso, possuidor de informações officiais, levanta um protesto indignado contra aquella guarnição militar; e resolve mandar abrir sévêra devassa, com retirada dos officiaes envolvidos e suspensão do Presidente da Junta. Diante da reacção justa, D. Pedro I lançou uma proclamação verberando o atentado. Mas, levado pelos portuguezes, começou a afastar dos postos eminentes os elementos nacionalistas. Nesse meio tempo chega ao Rio a noticia da revolução absolutista de Portugal, chefiada pela Rainha D.^a Carlota Joa-

quiza e seu filho D. Miguel (29 de julho). Era a contra-revolução ao govêrno demagógico das Côrtes, que preferia o despotismo antigo ao despotismo constitucional.

D. Pedro vibrou de entusiasmo; e mandou publicar a notícia no Diário do Govêrno sob a rubrica: "Noticias Nacionais". O deputado pela Paraíba, Joaquim Manuel Carneiro da Cunha estranhou o fato e, da tribuna, verbeou a afronta — pois o Rei de Portugal nada tinha com o Brasil. D. Pedro não se importou com o protesto e mandou fazer publicações chamando de heróis aos patrícios que haviam derrubado o regime constitucional. E ordenou, por Portaria do ministro da Guerra, que ingressassem no exercito os romanescentes portuguezes das tropas do General Madeira.

Com isso, todos viam que a demissão do Patriarca rompera a linha de conduta americana e levava Brasil a novos e desorientados rumos. Porisso, a Assembléia e o jornalismo entraram a combater o Imperador — que somente atendia à sua amante D. Maria, por sua vez orientada por Costa Carvalho. Os ministros nada mais valiam. O descalabro era evidente. Estava prestes a estourar uma agitação nacional, quando ato providencial veio reconciliar o Imperador com a Nação. Foi o caso de, vencedora a revolução e restaurado o trono absolutista, D. João VI mandar o Marchal de Campo Luís Paulino Pinto da Fonseca mostrar ao Brasil que as Côrtes — que tanto mal lhe haviam feito, estavam desaparecidas, pelo que poderia haver um acomodamento entre os dois países. Esse emissário chegava no brigue corrcio "*Treze de Maio*" para dizer ao General Madeira de Melo que suspendesse as hostilidades. Como êste já tivesse sido vencido e expulso da Bahia, Luís Paulino rumou para

o Rio, aí aportando a 7 de setembro de 1823. Este Luís Paulino nascera na Bahia e como deputado às Côrtes combatera as aspirações brasileiras. Emissário suspeito, portanto; e D. Pedro respondeu-lhe que sómente o atenderia se viesse expressamente reconhecer a independência nacional. Luís Paulino titubeou que êsse poder fôra delegado a uma comissão que chegaria breve ao Guanabara, como de fato chegou pela corveta "*Voador*". D. Pedro, com o parecer da Assembléia, não recebeu a embaixada e apreendeu a corveta como prêsa de guerra. Ainda foi o Patriarca quem aconselhou Carneiro de Campos a essa medida radical, pois do contrário haveria conflagração no Brasil.

O Marechal Luís Paulino e a comissão tiveram de embarcar imediatamente de regresso para Portugal.

Êsses acontecimentos amorteceram o combate ao Imperador. Mas, como o elemento lusitano afastado pelo Patriarca continuasse a dominar, o povo se voltou para a Assembléia como única e possível garantia dos seus direitos soberanos e sua única válvula de protesto.

Diante da arrogância da Assembléia, que dia a dia mais popularidade conquistava, os Ministros se acobardaram e ela iniciou a invasão das atribuições do Poder Executivo; e assim, recaiu nos mesmos e perigosos defeitos das Côrtes lusitanas.

O jornalismo comentava e atacava, os debates sôbre a Constituição prosseguiram, a folha "*Sentinela da Liberdade*" combatia o predomínio português sôbre o nacional e criticava o elemento luso do exército.

Certo dia dois oficiais superiores foram a cavalo ao Largo da Carioca, apearam à porta da farmácia

de David Pamplona e, atribuindo a êste tais artigos, espancaram-no brutalmente. O fato produziu escândalo. O crime foi discutido na Assembléia como atentado à liberdade política e à soberania da Nação. Conflitos estouraram nas ruas. Caetano Pinto de Miranda Montenegro, Ministro da Justiça, e João Vieira de Carvalho, Ministro da Guerra, alegando serem filhos de Portugal, pediram demissão. O povo correu para a Assembléia, onde orou Antonio Carlos — que exigia inquérito e expulsão dos culpados. Discurso notável e belo. Martim Francisco, também deputado, secundou-o com energia. D. Pedro assistiu a ovação aos dois Andradas, estomagou-se com êles. Diante disso, Carneiro de Campos, Ministro do Império e Estrangeiros, e Nogueira da Gama, Ministro da Fazenda, solicitaram demissão. O Imperador chamou para organizar Gabinete a Francisco Vilela Barbosa, depois Marquês de Paranaguá, aquêlê deputado brasileiro às Côrtes de Lisbôa que ameaçara “atravessar a nado o oceano, com a espada nos dentes, para bater os rebeldes patricios independentes”. A inquietação augmentou. O Gabinete era suspeito. A agitação propagou-se às ruas. D. Pedro ordenou a concentração das tropas em São Cristóvão. No dia seguinte o povo rodeou a Assembléia para indagar o que havia. Antonio Carlos faz uma indicação para saber do Imperador o motivo dessa concentração. Pedia, ao mesmo tempo, providências sôbre a segurança da Assembléia. Em meio da discussão o Secretário da Mesa, Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida, deputado pela Bahia, recebe um officio do Ministro comunicando que os officiais queriam providências sôbre os insultos da imprensa que, além do mais, atacava Sua Majestade. Discutido o assunto, foram pedidos maiores informes ao Imperador. Como, a instâncias de António Carlos,

a Assembléa estivesse em sessão permanente, veio a resposta do Paço a uma hora da madrugada. Informava que os jornais agressivos eram o "*Tamôio*" dos Andradas e a "*Sentinela da Liberdade*" em que possuíam também bastante influência. José Bonifácio analisou o officio, censurando-o da tribuna. Os deputados discursavam sôbre a proximidade das tropas. Nicoláu Vergueiro teve a idéia de solicitar a presença do Ministro para explicar êsse aparato de força e evitar a continuação exaustiva da discussão. E depois de uma noite inteira em discursos e expectativas, sómente às 11 horas do dia seguinte appareceu o Ministro Vilela Barbosa, fardado e de espada, para dizer que a tropa exigia a dissolução da Assembléa e expulsão dos Andradas. A discussão subiu ao auge. Em meio dessa agitação, há o aviso de que o Brigadeiro José Manuel de Moraes, comandante da Guarda de Honra, se encontrava no recinto. Uma comissão foi recebê-lo. E o Brigadeiro apresentou o decreto da dissolução da Assembléa, assinado pelo Ministro da Justiça Clemente Ferreira França "a vergonha da toga, o magistrado mais corrompido do Brasil" no dizer de Vasconcelos Drummond, e pelo octogenário Ministro da Guerra — General José de Oliveira Barbosa.

Batia uma hora da tarde de 12 de novembro de 1823. O Brigadeiro Moraes, por ordem do Imperador, prendeu à porta da Assembléa, Antonio Carlos, Martim Francisco, Belchior Pinheiro, Francisco Gê Acaiaba Montezuma e alguns outros deputados — que foram recolhidos à fortaleza da Lage. José Bonifácio foi procurado em sua residência. O official avisou-o de que recebera ordem de o acompanhar ao palacete do Campo de Santana, onde o Imperador o esperava; e contou-lhe da dissolução da Assembléa. Ele, que estava jantando, tomou seu carro e, em meio cami-

nho, viu outro oficial que apparecera a galope mudar-lhe a direção. Ao aprear-se no Arsenal de Marinha — fala ao Brigadeiro Moraes que o prendia:

— “Diga ao Imperador que estou com o coração maguado de dor, não por mim — que estou velho e posso morrer hoje fuzilado ou amanhã de qualquer moléstia, é coisa indifferente; mas é por seus filhos innocentes que eu choro. Trate de salvar a Corôa para êles, porque para si está perdida desde hoje. A sentença êle mesmo a lavrou, e não se pôde subtrair aos seus effeitos; porque se o castigo da Divindade é tardio, êsse castigo nunca falta.”

E o Patriarca da Independência, removido para a fortaleza da Lage, foi atirado a uma prisão subterrânea, úmida e suja, sem cama e com um pedaço de tapete arrancado à Capela do Forte — para lhe servir de leito à cabeça veneranda. Era a paga de todo o seu extraordinário trabalho pelo Brasil.

O Imperador estava no palacete do Campo de Santana, rodeado dos Ministros, comensais e tropa, na hora da dissolução da Constituinte.

Iludiu a fôrça dizendo que a Assembléia queria deportá-lo e reduzir os direitos do trono. E com a vaidade de vencedor, fêz uma passêata pela cidade, com ramos de café nos chapêus e barretinas. Mas as casas brasileiras fecharam as janelas à sua passagem.

A dissolução da Constituinte foi obra exclusiva da reação contra o nacionalismo construtor dos Andradas. Todos os motivos alegados para fundamento dêsse ato violento e impatriótico, são falsos pretextos.

José Bonifácio manteve a unidade nacional que as Côrtes de Lisbôa queriam dividir em dezoito pedaços territoriais sob as ordens de dezoito generais lusi-

tanos dependentes exclusivamente delas. Sustentou o crédito do país, conseguiu recursos para todas as despesas da luta, sem sobrecarregar o povo de impostos. Enfrentou o poder onipotente do Soberano Congresso lusitano e venceu-o, tudo com talento, firmeza e habilidade. O país estava anarquizado quando assumiu a suprema direção política nacionalista. O norte — dominado pelas forças portuguesas, só recebia ordens de Lisboa. O sul encontrava-se sujeito às Juntas Governativas constituídas de elementos portugueses. Os simpatizantes do Príncipe — não agiam contudo contra Portugal, pelo que não podiam inspirar confiança. E para conservar esta unidade territorial e nacional, quantos prodígios de sabedoria e de ação também junto a D. Pedro, para que não compromettesse com sua impulsividade o seu ideal de independência!...

Todos os historiadores são acordes em que somente êle conseguira dominar o espírito ingovernável do Príncipe e levá-lo pela mão a realizar, ao fim de sete meses de Ministério, a independência nacional. Com paciente trabalho, prudentemente realizado, incompatibilizou D. Pedro com Portugal; e a despeito da comprovada incapacidade dêste, deu-lhe a glória de libertador de um grande povo. Por tudo isso, foi apelidado “o patriarca da independência”.

No dia seguinte D. Pedro corrigiu o decreto de dissolução e reorganizou o Ministério — pois alguns ministros não o quiseram assinar. Pedro de Araújo Lima substituiu Vilela Barbosa — que passou para a Guerra, entrando para a Pasta de Estrangeiros, Luís José de Carvalho e Melo. Para disfarçar a ditadura, nomeou um Conselho de Estado a fim de apresentar o projeto oficial da Constituição. Em virtude da deliberação dêste Conselho — que era formado dos ministros e mais, de Antonio Luís Pereira da Cunha,

Desembargador do Paço, Carneiro de Campos, Barão de Santo Amaro, Nogueira da Gama, Vilela Barbosa — na Marinha, Brigadeiro José Gomes da Silveira Mendonça, depois Marquês do Fanado, na Pasta da Guerra, e João Severiano Maciel da Costa — que substituiu Araujo Lima na Pasta do Império, foram deportados para a Europa o Patriarca e seus irmãos Antonio Carlos e Martim Francisco e mais: José Joaquim da Rocha, Francisco Gê Acaiaba Montezuma e o Padre Belchior Pinheiro, embarcados a bordo da char-rúa “Luconia”, a 20 de novembro. Tinham a pensão de Cr\$ 1.200,00 (mil e duzentos cruzeiros), sendo que os Andradas estavam paupérrimos.

“A História não apresenta exemplo de Soberano algum que não sacrifique alegremente a felicidade e a vida de um súdito, quando julgue lhe ser útil isso”.

E o Patriarca que assim escreveu, ia — com seus companheiros da independência, expulso por essa forma da Pátria que criaram...

EXÍLIO

Embarcados na velha charrúa “Luconia”, partiram rumo da Europa. O comandante, Capitão Estanisláu Barbosa, português, propôs ao Govêrno levá-los não ao Havre e sim para Lisbõa. Depois de dois meses e meio de horrível travessia, tentou entregá-los ao govêrno inimigo indo fundear no Tejo. O imediato do navio se opôs a essa traição, pelo que o fêz rumar para Vigo, onde arribou a 12 de fevereiro de 1824.

Tempestades assustadoras, falta de confôrto e de segurança, excessivo calor e a viagem que não parecia ter fim. Depois dos horrores do mar, os horrores da Espanha. Dois dias após a chegada, o Governador de Corunha deu-lhe ordens de ancorar sob as baterias do pôrto, desenvergar os panos e descer os mastarêus; e a Junta de Saúde rodeou-a. No dia 19, sob aparatoso movimento bélico de terra e mar, arrancaram-lhe o leme e intimaram-na a arrear a bandeira verde-amarelo, bem como os panos da vérga. A 21 os passageiros pediram ao Governador Geral da Província de Tuí licença para desembarque. Não foram atendidos. A 24 a Junta Suprema de Saúde mandou pôr de

quarentena a "Luconia". E sómente a 13 de março consentia que os passageiros se comunicassem com terra. Enquanto isso, avisava as autoridades portuguesas da prisão do semi-desmantelado navio brasileiro, pelo que esperava a todo o momento que um seu navio de guerra viesse prendê-los. Efetivamente surgiu a corveta portuguesa "Lealdade" em Vigo, pretendendo aprisionar o velho calhambéque. O Cônsul francês avisou José Bonifácio da infâmia. Os passageiros da "Luconia" revoltaram-se e, apoderando-se da Praça de Armas de bordo, ameaçaram de pôr a pique a char-rúa. Sabendo que a "Luconia" iria partir no dia seguinte, a "Lealdade" saiu do pôrto e ficou rondando ao largo. Com a ordem de partida da "Luconia", os passageiros protestaram junto ao Governador, pois não estava ela em condições de navegabilidade e iria ser aprisionada pela corveta portuguesa; declararam que sómente partiriam em navio neutro, ainda que o tivessem de fretar. Caso contrário, apresentavam-se à prisão e a Espanha que os entregasse diretamente a Portugal, como pretendia, e carregasse depois a responsabilidade da nefanda ação. Nem mesmo diante dêste protesto o Governador D. Nazario Enguia se dignou dar resposta. Renovaram-no a 17, mas nem uma palavra conseguiram da autoridade espanhola.

Desimpedidos da quarentena, Martim Francisco e o Padre Belchior Pinheiro desceram à terra, a 19 de março, para se entenderem com o Governador. Com isso, alvoroço dos espanhóis. Apreenderam o escaler, prenderam sua guarnição e foram buscar o Capitão do "Luconia". E o Governador ordenou-lhe nova quarentena. O Capitão Barbosa limitou-se a novo protesto. A 21 resolvia o Governador dar ordens de partida da "Luconia", por não haver moléstia a bordo.

José Bonifácio escreveu ao Ministro Inglês, Mr. Canning, a 22, expondo-lhe a situação; e a Inglaterra prestou fidalgamente auxilio aos exilados, atendendo o pedido de proteção e fazendo com que os illustres brasileiros desembarcassem e prosseguissem viagem para a França.

Se continuassem na "Luconia" seriam todos presos, pois a "Lealdade" bordejava ao largo, obedecendo ordens do Conde de Suberra. Gameiro Pessôa escreveu nestes têrmos a Teles da Silva, ao sabe-la aportada na Espanha:

— "A charrúa foi achada inavegável, e mando um navio daqui a Vigo para receber a equipagem e aprestos, e transportá-los ao Rio. Os passageiros partirão para a França em 19 de maio."

E de fato foi ela condenada, vendida e desmanteada ali em Vigo. O seu comandante Estanisláu Barbosa, mais tarde condenado à morte como ladrão por um Conselho de Guerra, faleceu em consequência do alcoolismo dois dias depois de sua sentença à pena capital.

Escapos do mar numa velha casca de nóz, escapos do cruzeiro da corveta "Lealdade" e das reclamações de Portugal ao Govêrno de Madrid, tinham se libertado da Espanha graças à intervenção protetora da Inglaterra. E lograram chegar a Bordeaux, a bordo do "Saint Martin" a 5 de julho de 1824, exceto Francisco Gê Acaiaba Montezuma que seguira com sua família para os Baixos Pirineus.

Logo que foram deportados, o Conde de Gestas, a 24 de novembro de 1823 avisava do Rio de Janeiro ao Chefe de Polícia de Paris dêsse embarque; e já em janeiro de 1824 o Ministro do Interior da França

comunicava a Chateaubriand, Ministro de Estrangeiros, as instruções sôbre os exilados ao Prefeito do Sena Inferior — para que os não perdesse de vista. Chateaubriand, o célebre escritor do “Gênio do Cristianismo, Atalá” etc., a 5 de março pedira, por sua vez, ao Diretor da Polícia, Franchet d’Esperay, que vigiasse essa gente revolucionária e a impedisse de regressar ao Brasil.

Também, quando chegou a Portugal a notícia do banimento de José Bonifácio, o Marquês de Palmela escrevia ao Barão Hyde de Neuville, então Ministro de Estrangeiros da França, para que puzesse obstáculos à saída dos Andradas, ao menos durante algum tempo. E’ que mantinha a esperança da reconquista do Brasil — que a presença do Patriarca impediria.

O passaporte de José Bonifácio declarava levar em sua companhia a espôsa, D.^a Narcisa Emília O’Leary, a irmã D.^a Maria Flora, a afilhada Carlota Emília Machado, um moléque — Matías, de 14 anos, e, duas criadas. Martim Francisco levava a espôsa, D.^a Gabriela Frederica (filha de José Bonifácio), duas criadas e um criado. Antonio Carlos tinha a espôsa, D.^a Ana Josefina de Carvalho, o sobrinho Francisco Eugênio e um criado. Eram datados de 19 de novembro de 1823; e chegaram sómente a 5 de julho!

Devido à intervenção de Domingos Borges de Barros o Ministro do Interior revogou o limite estabelecido em ordem de 13 de julho para residência dos exilados e permitiu que se fixassem em Bordeaux. Essa autorização Borges de Barros recebia do Diretor da Polícia a 24 de julho, sendo que esta o avisava de que ficariam êles em rigorosa vigilância até ordem em contrário.

Estabelecendo-se em Bordeaux, logo depois souberam que o "Morning Chronicle" inserira em suas colunas um artigo desfavorável aos Andradas e que "Le Moniteur" o reproduzia. Apressaram-se a rebater as malevolências do jornal inglês, em nove itens — que publicaram no "L'Indicateur" de Bordeaux a 28 de julho de 1824.

O Prefeito da Gironda comunicava a êsse tempo — ao Ministro do Interior, que tendo sido os exilados equiparados aos espanhóis, haviam recebido convite para se mudarem para o interior da França. Diante disso os Andradas apresentaram um protesto em 5 itens longos e argumentados, mostrando que eram pensionistas do Estado, vieram com passaportes passados pelo Estado e que nunca, portanto, poderiam ser equiparados a espanhóis republicanos. Sómente falsas informações ocasionariam tão lamentável confusão. Viajando em navio brasileiro, sob proteção e assistência do Brasil, sempre foram monarquistas e nunca combateram a monarquia — como dizem que os espanhóis fizeram.

Antonio Carlos e Martin Francisco conseguiram, a 20 de abril de 1825, passar o verão em Mussidan, na Dordonha. José Bonifácio estabeleceu-se em Talence, Comuna nos arredores de Bordeaux.

A 24 de janeiro de 1825 escreveu longa carta a um seu sobrinho, dignatário da Ordem do Cruzeiro, e da Casa de Suplicação, recriminando a sorte que o exilava. Analisava sua vida patriota e leal, para não compreender o motivo desta medida. A injustiça era tanta, que o Império não lhe queria pagar a pensão de 3.000 cruzados. Entretanto, se fôsse homem desleal, estaria bem com os portugueses e assim, no fastígio e na Pátria. Fala na política da Inglaterra para

com Portugal e tem esperanças de que, com isso, lucre o Brasil, firmando sua independência e o socêgo das Províncias. Pede para descobrir o paradeiro de sua livraria, coleções mineralógicas, estampas, desenhos, manuscritos, medalhas, etc., bem como de seus móveis e negócios do sítio Outeirinhos em Santos e da fazenda de gado de Parnaíba. No fim, depois de censurar o Tesouro, pede que mostre esta carta a D. Pedro — pois é sincera e franca. (Quem sabe se assim receberia a pensão).

O caso dos seus livros foi o seguinte:

Quando José Bonifácio fôra prêso em novembro, pediu a Msr. Henrique Chamberlain que guardasse em sua residência a sua valiosa livraria. Três semanas depois de sua partida, os caixões foram entregues aos cuidados do Cônsul Britânico no Rio de Janeiro. Em maio de 1824 duas pessôas chefiando negros armados de alavança e martelos bateram à porta do Cônsul inglês — onde se encontravam os 29 caixões de livros de José Bonifácio. Diziam que alguns volumes haviam sido subtraídos à Biblioteca Imperial e Pública, e documentos retirados de várias Secretarias de Estado. Queriam levá-los sem mais formalidades.

Recusando-se a consentir nessa busca extemporânea e de insólita vingança, ainda recebeu o Cônsul, a 28 de maio, o pedido do Ministro de Estrangeiros para não dificultar a investigação intentada. Avisava-o, então, e sómente agora, que o Desembargador Pinto da França estava encarregado dessa diligência.

No dia seguinte Chamberlain enviava a Carvalho e Melo duas notas: na primeira propunha que o governo brasileiro examinasse os livros depois que o encarregado de confiança do Patriarca os retirasse da sua residência; na segunda, estranhava a atitude das

autoridades para com os direitos de representante de nação amiga.

A 9 de junho Carvalho e Melo aceitava as notas do Cônsul e desculpava-se da perquirição com que se pretendia atacar a honra do Patriarca — num processo mesquinho, numa diligência de esbirros destituida de legalidade e de política.

Por sua vez Chamberlain declarara a Canning que se o Govêrno brasileiro insistisse na sua intenção perseguidora, retiraria o arquivo do Consulado para bordo do “Spartiate” e enviaria uma corveta à Inglaterra para comunicar a estranha e violenta disposição imperial.

Quanta coisa se passava no Brasil! . . .

Em 3 de março de 1825 informava o Prefeito da Gironda ao Ministro do Interior — que êstes estrangeiros eram muito tranquilos, saíam raramente, não recebiam visitas e não viam senão um dos seus parentes — residente à rua Palais Galien, 173 — onde mais tarde o Patriarca residiu; que êles parecem ausentes e anunciam deixar Bordeaux na bela estação para uma cidade de França onde a vida seja menos custosa.

Outro relatório, entretanto, dava-os como frequentando a Casa Cairo, estabelecimento espanhol considerado suspeito pelo govêrno.

A polícia fiscalizava-os dia e noite, desde sua chegada.

José Bonifácio e o Padre Belchior Pinheiro solicitaram ao Prefeito da Gironda permissão para visitarem parentes e companheiros em Mussidan; e a 14 de maio de 1825 o Prefeito consultava o Ministro se lhes poderia fornecer os salvo-condutos. Respondia-lhe o Ministro que não visasse passaporte algum. Mas

Antonio Carlos e Martim Francisco sempre os conseguiram para viajar.

A 24 de setembro ainda o Ministro recomendava severa fiscalização.

O Prefeito da Dordonha informava que eles eram de bôa conduta. Com isso, os dois irmãos deixaram Mussidan a 19 de outubro de 1825 para regressar a Bordeaux.

José Joaquim da Rocha e Francisco Gê Acaiaba Montezuma residiam em Paris com suas famílias.

José Bonifácio a 4 de junho de 1827 é ainda fiscalizado em sua casa, agora à rua "Chemin de St. Genne n.º 132", mais próxima de Bordeaux.

Em outubro de 1827 o relatório policial consigna de J. J. Rocha e Montezuma — "que suas opiniões são muito liberais, mas sua conduta é regular e muito circunspeta". Referindo-se aos Andradas, acrescenta:

— "On peut dire autant de leurs trois compatriotes".

E a fiscalização continuava.

Afinal, na nostalgia da Pátria, no desespero de seus temperamentos ativos e combatentes, resolveram em outubro de 1827 tentar seu regresso ao Brasil. Pareciam esquecidos por completo do Império — por que tanto trabalharam. Entenderam-se com o Prefeito da Gironda. Consultado o Ministro do Interior, recebia a autoridade francesa a resposta em 11 de março de 1828. O Ministro escrevia dizendo que Pereira da Cunha, representante do Brasil, lhe declara a 28 de novembro de 1827 que o Governo Imperial não pretendia chamá-los e que os passaportes que os Andradas haviam obtido do Prefeito devia ser-lhes cassado.

Os Andradas escreveram, então, ao Ministro refusingo as asserções do agente diplomático brasileiro.

Diante de seus argumentos, o Ministro de Estrangeiros respondia a Martignac em 5 de abril de 1828:

— “Le Gouvernement du Roi ne pouvait s’opposer au depart de M. M. Andrada: je partage intieurement a cet egard l’avis de Votre Excellence”.

Se o govêrno do Rei não se opunha à partida dos brasileiros e se o Primeiro Ministro partilhava inteiramente dessa opinião, ninguém mais os poderia prender em França.

Com essa decisão, os passaportes concedidos em 11 de março a Antonio Carlos e Martim Francisco foram mantidos e puderam êles regressar ao Brasil com suas famílias. Deixaram a França, a 26 de abril de 1828 pelo barco “Vaillant”. Sete dias antes desta partida, o jornal “Le Courrier du Brèsil” que se editava em francês no Rio de Janeiro, já noticiava o regresso dos dois Andradas — regresso êsse motivado pelo desejo de se defenderem pessoalmente no processo que se lhes armara no Rio. José Bonifácio, entretanto, ficava.

Sómente um ano depois, a 25 de maio de 1829, com o Padre Belchior Pinheiro, visava o passaporte concedido pelo Vice-Cônsul em Bordeaux. Acaiaba Montezuma também seguia de Paris para Londres — de onde regressou à Pátria.

Acontecera o seguinte com o Patriarca:

Quando os dois Andradas pediram seus passaportes, em outubro de 1827, a legação do Brasil em Paris ficou em apuros. O seu novo encarregado de negócios, Pereira da Cunha, sabedor dêsse desejo dos compatriotas ilustres, escreveu imediatamente ao Barão Damas reclamando a promessa da França lhes impedir o regresso.

O Conde de La Ferronay, Ministro de Estrangeiros, respondeu-lhe que — havendo comunicado o caso ao Ministro do Interior, êste garantira ter expedido ordens de proibição do embarque dos Andradas. Entretanto, o Vice-Cônsul do Brasil em Bordeaux informava ao mesmo tempo a Pereira da Cunha — que o Prefeito obtivera instruções do Ministro do Interior permitindo o embarque.

Pereira da Cunha corre a La Ferronay e êste informa que talvez a disposição de não embarçar a partida dos brasileiros existisse antes da sua reclamação. Mas seria renovada agora a proibição. E Pereira da Cunha, satisfeito com isso, volta a recomendar ao Vice-Cônsul que cassasse os passaportes que havia concedido levemente. O Vice-Cônsul desculpou-se de não ter consultado a Legação Brasileira a êsse respeito — porque, além de não receber ordem de negar o embarque, tinham os exilados feito a apresentação de uma citação judicial para se defenderem no processo de devassa instaurado no Rio. Diante, porém, da insistência de Pereira da Cunha, foi reaver os documentos, mas Antonio Carlos e Martim Francisco se recusaram a devolvê-los. Recorrera porisso às autoridades francêsas — que o auxiliaram.

Pereira da Cunha, satisfeito com essas providências, correu ao Conde de La Ferronay para ressaltar sua responsabilidade diplomática quanto às medidas requeridas pelo Vice-Cônsul.

La Ferronay informou-o, então, de que o Governo Francês só poderia impôr essa proibição — se os exilados houvessem violado as leis do país de hospedagem. Não se tendo dado êsse caso, poderia somente retardar a partida, mas a sua ordem chegara atrasada.

Pereira da Cunha, estupefato com a nova decisão, officiou à Côrte do Rio de Janeiro contando que tudo fizera para cumprir as Imperiais Ordens; e se dois conseguiram voltar, negaria, entretanto, formalmente o passaporte aos demais.

Pereira da Cunha tentava por todos os modos impedir o regresso dos exilados, baseado num despacho da Secretaria de Estrangeiros do Brasil, de 18 de novembro de 1823, assinado por Vilela Barbosa. Cinco anos depois, o seu zêlo ainda queria que valesse aquêlê pedido feito ante-vésperas do embarque exilador.

Antonio Carlos, em carta de 10 de março de 1826, classificava-o em post-escrito:

— “O grande besta do filho do Antonio Luís, novo encarregado nosso em Paris, teve o desaforo de escrever ao nosso Vice-Cônsul.”

No entanto, o Rio de Janeiro, em resposta à sua comunicação, recriminava-o por desconhecer os direitos dos brasileiros garantidos pela Constituição. A Côrte do Rio ia assim contra o cerbero Pereira da Cunha!

Diante dessa reprimenda, ainda êle retrucava a 2 de fevereiro de 1829 que a Chancelaria Brasileira nunca resolvera sôbre as consultas do Barão de Pedra Branca quanto à questão dos passaportes aos exilados; e que a 28 de outubro de 1824 um officio do Rio desaprovava a permissão que Pedra Branca dera de, simplesmente, poderem êles residir em qualquer parte da França.

Queria Pereira da Cunha que uma ordem política, dada por inimigo ou despeitado, ficasse valendo a vida toda — ainda que a situação se modificasse imediatamente.

Desapontado com a decisão Imperial, vendo que seu zelo excessivo e perseguidor não dera resultado satisfatório, antes fôra censurado, comunicou ao Vice-Cônsul de Bordeaux que poderia êste fornecer os passaportes a todos que quizessem.

Foi porisso, depois dessa luta tifânica de bastidores, que um ano mais tarde da partida de Antonio Carlos e Martim Francisco, José Bonifácio e os outros brasileiros seus companheiros viram desfeitas as razões dessa coação quase indefinida.

Tudo isso pelo temor da intelligência e da cultura do sábio Patriarca.

XL

ARTISTA

Nesses cinco anos e meio de degrêdo, entre os seus estudos e trabalhos científicos, José Bonifácio resolveu cultivar as Musas — que desde a infância homenageava. Fêz-se poeta. Com o nome de Américo Eliseo, escreveu e publicou um livro de poesias. Ao lado do natural lirismo de sua sensibilidade de brasileiro, vasou em estilo clássico, em odes ao gosto grego e latino, toda a amargura e todo o entusiasmo de patriota. E a têmpera de lutador americano, dessa terra heróica dos bandeirantes, deixou estampada em suas produções artísticas. Em estilo altissonante, na espontaneidade e veemência de sua inspiração, trouxe para a metrificação poética um cabedal enorme de cultura e de talento. Também, com sarcasmo e ironia cortantes, chibateou o destino e os adversários, em poesias irreverentes e arrazadoras. Os homens e política de sua Pátria ali estão escarpelados e grotescos. E o épico não excluiu o satírico.

Nesse longo e doloroso exílio, em que, ao lado da triste solidão, a sua idade avançada merecia mais homenagens e ternura, se os relatórios da constante fiscalização policial o consagraram como ativo e or-

deiro, sómente as musas lhe adoçaram as nostalgias e dores da ingratidão. Essas poesias são o atestado de que não se esquecia um momento de sua Pátria americana.

Do Brasil, sómente a Província da Bahia o não esqueceu; e quando parecia apagada a sua lembrança e abandonado o seu nome, ela o elege senador em 1826 e renova a sua gratidão elegendo-o deputado em 1828. E o Patriarca friza em célebre ode êsse acontecimento confortador: ·

ODE AOS BAIANOS

Na liberdade está a felicidade, e no valor a liberdade. Tucídides.

*Ativa Musa, ó tu que nunca insenso
Queimaste em nobre altar ao despotismo;
Nem insanos encómios proferiste
de crueis demagogos;*

*Ambição de poder, orgulho e fausto
que os servís amam tanto, nunca, ó Musa
acenderam teu êstro — a só virtude
soube inspirar louvores.*

*Na abóbada do templo da Memória
nunca comprados cantos retumbaram;
Ah! vem, ó Musa, vem: na lira d'ouro
não cantarei horrores.*

*Arbitrária fortunál Desprezível
mais que essas almas vis, que a ti se humilham,
prosterne-se a teus pés, o Brasil todo;
Eu, nem curvo os joelhos.*

*Beijem o pé que esmaga, a mão que açoita
escravos nados, sem saber, sem brio;
Que o bárbaro Tapúia, deslumbrado
O Deus do mal adora.*

*Não — reduzir-me a pó, roubar-me tudo,
porém nunca aviltar-me, pôde o fado;
Quem a morte não teme, nada teme —
eu nisto só confio.*

*Inchado do poder, de orgulho e sanha,
treme o vizir, se o grão-senhor carrega,
porque mal digeriu, sobr'olho irroso,
ou mal dormiu a sésta.*

*Embora nos degraus do excelso trono
rasteje a lesma, para vêr se abate
a virtude que odeia — a mim me alenta
do que valho a certeza.*

*E vós também, baianos, desprezastes
ameaças, carinhos — desfizéstes
as cabalas, que pèrfidos urdiram
inda no meu desterro!*

*Duas vêzes, Baianos, me escolheste
para a voz levantar a pró da pátria
na assemblêia geral; mas duas vêzes
foram baldados votos!*

*Porém enquanto me animar o peito
êste sôpro de vida, que inda dura,
o nome da Pátria agradecido
repetirei com júbilo.*

*Amei a liberdade e a independência
da doce cara pátria, a quem o Luxo
oprimia sem dó, com riso e moça —
eis o meu crime todo.*

*Cingida a fronte de sangrentos loiros
Horror jamais inspirará meu nome:
Nunca a viúva ha-de pedir-me o espôso,
nem seu pai a criança.*

*Nunca aspirei a flagelar humanos —
Meu nome acabe, para sempre acabe
se para o libertar do eterno olvido
fôrem precisos crimes*

*Morrerei no desterro em terra estranha,
— Que no Brasil só vis escravos medram —
Para mim o Brasil não é mais pátria
pois faltou à justiça.*

*Vales e serras, altas matas, rios
nunca mais vos verei — sonhei outróra
poderia entre vós morrer contente;
mas não — monstros o védam.*

*Não verei mais a viração suave
parar o aéreo vôo, e de mil flôres
roubar arômas, e brincar travêssas
c'o trêmulo raminho*

*Oh! pais sem igual, pais mimoso!
Se habitassem em ti sabedoria,
justiça, altivo brio, que enobrecem
dos homens a existência;*

*De estranha emulação acêso o peito,
Lá me ia formando a fantasia,
projetos mil para vencer vil ócio,
para criar prodígios!*

*Jardins, vergéis, umbrosas alamedas
Frescas grutas então, piscosos lagos,
E pingues campos, sempre verdes prados
Um novo Edém fariam.*

*Doces visões! fugi — ferinas almas
querem que em França um desterrado morra;
Já vejo o gênio da certa morte
ir afiando a foice.*

*Galicana donzela, lacrimosa,
trajando roupas ltuosas longas,
do meu pobre sepulcro a tosca loisa
só cobrirá de flôres.*

*Que o Brasil inclemente (ingrato ou fraco)
às minhas cinzas um buraco nega;
Talvez tempo virá que inda pranteie
por mim com dor pungente.*

*Exulta, velha Europa; o novo Império
obra-prima do Céu! por fado impio
não será mais o teu rival ativo
em comércio e marinha.*

*Aquêle, que gigante inda no berço
Se mostrava às nações, no berço mesmo
E' já cadáver de cruéis harpias
de malfazejas fúrias.*

*Como, ó Deus?! que portento! A Urania Venus
ante mim se apresenta? Riso meigo
banha-lhe a linda bôca, que escurece
fino coral nas côres.*

*"Eu consultei os fados, que não mentem
(assim me fala a piedosa deusa);
Das trevas surgirá sereno dia
para ti, para a pátria.*

*O constante varão, que ama a virtude,
c'os berros da borrasca não se assusta;
nem com folha de álamo fremente
treme à face dos males.*

*Escapaste a cachopòs mil occultos,
em que há de naufragar, como até agora
tanto aulico perverso — em França, amigo
foi teu destêrro um pôrto.*

*Os teus Baianos, nobres e briosos,
Gratos serão a quem lhes deu socorro,
contra o bárbaro Luso, e a liberdade
meteu no sólo escravo.*

*Há-de enfim essa gente generosa
As trevas dissipar, salvar o Império;
Por êles, liberdade, paz, justiça
serão nervos do Estado.*

*Qual a palmeira que domina ufana
Os altos topos da floresta espessa,
Tal bem presto ha-de ser no mundo novo
O Brasil bem fadado.*

.....
.....
.....

Com a vasta cultura clássica, o Patriarca escreveu e traduziu Odes sáficas, anacreônicas, pindáricas e romanas. A que dedicou aos Gregos, em estilo condoreiro e vibrante, é perfeita e bela. Em suas eglógas, cantatas e bucólicas, de suave lirismo, não deixa de vasar o cabedal de conhecimentos históricos que lhe povoam o cérebro. Em quase todas sempre faz referências à América e a esta terra injusta que tão ingratamente o tratou. Na poesia “O Poeta Desterado” canta a sua própria vida em meio da titânica luta e a recompensa de não encontrar um pedaço de chão pátrio à sua cabeça exausta. Com suas poesias satíricas, já êsse espírito vivo e cintilante não mostra o amargo travor que lhe despedaçava a alma. Rindo dos homens e das coisas, apontando os seus defeitos, ressaltando suas qualidades inferiores e as tendências de seus apetites, chibateando-os a azorrague, vai dissecando — com mão de mestre, os figurões da política que, como castelos de areia, se agigantam sem base cultural e moral. E pô-los alegre e impiedosamente ao ridículo.

Versejando em todas as formas da poesia — foi notável artista clássico. Deixou também as “Cantigas Melódicas” e a “Miscelânea” de prosa e verso, e colaborou na tremenda obra satírica “O Reino da Estupidez”.

Como escritor grafou sobre a poesia diversos conceitos:

“Para ser poeta é preciso ser namorado ou infeliz”. “A minha veia poética foi agitada pelo amor na primeira mocidade, depois pela vista e contemplação das grandes belezas naturais”.

Como possuísse a sensibilidade apurada dos grandes artistas, amou o belo em todas as suas formas e

aspectos; e a música o atraiu. E frequentando os serões artísticos dos geniais compositores da Europa, discursava na Academia de Ciências, de volta a Portugal:

— “Que homem lido poderá duvidar de que a música amolga e ameiga os costumes, realça as sensações, espalha pelo povo prazeres puros e inocentes, e tem a mais desenganada influência no caráter moral e nobre das paixões de nossa alma?

“Quanto fôra, pois, de desejar que, nas escolas, se ensinasse também com as primeiras letras, os elementos sequer dessa arte divina; então, com os primeiros princípios da prosódia e pronúnciação, aprenderiam os meninos, ao mesmo tempo, suas verdadeiras fontes — que são a entonação e a modulação. Porém, a música que eu desejava vêr ensinada nas escolas e seminários é aquela cujo objeto tem imediata relação e poderio em nossas sensações, para mover e abrandar o coração, enchê-lo dos puros sentimentos da religião e piedade, ou excitar nêle viva alegria para esquecimento de seus males.”

Voltado ao Brasil em 1819, o cenário empolgante de sua Pátria impressionou-o. Amante do belo, reintegrado em sua terra, recebendo a consagração dos patrícios e conterrâneos, sentia-se revigorado ao contáto da natureza exuberante de São Paulo. E ao influxo poderoso do ambiente revivificador da América, diante da paisagem maravilhosa da baixada santista, entre o mar que vinha quebrar, em espumas alvíssimas, as suas ondas isôcronas e verdes nessas praias de areias cintilantes, e a Serra Paranapiacaba de um verde negro e quente, sempre toucada de névoas esgarçadas nos cumes, José Bonifácio viu que os seus cinquenta e seis anos se retemperavam em nova mocidade. E extasia-

do, voltou sua sensibilidade ao culto da natureza e da arte. De olhos assombrados pela beleza circundante, aceitou a admiração de inteligente moça da distinta família Nebias que o fascinava. Viveu interessante romance. «Como cultuasse a mulher — a forma viva e palpitante da perfeição, escrevia:

— “As mulheres têm sido a peste de minha vida. Amo-as, mas não as estimo.”

E isto talvez porque “dá a uma mulher um espelho e “*des bonbons*”, e ei-las felizes — dizia Byron.” E para explicar o seu novo amor, escrevia:

— “Os homens desejam e depois amam; as mulheres amam e depois desejam.”

Enquanto filosofava, ia cultuando-a como artista, pois como os gênios, os grandes fidalgos e as cabeças coroadas, soube entremear a vida nova com fugidio e delicado romance de coração. Na aureola de admiração que trazia, na simpatia avassalante do seu todo, na cativante e sedutora palavra que seu éstro aquecia, reparou nessa inteligente moça, de altos sentimentos e fina hierarquia social que se fanatizara por êle. E por época de sua viagem mineralógica para o sul da Província, teceu o breve romance que se perpetua em uma filha que legitimou e educou com os mimos do seu renome e do seu carinho. E como todo o gênio, tem essa página imortal em sua poesia e arte.

Ainda sôbre a poesia escrevia:

— “Em nossos dias é muito difícil ser bom poeta; se a dificuldade da obra dá merecimento ao artífice eminente, não pode desculpar a ousadia da mocidade. De quanto não há mistér o bom poeta? Idéias e imagens novas e atrevidas, frase própria e escolhi-

da, é arte difícil mas necessária de dar — ou mais nobreza ou mais graça ao velho e trivial. Simplicidade e fôrça onde cumpre, facilidade, correnteza e harmonia imitativa no versejar. Merece, pois, desculpa o nosso século se trata com certo desdém e menos-cabo aos poetas mediócrees, pois tanto mais estima e préza os partos genuínos do engenho e do gôsto.”

“A poesia, essa deusa filha de Jove, odeia os profanos atrevidos que enxovalham os seus mistérios e só se compraz com as adorações e serviços de sacros vates a quem o éstro e o bom gôsto inspiram de mãos dadas. *Il se tue a rimer, que n’ecrit-il en prose?*”

“Versos antes nascidos do que feitos — por assim dizer.”

“Se o homem de letras tem certa fraqueza por elogios e certa irritação contra sátiras e críticas — que alma haverá tão falta de equidade ou tão desapiedada, que não lhe queira perdoar êsse pecado venial? Quase sempre um vão elogio é a única recompensa que tira — de seus trabalhos e talentos, o merecimento sem arrimo, sem hipocrisia e sem intriga.”

“O grande homem é modesto; o homem mediocre badaleja as menores suas vantagens: assim os rios majestosos correm em silêncio, quando os regatinhos rolam ruidosamente pelos seixos.”

“Há entre nós, por desgraça e acanhamento da nossa literatura, um cardume de críticos sem alvará que, devendo aprender dos escritores que censuram, ousam julgá-los sem processo. Tais críticos são o flagelo dos bons livros e a consolação da ignorância e do pedantismo. São os mimosos da gentalha — a quem fazem sua côrte, denegrindo os talentos e pondo-os ao seu nível”.

Amante das artes, cultor da perfeição, poeta e artista, escritor e filósofo, dizia da religião:

— “Fé e boas obras constituem a religião; ambas devem andar a par e não se contradizerem. A idéia de Deus deve ser o princípio donde emane a fôrça e a santidade dos preceitos religiosos. O culto deve corresponder à grande idéia da divindade e não ridicularizá-la ou ofender a santidade dos costumes. Seus templos serão escolas de virtude pública e não asilos dos crimes e da inércia e da insubordinação.”

“Eu não sou partidista da mistosofia ou da teosofia, sou filósofo, isto é, constante indagador da verdadeira e útil sabedoria. Deixo aos platônicos velhos e novos o seu *autoagaton*; e procuro conhecer os homens e as coisas pelo lado do seu uso prático, para dêles adquirir o conhecimento útil.”

Com a contemplação do artista, com a observação do cientista, com a indagação do sábio, com a psicologia do professor, político e sociólogo, com a experimentação do descobridor e administrador, com a visão do realizador e diplomata, a sua filosofia tinha laivos dêsse positivismo — que mais tarde fêz escola.

Diante de todo o descabro de sua vida — que o longo exílio injusto e pavoroso representava, dizia tranquila e convictamente:

— “O homem superior à corrupção, diz Fox, é sempre odioso ao homem corrompido, e quem professa em filosofia ou em administração, princípios liberais e justos, faz-se um objeto de inquietação para as almas estreitas e sem energia.”

“Conheço a vilania dos meus naturais, mas a cólera não me exaspera, nem o amor me abateu para obrar o que devia, para fazer bem à minha Pátria.

Acusam-me alguns que plantei a monarquia — sim, porque vi que não podia ser de outro modo então; porque observara que os costumes e o caráter do povo eram evidentemente aristocráticos; porque era preciso interessar as antigas famílias e os homens ricos, que detestavam ou temiam os demagogos; porque Portugal era monárquico e os brasileiros eram imitadores. Sem a monarquia não haveria um centro de força e união, e sem esta não se poderia resistir às Côrtes de Portugal e adquirir a independência nacional.” E os partidários da Casa de Bragança e do Príncipe não romperiam com êste que, além do mais, era patricio.

“Os brasileiros são entusiastas do belo ideal, amigos da sua liberdade e mal sabem perder as regalias que uma vez adquiriram. Obedientes ao justo, inimigos do arbitrário, suportam melhor o roubo que o vilipêndio; ignorantes por falta de instrução, mas cheios de talento por natureza; de imaginação brilhante e porisso, amigos de novidades que prometem perfeição e enobrecimento; generosos, mas com basófia; capazes de grandes ações, contanto que não exijam atenção aturada e não requeiram trabalho assíduo e monótono; apaixonados do sexo por clima, vida e educação. Empreendem muito, acabam pouco. Serão os Atenienses da América, se não forem comprimidos e desanimados pelo despotismo.”

Escreveu: *“Tradução e comentário de parte das obras de Virgílio”*; *“Doutor da roça”*; *“Ensaio crítico e filosófico sôbre o Velho Testamento”*, etc..

E revendo as tremendas lutas do passado e perscrutando as do futuro, fazia o seu auto de fé:

— “O céu me dotou de uma alma toda de fogo para defender a honra e os sentimentos que podem

enobrecer minha existência; mas esta chama ativa se muda em um muro de aço contra os revezes; meu coração se irrita pelos obstáculos e se anima pelos perigos; é possível que eu sucumba, será ao menos dando o último suspiro.”

Esse enrequecimento de energia e caráter, alimentado por alta filosofia e enciclopédica cultura, era bem a têmpera do seu povo e a fibra da sua raça. Com tudo isso, tinha um grande, magnânimo e sensível coração. Verdadeiramente, um coração de artista.

XLI

A ABDICAÇÃO

Domitila, que concorrera para a dissolução da Assembléa, empolgou por completo o Imperador. Este cercou-se de lacaios e de políticos sem escrúpulos — que queriam subir e se vingar dos desafetos. A maioria dos homens honestos deixou o Paço. Com o novo rumo da política, começa a decomposição do primeiro reinado. Regime de dissolução, de prodigalidades e de irresponsabilidade governamental. Os patriotas em todas as Províncias são perseguidos, os partidários da independência são mortos nos patíbulos. Domitila de Castro é elevada a Viscondessa e depois a Marquês de Santos. Sua filha é a Duquesa de Goiás, levada para o Paço a fim de se educar ao lado dos Príncipes, atormentando com sua presença a alma sofredora, angélica e nobre de D.^a Leopoldina. Os pais de Domitila são também agraciados com Viscondado. O cunhado da paulista, Rodrigo Delfim Pereira, com cuja espôsa, irmã de Domitila, D. Pedro teve um filho que contemplou no testamento, viu-se guindado a Barão de Sorocaba.

A 25 de março de 1824 jurava-se a Constituição elaborada pelo Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador, com base no projeto da Assembléa dissolvida. Dizem que essa Constituição é trabalho de Mar-

tim Francisco — que teria deixado o projeto no Apostolado e que o Imperador alegara ser obra sua.

A Presidência da Província de São Paulo fôra dada a Antonio Monteiro de Barros, depois Visconde de Congonhas do Campo, que serviu de abril de 1824 até abril de 1827.

Francisco Pais Barreto, mais tarde Visconde do Recife, substituiu a Junta Provisória de Pernambuco; mas o povo, descontente com a dissolução da Constituinte e com o Imperador, rebela-se contra êle. Chefiado por Manuel de Carvalho Pais de Andrade, Pernambuco separa-se do Império, proclamando a 2 de julho a Confederação do Equador, sob a fórmula republicana, com adesão do Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará. Vencido e jugulado em 18 de outubro, foram executados no Ceará dezessete réus, entre os quais o literato português João Guilherme Ratclif e Frei Canéca.

Na Bahia há o conflito militar em que é morto pela soldadesca Felisberto Gomes Caldeira, Comandante das Armas, suspeito principalmente ao batalhão dos Periquitos — simpático à República Pernambucana.

Não estava apaziguado o norte e já a Cisplatina se separa do Brasil sob a proteção das Províncias do Prata. E o Uruguai foi reconhecido independente a 27 de agosto de 1828. Nessa guerra desastrosa, D. Pedro embarcou para o Rio Grande do Sul, presidido então por José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo, para o fim de dirigir as tropas. Em sua ausência faleceu a Imperatriz D.^a Leopoldina — em consequência das brutais pancadas dadas por êle antes de partir — ante a recriminação sua pela preponderância de Domitila tanto nos negócios privados

como nos da Nação. D.^a Maria Leopoldina, Arquiduquesa da Áustria, filha de Francisco II, irmã de Maria Luiza e cunhada de Napoleão!!!

Em meio da campanha a amante escreve a D. Pedro mandando chamá-lo: estava zangada com os Ministros que lhe proibiram a entrada na alcova onde agonizava a Imperatriz. Ele atende e vem, entregando a direção do exército ao Marquês de Barbacena. Reorganizou porisso o Ministério dando sua chefia ao Visconde de São Leopoldo. Recebe depois a notícia de que fôra aclamado Rei de Portugal por morte de D. João VI — envenenado pelo cirurgião Teodoro de Aguiar, que também sofreu envenenamento mais tarde. D. João VI havia reconhecido a independência do Brasil a 24 de agosto de 1825, sob condições onerosas para nós e indigna dos brasileiros. D. Pedro concedera-lhe o título honorífico de Imperador do Brasil, pagou-lhe um milhão e quatrocentas mil libras de certo empréstimo feito em Londres pelo Govêrno Português para nos combater, e deu-lhe seiscentas mil libras como indenização pela Quinta-da-Bôa Vista e outras propriedades reais.

Morto D. João e com a notícia de sua aclamação, D. Pedro hesitou em governar os dois países independentes. Consultados os Ministros e amigos, o Visconde de São Leopoldo deu-lhe o parecer de reinar nas duas pátrias. Aceitando, porém, o conselho de brasileiros sensatos e puros, fêz diversos decretos para Portugal, inclusive uma Carta Constitucional vasada nos moldes da brasileira, confirmou sua irmã, a Princesa D.^a Isabel Maria, na Regência, e abdicou a 1.^o de maio dos direitos à Corôa em favor da sua filha brasileira Maria da Glória, com a condição de se casar ela com D. Miguel e dêste jurar a Constituição outorgada.

D.^a Maria da Glória, rainha de Portugal, partiu a 11 de junho de 1828 do Rio de Janeiro em companhia do Marquês de Barbacena.

A agitação continuava no Brasil. Em Pernambuco davam-se diversos conflitos. D. Pedro I casou-se a 17 de outubro — na Capela Imperial do Rio, com a linda e jovem princesa D.^a Amélia, filha dos Duques de Leuchtenberg (príncipe Eugenio de Beauharnais), e criou a Ordem da Rosa em comemoração do festivo acontecimento, com a legenda “Amor e Fidelidade”.

A Assembléia Legislativa — que se instalara a 6 de maio de 1826, zelosa de suas prerrogativas, em breve se incompatibilizou com êle; e como a primeira, foi altiva e soberana.

A 28 de fevereiro de 1830 o Presidente da Bahia, Visconde de Camamú, é assassinado a tiros. Em São Paulo é morto de emboscada o jornalista italiano Líbero Badaró, na noite de 26 de novembro, sendo apontados D. Pedro e o Ouvidor Cândido Ladisláu Japiassú como seus mandantes. Minas Gerais desassocegada, pregava a federação republicana como urgente medida. O Imperador lembrou-se da primeira visita que lhe fizera e resolveu partir com a Imperatriz e pomposa comitiva para lá, a 30 de dezembro; e as Alterosas o recebem friamente. Decepção. Não havia a mão protetora e sábia do Patriarca a ampará-lo. Volta de Minas a 11 de março de 1831 e é glacialmente recebido na Guanabara. Os portugueses, para desagravá-lo do indiferentismo provocador, resolvem promover grandes manifestações, dando origem à conhecida noite das garrafadas. Evaristo Ferreira da Veiga faz enérgica representação ao Imperador, pedindo desafronta aos brios nacionais; e D. Pedro modifica o Gabinete. O Brasil mais se desilude. Pregava-se abertamente a revolução. As demonstrações públicas eram inequívoco-

cas. O mal estar político dominara o país. Evaristo da Veiga, pelas colunas do seu jornal "Aurora Fluminense", concita o Govêrno a atalhar o incêndio que lavra entre a população e já começa a dominar as fileiras do exército. Diante disso, D. Pedro organiza novo Ministério em 5 de abril. Mas, escolheu-o entre os aulicos, desprezados pela sociedade, à qual de fato não ligava a mínima atenção. Para a Pasta do Império chamou Pereira da Cunha, Marquês de Inhambupe; para a Marinha, Vilela Barbosa, Marquês de Paranguá; para a Guerra, o Conde de Lages; Justiça — João Inácio da Cunha, Visconde de Alcântara; Estrangeiros — João Carlos Augusto de Oeynhausén, Marquês de Aracati, último Capitão-General de São Paulo; Fazenda, Nogueira da Gama, Marquês de Baependi.

Era o desafio à opinião liberal do Brasil. Era a resposta que dava ao povo, desde a queda do Ministério Andrada. Como não ligasse a ínfima importância aos apelos da população, atirava-lhe agora êsse Ministério, num supremo gesto de desprezo, como retribuição ao seu nacionalismo. Ou venceria, ou seria vencido. A sua impopularidade aborrecia-o. A Europa atormentava-o. Chegavam a êsse tempo os pedidos de regresso para Portugal, pois D. Miguel usurpara o trono de sua sobrinha e noiva D.^a Maria da Glória; e impondo o regime absolutista, dissolvera as Côrtes e revogara a sua Carta Constitucional.

Com a formação dêsse Ministério resolveu D. Pedro conhecer qual o caminho a seguir. Mas já no dia imediato o povo se movimentou rumo ao Campo da Aclamação. Reunia-se. Oradores patriotas atacaram a organização do Ministério. Uma representação popular foi levada ao Imperador, pela comissão de Juizes de Paz de Santana, São José e Sacramento, pedindo a mudança de Gabinete. D. Pedro respondeu-lhe:

— “Estou pronto a fazer tudo para o povo, nada, porém, pelo povo.”

A população rugiu. Cidadãos influentes solicitaram ao Brigadeiro Francisco de Lima e Silva, Comandante das Armas, que se entendesse com o Imperador. Este informou-o que preferia a abdicação ou a morte, à deshonra de se submeter a imposições populares. Quando o Brigadeiro voltou com a resposta — encontrou o exército formado no Campo da Aclamação.

Até a meia noite, toda a guarnição aderiu ao levante, inclusive a Guarda de Honra comandada pelo Coronel Manuel da Fonseca Lima e Silva. O Comandante das Armas enviou, então, seu Ajudante de Ordens ao Imperador para pedir-lhe que atendesse aos reclamos populares. D. Pedro compreendeu que perdera a cartada. Todos o abandonavam. Tentou novo golpe mandando procurar o senador Nicoláu Pereira de Campos Vergueiro para organizar o Govêrno. O Intendente de Polícia, Desembargador Lopes Gama, saiu em sua procura e voltou às 2,30 da madrugada sem o encontrar. D. Pedro percebeu: estava perdido.

Conferenciou, então, por dez minutos com os representantes diplomáticos da França e Inglaterra e entregou, de olhos marejados d'água, ao Ajudante de Ordens do Comandante das Armas, uma folha de papel aberta, dizendo-lhe:

— “Aqui tem a minha abdicação; espero que sejam felizes. Eu me retiro para a Europa e deixo um país que muito amei e amo ainda.”

Era o lacônico decreto de sua abdicação, de 7 de abril de 1831.

VOLTA DO EXÍLIO — TUTORIA

Os Andradas haviam voltado do exílio. Antonio Carlos e Martim Francisco, respondendo ao processo por crime de sedição, desembarcaram e foram recolhidos presos à Ilha das Cobras, desde 4 de julho de 1828 até 6 de setembro — quando foram absolvidos pelo Tribunal competente. Ainda na prisão Martim Francisco fôra convidado para uma Pasta Ministerial, que não aceitou, pois não havia sido julgado.

O Patriarca, que voltara um ano depois dos irmãos, desembarcara de bordo da galera "Phenix" a 23 de julho de 1829. Depois de dois meses de travessia, o Rio de Janeiro recebeu-o efusivamente. Seus inimigos parece que se haviam esquecido dêle, ou o Imperador se cansara de tais inimigos. O certo é que D. Pedro, entre arrependido e alegre por essa volta, recebeu-o com inequívocas demonstrações de aprêço e amizade. Apresentou-o à Imperatriz D.^a Amélia — que se tomou de admiração e simpatia pelo Patriarca. O Príncipe Augusto, irmão desta, moço inteligente, que viera acompanhado de seu mestre — o Conde Nejang — procurava-o frequentemente com êste.

O Marquês de Barbacena, desde sua chegada, insistia por todos os meios para que o Patriarca formasse um Ministério — pois ia mal a política brasileira. Procurava por todos os modos convencê-lo; e mostrava que êle, Marquês, e Calmon, entrariam para o Governo ao seu lado.

O Patriarca concordava que a política do Imperador era desastrosa — mas jamais seria Ministro.

Convidado, afinal, com os Marquêses de Barbacena e Caravelas, não aceitou.

Adquirindo uma chácara na linda Ilha Paquetá, para lá se transferiu com a família, indo assim residir longe de tudo. E na paz amorável do pinturesco retiro, vivia tranquilo em seus estudos, na Praia da Guarda, o orgulho da Guanabara.

D. Pedro, no dia 6 de abril, véspera da abdicação, percebendo o descalabro da sua situação e a do trono, na premência do momento, teve a visão retrospectiva do passado e dos homens: viu o vulto destacado do Patriarca. No esbarrondar do seu prestígio de imperante, no fragor da sua queda soberana, sómente a figura extraordinária do sábio lhe aparecia como capaz de o acudir no abismo. Escreveu-lhe uma carta. Pediu ao Vice-Cônsul da França, Henrique de Gazotte, que a fôsse levar ao Paquetá. E às três horas da tarde o ilustre portador batia à porta da silenciosa chácara do exilado. O Patriarca recebeu-o afaivelmente. Inteirou-se da situação nacional, abriu e leu a missiva. Dizia:

“Amicus certus in ré incerta, cernitur. E’ chegada a ocasião de me dar mais uma prova de amizade, tomando conta da educação do meu

muito amado e prezado filho, seu Imperador. Eu delego em tão patriótico cidadão a tutoria do meu querido filho e espero que, educando-o naquêles sentimentos de honra e patriotismo com que devem ser educados todos os Soberanos — para serem dignos de reinar, êle venha um dia a fazer a fortuna do Brasil, de quem me retiro saudosamente. Eu espero que me faça êste obséquio, acreditando que, a não m'o fazer, eu viverei sempre atormentado. Seu amigo constante — Pedro.”

O Patriarca, posto ao par dos acontecimentos pelo Snr. Gazotte, respondeu sem hesitar que aceitava a honrosa incumbência daquela hora de extrema gravidade para o Brasil. Porisso, havia escrito algures:

— “Todo o cidadão se deve a seus concidadãos, conforme a sua esfêra; quando tem sublimidade de pensar e de querer, o bem da espécie inteira é o seu fito. Em vão o sábio ama a paz e o retiro; deve aos outros a quem pôde guiar, seus profundos pensamentos e seu engenho regenerador. Se a razão desengañada busca viver longe das paixões e dos acasos da fortuna, e ri das vaidades humanas, há circunstâncias que reclamam seus serviços à humanidade.

“Deixará precipitar aos homens nos abismos da desgraça, quando lhes poderá dar a mão?”

Resolveu: seria o defensor e tutor dos príncipes e do futuro Imperador de sua Pátria.

Henrique de Gazotte partira do Rio às 9 horas da manhã, num pequeno bote; e sómente conseguiu voltar ao Paço de São Cristóvão às 10 horas da noite. O Imperador, impaciente, esperava-o. Recebeu-o com

emoção. Um suspiro de alívio desoprimiu-lhe o peito, ar de satisfação iluminou-lhe o rosto, a calma voltou-lhe ao ouvir a narrativa do Vice-Cônsul. E lavrou, então, o seguinte decreto, para se garantir dos futuros acontecimentos:

“Tendo maduramente refletido sôbre a posição política dêste Império, conhecendo quanto se faz necessária minha abdicação, e não desejando mais nada neste mundo, senão glória para mim e felicidade para a minha Pátria, hei por bem, usando do direito que a Constituição me concede no Cap. 5.º, art. 130, nomear, como por êste meu imperial Decreto nomeio, tutor de meus amados e prezados filhos ao muito probo, honrado e patriótico cidadão José Bonifácio de Andrada e Silva, meu verdadeiro amigo. Bôa-Vista, aos 6 de abril de 1831, décimo da Independência e do Império — Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil.”

De bordo do “Warspite”, no dia 8 de abril, D. Pedro fêz essa comunicação ao Congresso. E com a figura veneranda do Patriarca, resolvia o futuro dos seus filhinhos, que com isso aqui ficaram, e resolvia o seu grave problema: garantia política do trono. Era, ao mesmo tempo, demonstração pública de que o autor da Independência Nacional e monarquista intransigente voltava à consideração política da Pátria — na proteção oficial de seus filhos menores e do futuro Imperador; e demonstração pública do seu arrependimento, e da soberana magnitude do caráter, nobreza e personalidade do Tutor.

O povo recebeu a notícia da abdicação às 4 horas e meia da madrugada do dia 7 e o Congresso reuniu-se para nomear uma Regência — pois o novo Imperador tinha apenas seis anos incompletos. Escolhidos o Marquês de Caravelas, o Brigadeiro Francisco de Lima e Silva e o Dr. Nicoláu Pereira de Campos Vergueiro para essa Regência provisória, a permanente, eleita no dia 17, ficou constituída do Brigadeiro Lima e Silva, do Dr. José da Costa Carvalho e de João Bráulio Muniz.

E assumindo imediatamente a Tutoria, o Patriarca teve — como cúpula refulgente de sua vida, a honra de ser escolhido para a proteção e educação dêsse futuro sábio e gigante filho da América — D. Pedro II.

* * *

Uma sedição militar e popular irrompeu no Rio de Janeiro em 14 e 15 de julho, sendo abafada pela energia do Padre Diogo Antonio Feijó, Ministro da Justiça.

José Bonifácio fôra eleito suplente de Deputado pela Bahia, tomando lugar pelo efetivo D. Honorato José de Barros Paim. A Bahia não se esquecia da sua ação protetora contra o General Madeira. E Minas homenageava os Andradas, elegendo Martim Francisco.

Foi reaberto o Grande Oriente em 1831 e reeleito o Patriarca — que publicou um manifesto analisando o viver político do Brasil, para conclamar os irmãos a que não mais fizessem política pessoal na Maçonaria.

A agitação continuava nas Províncias: Pará, Maranhão, Pernambuco, Ceará, Minas Gerais e Mato Grosso, viam levantes, tiroteios, assassinios e desordens. A Regência Permanente não sabia como resolver. E comunicou ela ao Congresso, em 5 de julho de 1833, que recebera notícias de seus diplomatas na Europa de que se tramava a restauração de D. Pedro, devido a êsse estado de coisas.

O Patriarca residia com seus pupilos no Paço da Cidade; e, constando ao Govêrno que ia êle confabular com diversos chefes faciosos a São Cristóvão, mandou que o Chefe de Polícia, Euzébio de Queiroz Matoso Coutinho Câmara abrisse inquérito a respeito. E começou a ser vigiado no próprio Paço. Indignado com a espionagem, o Patriarca se transfere para a Quinta da Bôa-Vista apesar da Regência não permitir que residisse com os pupilos fóra do Paço.

Depois, partidários exaltados atacaram a Sociedade Militar e empastelaram a tipografia que editava jornais adversos ao Govêrno. A Fôrça Pública deixou-os agir. O Juiz de Paz de Sacramento leva ao Govêrno uma representação partidária pedindo a dissolução dessa Sociedade e a destituição do tutor da família Imperial, como conspirador.

A 15 de dezembro a Regência publica o Decreto cassando a Tutoria a José Bonifácio, até a próxima reunião da Assembléia Legislativa — que resolveria em definitivo. A Regência não tinha competência para isso.

O Tutor, em resposta ao Offício do Ministro da Justiça — que lhe foi levado por uma comissão de Juizes de Paz, declarou por escrito ao Ministro Chichorro da Gama, em 15 de dezembro de 1833, que não cumpriria a ordem ilegal:

“Cederei à fôrça, pois que não a tenho, mas estou capacitado de que nisto obro conforme a lei e a razão, porque nunca cedi a injustiças, a despotismo, há longo tempo premeditados e ultimamente executados para vergonha dêste Império”.

Em vista dos têrmos categóricos da recusa, o Patriarca foi prêso no Palácio Imperial e transferido para sua residência particular da Ilha de Paquetá — dada por menagem. Sentinelas guardavam a chácara para não permitir visitas não autorizadas devidamente.

José Bonifácio não recebeu nem pediu um ceitil dos 12.000 cruzados que a lei consignou ao Tutor, o que não aconteceu com o seu sucessor Marquês de Itanhaen.

D. Pedro I, informado do ocorrido, escreveu-lhe do Pôrto:

“Meu amigo. Com grande mágua e menoscabo de meus paternos e inalienáveis direitos, recebi a notícia de despótica resolução tomada pela Câmara dos Deputados, por 45 votos contra 31, para se lhe tirar a tutoria do meu querido filho e adoradas filhas. Triunfa a Intriga, a Inveja e a Ignorância da Honra, da Paternidade e do Patriotismo; impera o Despotismo, a Desmoralização e a Tirania — aonde deviam imperar a Razão e a Lei, a Bôa-Fé e a Moral, a Segurança e a Liberdade; postergam-se todos os foros e direitos ainda os mais sagrados a despeito de todas as considerações; finalmente querem-se entregar os Príncipes Brasileiros a ho-

mens conhecidamente incapazes e que, de modo algum poderiam, mesmo querendo, concorrer para dar-lhes uma educação como convém, principalmente às Princesas, e que tivessem um decidido interesse por suas pessoas. Ah! meu caro amigo, que desgraça a minha, longe dos meus amados filhos, e êstes, a estas horas, entregues ao cuidado de pessoas minhas inimigas, incapazes de os educarem! Não sei se o Senado anuirá pela sua parte; mas é impossível que, existindo nêle invejosos da Tutoria, êle não vote conformemente com a Câmara dos Deputados. O Partido dominante que hoje tiraniza o Brasil, deseja acabrunhar o meu Amigo, só porque é meu amigo, só porque me ajudou na *luta da Independência, em que nenhum dos que hoje atroam os céus e a terra tomou parte ativa e muitos contra...* Peço-lhe que faça os meus cumprimentos a seus manos; e que não se esqueça do que me disse a bordo da náu: — “Quando a Assembléia não aprove a nomeação, esteja certo que, como Brasileiro, lhe hei-de defender seus filhos; e que se quizerem atentar contra êles, lá lh’os levarei”. A sua palavra para mim é sagrada, e conto que ainda que, por segunda vez, e contra a sua pessoa, prevaleça a Intriga e Ingratidão, à Honra e ao Patriotismo, o meu amigo olhará por êsses desgraçados inocentes. Seu verdadeiro amigo — D. Pedro”.

Reconquistando Portugal para sua filha D.^a Maria da Glória, depois de brilhantes combates e de ter restabelecido o regime constitucional, D. Pedro falecia a 24 de setembro de 1834, com trinta e seis anos.

Entretanto, o processo instaurado contra José Bonifácio e outros, por crime de conspiração, prosseguira. A 20 de fevereiro de 1835 era êle notificado pelo Juiz de Paz, Luís Pereira da Cunha, para comparecer à barra do Tribunal do Júri e nomear advogados que o defendessem.

José Bonifácio — que absolutamente não conspirára pela restauração de D. Pedro no trono, respondeu com a seguinte carta:

“Ilmo. Snr. Juiz de Paz. Acuso a recepção de sua carta de 20 do corrente, em que V. S. me participa que no dia 2 de março tinha de comparecer no Tribunal do Júri. Duvido muito que o estado de minha saúde me permita ir à Côrte; porém como todo o cidadão honrado não pôde hoje duvidar que a minha remoção do lugar de Tutor, e, depois, o processo informe e ridículo a que se procedeu, e por fim a declaração de minha criminalidade, são todos efeitos de uma cabala pueril, eu, confiando na Justiça e luzes dos meus Juizes, não preciso da formalidade de defender-me, ou pessoalmente ou por advogados. Os crimes que cometi são de outra categoria, em que muito amor próprio gratuito se ofendia, mas perante a Lei nunca foi crime. Não preciso, portanto, da defesa — que não seja o negar positivamente o de que sou acusado em um processo irregular, injusto e absurdo. Se, porém, para não demorar o julgamento de outros meus chamados co-réus, é de absoluta necessidade que eu tenha advogado, então nomeio a todos aquêles homens de probidade que queiram officiosamente encarregar-se de minha defesa bem

curta e fácil. Deus guarde a V. S. — Paquetá, 24 de fevereiro de 1835. Ao Ilmo. Snr. Luís Antonio Pereira da Cunha.”

O Desembargador Cândido Ladisláu Japiassú, ex-Ouvidor de São Paulo ao tempo do assassinio do jornalista Libero Badaró, leu êste documento em plenário, pois respondia a processo conjuntamente com o Patriarca. O Juiz Municipal, Dr. Justino José Tavares — Presidente do Tribunal do Júri, não permitiu a defesa que êste co-réu pretendia fazer do Patriarca; e fê-lo julgar à revelia, pois estava ausente, enfêrmo.

Japiassú, tomando a palavra, declarou que, diante de tal decisão, também não se defenderia — entregando o julgamento de causa à consciência nacional.

O Tribunal estava apinhado à cunha. O povo deramava-se pela praça e ruas circunvisinhas. A multidão ansiava pelo julgamento.

O Rio de Janeiro comentava o processo e aguardava o resultado como se esperasse a sua própria sentença. Havia um mal-estar em tudo. O nervosismo tomara os lares, ganhara as ruas, espraicara pelos arabaldes, transpuzera as fronteiras e esparramara-se pelas Províncias. Parece que a sentença iria determinar os destinos do próprio Brasil.

E nesse ambiente de inquietação e de tortura, houve a histórica sessão de 14 de março, em que eram julgados o Patriarca e vinte co-réus importantes. A Cidade Maravilhosa estarrece com a notícia de que são unânimemente absolvidos. Dois mil espectadores irrompem no recinto do júri, em vivas ao Patriarca. Delírio. A Sociedade e o Povo Brasileiro, por aquêles jurados, souberam fazer justiça. A cidade fremia. Um sôpro de confôrto e de esperança percorreu o país, um

suspiro de satisfação desoprimiu o coração nacional. Foi como se a montanha que o esmagava, desabasse e desaparecesse por milagre, deixando-o desafogado e palpitante.

E nessa emocionante sessão, o julgamento foi a consagração brasileira do Pai da Pátria. (7)

(7) O Conselho de sentença era constituído dos seguintes cidadãos: Luís Afonso de Moraes Torres — presidente; Joaquim José Teles, João Bernardes Machado, José Pereira Monteiro, Tristão de Sá Cherem, Constantino Dias Pinheiro, Manuel Afonso Gomes, Antonio José Pestana, Joaquim José da Costa, Antonio Pereira Guimarães, João Justino de Araujo e José Felix.

A 7 de abril é eleito Regente do Império, de acôrdo com o Ato Adicional de 1834, o Padre Diogo Antonio Feijó — que entrou em exercício a 12 de outubro de 1835. Em 20 de setembro rebentara no Rio Grande do Sul a revolução separatista — República de Piratini. Mais tarde, Feijó resignou a Regência, desgostoso com a política, sendo interinamente substituído pelo Ministro do Império — Pedro de Araujo Lima, depois Marquês de Olinda, a 19 de setembro de 1837.

RETIRO E MORTE DO PATRIARCA

Desde a sua violenta destituição da Tutoria, o Patriarca não mais deixou a chácara da Ilha Paquetá.

Quando voltava do exílio sua amorável e bondosa espôsa faleceu a bordo do "Phenix", sendo inhumada a 27 de julho de 1829 na Igreja do Carmo do Rio de Janeiro.

As passagens da França e os funerais da espôsa foram custeados por Luís de Menezes Vasconcelos Drummond, tão pobre estava o Patriarca — como se verifica do seu testamento de 9 de setembro de 1834 feito na própria Ilha Paquetá.

Sua neta, a Viscondessa de Sepetiba, assevera que a ameaça de congestão cerebral e hemiplegia, por ocasião do julgamento, não lhe delibitara as faculdades mentais. Sentindo-se piorar, fêz-se transportar para Niterói — onde doze dias depois faleceu em uma casa da rua do Ingá, às 3 horas da tarde de 5 de abril de 1838 — com setenta e quatro anos.

Rodeavam-no a família ilustre e amigos dedicados. (8)

(8) José Bonifácio tinha três filhas: Carlota Emília — casada com Alexandre Antonio Vandeli; Gabriela Frederica — que se casou com o tio Martim Francisco Ribeiro de Andrada;

Seu corpo foi embalsamado pelos Drs. Otaviano, Joaquim Cândido Soares de Meireles, Cristóvão e José Maurício Faivre e as vísceras inhumadas na Igreja São Domingos de Niterói.

Falecido a 5, o entêrro se realizou no dia 8, às seis horas da tarde.

A galeota imperial levou-lhe o feretro para o Rio, chegando ao largo do Paço às 7 horas da noite. Povo, elemento oficial e todos os navios surtos na Guanabara — de bandeiras a meio-páu, aguardavam-no. Regente e Ministros pegaram as alças do caixão e, no trajeto, foram substituídos pelos Membros da Academia Imperial de Medicina — da qual o Patriarca era sócio titular desde 1832.

O corpo ia revestido das insígnias de Cavalleiro da Ordem de Cristo — concedidas por D. João VI.

Tropa, cavalaria, criados de galão de ouro da Casa Imperial, guarda de arqueiros, pompa oficial e a multidão descoberta e contrita desde o desembarque até a Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo. Encomendado o corpo, salvas de artilharia e de infantaria, com três descargas. Em nome da Assembléia Legislativa da Província do Rio de Janeiro, falou o Dr. Silveira da Mota. Seguiram-se oradores de diversas corporações brasileiras ali presentes; e as exéquias terminaram às 9 horas da noite — nas catacumbas da Igreja.

Ficou o esquife depositado à visitaçào pública até o dia 25, em que sua família o fêz transladar para Santos. Recebido pelo mundo oficial e pela popula-

e Narcisa Cândida — que se casou primeiro com seu primo Francisco Eugenio de Andrada e, em segundas núpcias, com Antonio Augusto da Costa Aguiar.

ção compungida, foi sepultado na Capela-Mór do Convento do Carmo.

Recebeu, então, profundas e sinceras homenagens em todo o Brasil. Os meios científicos do mundo registaram a irreparável perda. Em Portugal, o maior estilista da raça, Latino Coelho, fêz na velha Academia de Ciências de Lisbôa o seu imortal panegírico no célebre "Elogio Fúnebre". A Maçonaria pranteou-o, pela voz justiceira de José Clemente Pereira.

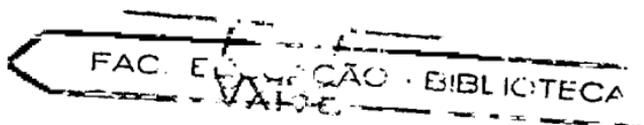
E no decorrer dos anos mais se avoluma o seu vulto extraordinário. Parece que, como dizia Sêneca, "na grande turba inconstante das coisas, só é certo aquilo que já passou."

Entretanto, o gênio que deu relêvo às ciências, que fêz a independência da Pátria, que foi escolhido por D. Pedro para criar e educar os seus filhos menores, enquanto reconquistava o trono usurpado, que ligou o seu nome à história de Portugal e da América e culminou como tutor do futuro sábio e Imperador D. Pedro II, teve a sua tumba esquecida naquela Capela-Mór.

Certo dia um circo de cavalinhos aportou em Santos. O seu artista equestre Antonio Carlos do Carmo, paulista da cidade de Franca, quiz render humilde homenagem ao maior dos brasileiros; e viu que não havia uma lápide sequer no chão sagrado que guardava os seus despojos. Mandou fazer, então, uma campa "ao Patriarca da Independência, grande e desinteressado patriota", a 7 de setembro de 1869. Depois, no Rio de Janeiro, a 7 de setembro de 1872 inaugurou-se a sua estátua em bronze no largo de São Francisco, defronte da rua do Ouvidor, por subscrição pública proposta em 1861 pelo próprio Marquês de Sapucaí que, quando Ministro da Justiça, o fêz processar e julgar. E ali, no coração da Cidade Maravilhosa, re-

presenta a penitência consagradora do povo. Também, por subscrição popular, construiu-se o seu mausoléu no claustro do Convento do Carmo de Santos, onde repousa à espera que o Estado de São Paulo levante o Panteão dos Andradas. Mas a cidade que o viu nascer e que avaramente o guarda, não deixou de erigir belo monumento aos três grandes irmãos, encimado pela figura maior — a do Pai da Pátria, o Patriarca da Independência Nacional. E por delegação do Barão do Rio Branco — uma das glórias da diplomacia do Novo-Mundo, quem representa o Brasil na Galeria dos máximos vultos da União Pan-Americana em Washington — é José Bonifácio, o gênio tutelar da América.

São Paulo, 1941



TIPOGRAFIA EDANEE LTDA.
Imprimiu — São Paulo

.